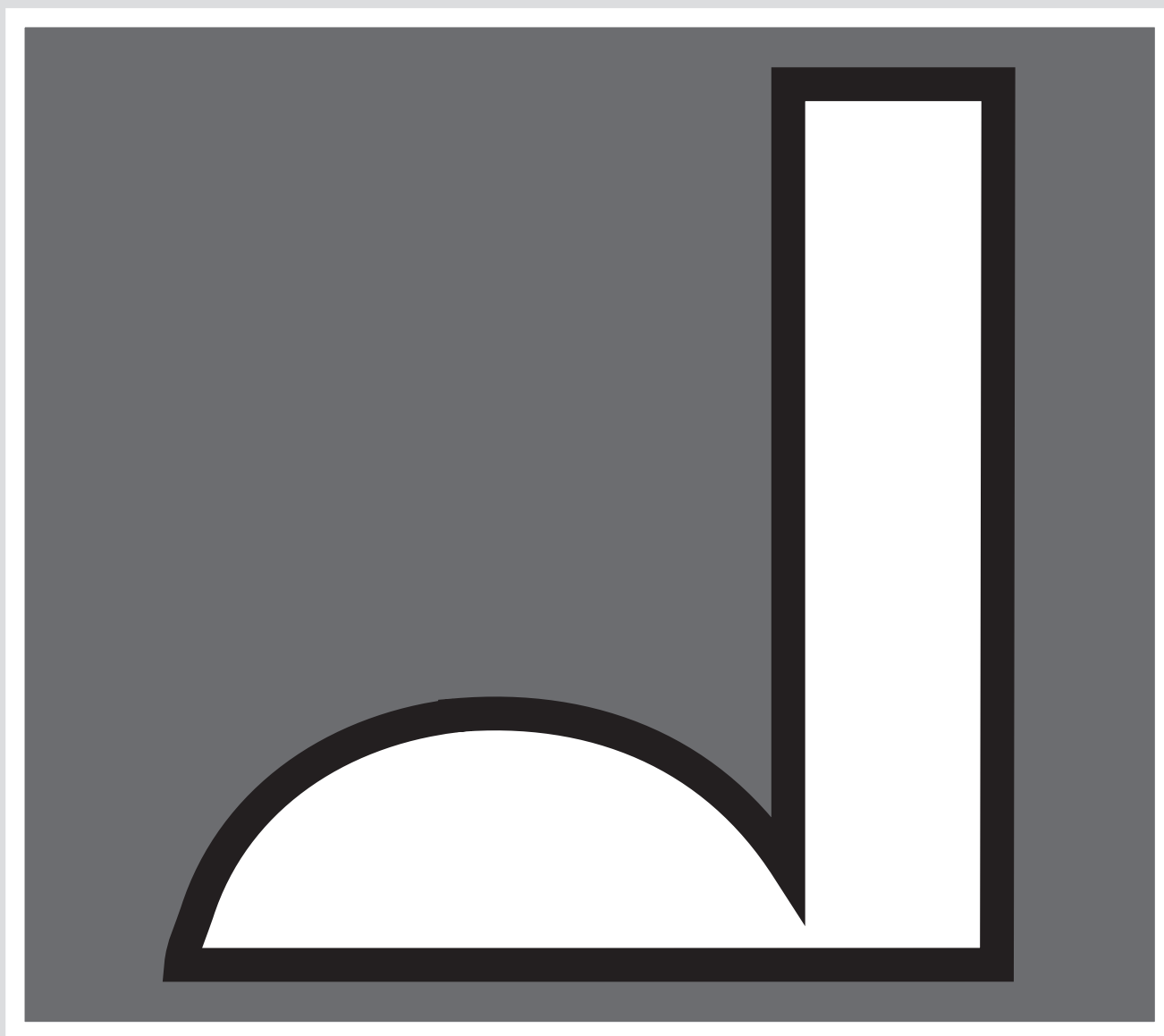




REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXII - Nº 014 - SÁBADO, 24 DE FEVEREIRO DE 2007 - BRASÍLIA- DF

MESA DO SENADO FEDERAL

<p style="text-align: center;">Presidente Renan Calheiros – PMDB-AL</p> <p style="text-align: center;">1º Vice-Presidente Tião Viana – PT-AC</p> <p style="text-align: center;">2º Vice-Presidente Álvaro Dias – PSDB-PR</p> <p style="text-align: center;">1º Secretário Efraim Morais – PFL-PB</p> <p style="text-align: center;">2º Secretário Gerson Camata – PMDB-ES</p>	<p style="text-align: center;">3º Secretário César Borges – PFL-BA</p> <p style="text-align: center;">4º Secretário Magno Malta – PR-ES</p> <p style="text-align: center;">Suplentes de Secretário 1ª - Papaléo Paes – PSDB-AP 2ª - Antônio Carlos Valadares – PSB-SE 3ª - João Vicente Claudino – PTB-PI 4ª - Flexa Ribeiro – PSDB-PA</p>
--	---

LIDERANÇAS

MAIORIA (PMDB) – 20	BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT/PTB/PR/PSB/PC do B/PRB/PP)- 25	LIDERANÇA PARLAMENTAR DA MINORIA (PFL/PSDB) – 30
LÍDER (vago)	LÍDER Ideli Salvatti – PT	LÍDER (vago)
VICE-LÍDERES (vago)	VICE-LÍDERES (vago)	VICE-LÍDERES (vago)
LÍDER DO PMDB – 20 Valdir Raupp	LÍDER DO PT – 11 Ideli Salvatti	LÍDER DO PFL – 17 José Agripino
VICE-LÍDERES DO PMDB (vago)	VICE-LÍDERES DO PT (vago)	VICE-LÍDERES DO PFL (vago)
	LÍDER DO PTB – 4 Epitácio Cafeteira	LÍDER DO PSDB – 13 Arthur Virgílio
	VICE-LÍDER DO PTB Sérgio Zambiasi	VICE-LÍDERES DO PSDB (vago)
	LÍDER DO PR – 4 João Ribeiro	
	VICE-LÍDER DO PR (vago)	
	LÍDER DO PSB – 3 Renato Casagrande	
	VICE-LÍDER DO PSB (vago)	
	LÍDER DO PC do B – 1 (vago)	
	LÍDER DO PRB – 1 (vago)	
	LÍDER DO PP – 1 (vago)	
LÍDER DO PDT – 4 Jefferson Péres	LÍDER DO P-SOL – 1 (vago)	LÍDER DO GOVERNO (vago)
VICE-LÍDER DO PDT (vago)	LÍDER DO PRTB – 1 (vago)	VICE-LÍDERES DO GOVERNO (vago)

EXPEDIENTE

<p style="text-align: center;">Agaciel da Silva Maia Diretor-Geral do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Júlio Werner Pedrosa Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações</p> <p style="text-align: center;">José Farias Maranhão Diretor da Subsecretaria Industrial</p>	<p style="text-align: center;">Raimundo Carreiro Silva Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal</p> <p style="text-align: center;">Ronald Cavalcante Gonçalves Diretor da Subsecretaria de Ata</p> <p style="text-align: center;">Denise Ortega de Baere Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia</p>
--	--

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 12ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 23 DE FEVEREIRO DE 2007

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Mensagens do Presidente da República

Nº 36, de 2007 (nº 19/2007, na origem), de 15 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública, sancionado e transformado na Lei nº 11.448, de 15 de janeiro de 2007..... 02807

Nº 37, de 2007 (nº 20/2007, na origem), de 15 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2006 (nº 6.477/2006, na Casa de origem), que altera o art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (Determina que o auto de prisão em flagrante seja encaminhado ao juiz competente e ao advogado do detento, ou à Defensoria Pública, vinte e quatro horas após a prisão), sancionado e transformado na Lei nº 11.449, de 15 de janeiro de 2007..... 02807

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Remessa à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005 (nº 43/2003, na Câmara dos Deputados), que “aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco”, lido na sessão do 13 de dezembro de 2005, onde poderá receber emendas pelo prazo de cinco dias úteis, findo o qual a referida Comissão terá o prazo de quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a matéria..... 02807

1.2.3 – Leitura de requerimentos

Nº 89, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando ao Ministro de Estado de Minas e Energia as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02808

Nº 90, de 2007, de autoria do Senador Marcelo Crivella, solicitando ao Ministro de Estado da

Fazenda as informações que menciona. À Mesa para decisão. 02808

Nº 91, de 2007, de autoria da Senadora Serys Slhessarenko, solicitando a retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2006. **Deferido.** 02808

Nº 92, de 2007, de autoria do Senador Arthur Virgílio, solicitando voto de aplauso à Associação dos Amigos do Autista do Amazonas – AMA, pela realização, em Manaus, do 3º Encontro Científico de Educação e Saúde Mental. *Será encaminhado o voto solicitado.* 02809

1.2.4 – Discursos do Expediente

SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO, como Líder – Realização, ontem, de audiência da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa para debater a violência urbana. Necessidade de análise do Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Defesa da produção da TV Digital e dos componentes a ela associados no Estado do Amazonas. Comentários sobre matéria publicada no jornal **O Globo**, intitulada “Lula foi muito infeliz. Pais de João Hélio criticam presidente por declarações contra a redução da maioria penal”..... 02809

SENADOR PAULO PAIM – Considerações a respeito de audiência realizada ontem na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa acerca da violência urbana..... 02816

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Análise crítica do papel da Igreja Católica e da Campanha da Fraternidade 2007, cujo lema é “Amazônia, vida e missão neste chão”. Registro dos artigos intitulados “A perda da Amazônia”, de autoria de Hélio Jaguaribe, e “Olhos Abertos”, de autoria de Mauro Santayana, publicados nos jornais **Folha de S.Paulo** e **Jornal do Brasil**, respectivamente. 02820

SENADORA SERYS SLHESARENKO – Medidas do governo federal para combater as desigualdades regionais. O aquecimento global..... 02832

1.2.5 – Expediente do Embaixador da Bolívia

Datado de 15 do corrente, encaminhando explicações acerca da impossibilidade do Senhor Evo Morales, Presidente Constitucional da Bolívia, ter realizado visita de cortesia ao Senado Federal..... 02836

1.2.6 – Discursos do Expediente (Continuação)

SENADOR *MARCELO CRIVELLA* – Aprovação, na Câmara dos Deputados, de projeto de lei que trata da redivisão do fundo partidário. 02837

SENADOR *MÃO SANTA* – A questão das desigualdades regionais. 02839

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO* – Justificativas à apresentação de requerimento de voto de aplauso à Associação dos Amigos do Autista do Amazonas – AMA, pela realização, em Manaus, do 3º Encontro Científico de Educação e Saúde Mental. 02844

SENADOR *GILVAM BORGES* – Importância da atuação das igrejas para diminuição da violência no Brasil. 02844

SENADOR *ARTHUR VIRGÍLIO*, como Líder – Reflexão sobre os índices econômicos apresentados recentemente pelo IBGE. Considerações sobre a política internacional adotada pelo presidente da Bolívia, Evo Morales. 02847

SENADOR *MOZARILDO CAVALCANTI* – Questionamento quanto à transmissão, pela TV Senado, das sessões realizadas às sextas-feiras. 02853

SENADOR *PEDRO SIMON* – Reivindicação de horário na mídia destinado a programas com cunho sócio-educativo. Defesa da aprovação de reformas político-eleitorais. 02853

1.2.7 – Leitura de requerimento

Nº 93, de 2007, tendo como primeiro signatário o Senador Cristovam Buarque, solicitando que a Sessão Especial destinada a homenagear o educador, intelectual e político Darcy Ribeiro, no transcurso do décimo aniversário de seu falecimento, anteriormente marcada para o próximo dia 27 de fevereiro seja realizada no dia 21 de março de 2007. *A sessão especial será realizada em 21 de março de 2007.* 02860

1.3 – ENCERRAMENTO**SENADO FEDERAL****2 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL****– 53ª LEGISLATURA****3 – CORREGEDORIA PARLAMENTAR****4 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES**

Ata da 12ª Sessão Não Deliberativa, em 23 de fevereiro de 2007

1ª Sessão Legislativa Ordinária da 53ª Legislatura

*Presidência dos Srs. Sérgio Zambiasi, Geraldo Mesquita Júnior,
Gilvam Borges e Marcelo Crivella*

(Inicia-se a sessão às 9 horas.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Sobre a mesa, mensagens que passo a ler.

São lidas as seguintes:

MENSAGENS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

- Nº 36, de 2007 (nº 19/2007, na origem), de 15 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 2003, de autoria do Senador Sérgio Cabral, que altera o art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, que disciplina a ação civil pública, legitimando para sua propositura a Defensoria Pública, sancionado e transformado na Lei nº 11.448, de 15 de janeiro de 2007; e
- Nº 37, de 2007 (nº 20/2007, na origem), de 15 de janeiro último, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 77, de 2006 (nº 6.477/2006, na Casa de origem), que altera o art. 306 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 – Código de Processo Penal (Determina que o auto de prisão em flagrante seja encaminhado ao juiz competente e ao advogado do detento, ou à Defensoria Pública, vinte e quatro horas após a prisão), sancionado e transformado na Lei nº 11.449, de 15 de janeiro de 2007.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Será encaminhado à Câmara dos Deputados um exemplar do autógrafo de cada um dos projetos sancionados.

Os processados vão ao Arquivo.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência comunica ao Plenário que o **Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005** (nº 43/2003, na Câmara dos Deputados), que *“aprova o texto dos Termos de Referência e Regras de Procedi-*

mento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco”, lido na sessão de 13 de dezembro de 2005, não foi enviado à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional naquela oportunidade, em virtude de consulta feita ao Ministério das Relações Exteriores sobre a numeração dos artigos do Anexo B dos referidos Termos, onde não consta o art. 22 (ofício anexo).

Não tendo havido, até a presente data, manifestação do referido Ministério, a Presidência encaminha a matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, nos termos do art. 376, inciso III, do Regimento Interno, devendo ser observado o prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas, findo o qual a referida Comissão terá o prazo de quinze dias úteis, prorrogáveis por igual período, para opinar sobre a matéria.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE A PRESIDÊNCIA

OF. SF/ nº 3.007/2005

Brasília, 14 de dezembro de 2005

Exmº Sr.

Celso Luiz Nunes Amorim

Ministro de Estado das Relações Exteriores

Brasília – DF

Senhor Ministro,

No texto do Anexo B dos “Termos de Referência e Regras de Procedimento do Grupo Internacional de Estudos do Chumbo e Zinco – GIECZ”, encaminhado ao Congresso Nacional por meio da Mensagem nº 578, de 4 de julho de 2002, que tramita no Senado Federal como Projeto de Decreto Legislativo nº 566, de 2005 (PDC nº 43, de 2003, na Câmara dos Deputados), não consta o art. 22.

Tendo sido procedida a leitura do referido projeto na sessão desta Casa de 13 do corrente, solicito a manifestação de V. Exª a respeito do assunto, para que, posteriormente, seja despachado à comissão competente.

Cordialmente, – Senador **Renan Calheiros**, Presidente do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Sobre a mesa, requerimentos que passo a ler.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 89, DE 2007

Requer, ao Ministro das Minas e Energia, informações acerca de denúncia veiculada pelo jornal O Estado de S. Paulo, acerca de patrocínio da Petrobras para cartazes de propaganda político-partidária.

Requeiro, de acordo com o art. 216, do Regimento Interno, combinado com o que dispõe o art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e considerando a competência fiscalizadora do Congresso Nacional, que sejam solicitadas, ao Ministro das Minas e Energia informações da Petrobrás acerca de denúncias veiculadas na edição de 22 de fevereiro de 2007 do jornal **O Estado de S. Paulo**, dando conta de patrocínio para a produção de cartazes com propaganda político-partidária distribuídos em escolas e acampamentos do chamado Movimento dos Sem Terra – MST.

Justificação

O Estado de S. Paulo denuncia em sua edição do dia 22 de fevereiro de 2007, página D-4, que a Petrobras estaria patrocinando a confecção de cartazes com propaganda político-partidária para distribuição em escolas e acampamentos do MST. Diz a notícia:

Ligações perigosas

Um cartaz divulgado em escolas do MST e acampamentos tem deixado muita gente atônita. Abaixo de uma foto da guerrilheira cubana Haydée Santamaría Cuadrado uma frase sua: “Para mim ser comunista não é militar num partido, para mim ser comunista é ter uma atitude ante a vida”. O espanto não é pelo apelo comunista, mas porque o cartaz é patrocinado pela Petrobrás.

Anterior a essa denúncia, o jornal **O Globo** noticiou que a Petrobrás vem sofrendo prejuízos, incluindo a queda do seu valor de mercado, com perda, neste ano, de US\$11,3 bi.

Ao Senado, como órgão fiscalizador, é importante conhecer o projeto, pelo que formulo o presente requerimento de informações.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

(À Mesa para decisão.)

REQUERIMENTO Nº 90, DE 2007

Nos termos do § 2º, do artigo 50 da Constituição Federal, combinado com o artigo 216 do RIsf, requeiro sejam prestadas pelo Exmo. Sr. Ministro de Estado da Fazenda, informações acerca da operação de crédito externo solicitada pela Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro, junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para atender ao Programa Favela Bairro III (PROAP III), bem assim sobre a renegociação da dívida do Município com a União, especialmente sobre o valor da dívida negociada, o prazo para pagamento, o valor da parcela mensal, a situação do cumprimento do contrato e a relação atual entre a Receita Líquida Real (RLR) do Município e sua dívida pública.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2007. – Senador **Marcelo Crivella**.

(À Mesa para decisão.)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão despachados à Mesa para decisão, nos termos do art. 216, III, do Regimento Interno.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 91, DE 2007

Com fulcro no artigo 256, Inciso I do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro retirada definitiva do Projeto de Lei do Senado nº 178 de 2006, que “acrescenta artigo à Lei nº 4.886, de 9 de dezembro de 1965, para explicitar a aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor – Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – às atividades do representante comercial autônomo”.

Justificação

Solicito a retirada em virtude da proposição legislativa não atingir o objetivo para a qual foi elaborada, antes de resguardar os consumidores, que jamais seriam beneficiados com a proposta, cria uma situação insustentável para os Representantes Comerciais Autônomos podendo transformar o já difícil exercício profissional em inviável.

Desta forma requeiro a retirada em definitivo da citada proposição e, desta forma, impedir que uma injustiça seja feita a milhares de trabalhadores.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2007. – **Serys Silhessarenko**, Senadora da República.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência defere o requerimento que acaba de ser lido, nos termos do inciso I do § 2º do art. 256 do Regimento Interno.

O Projeto de Lei do Senado nº 178, de 2006, vai ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 92, DE 2007

Requer Voto de Aplauso à Associação Dos Amigos Do Autista do AMAZONAS – AMA, pela realização, em Manaus, do 3º Encontro Científico de Educação e Saúde Mental.

Requeiro, nos termos do art. 222, do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso à Associação Dos Amigos do Autista do Amazonas – AMA, pela realização, em Manaus, entre 22 e 24 de fevereiro de 2007, do 3º Encontro Científico de Educação e Saúde Mental.

Requeiro, ainda, que o Voto de Aplauso seja levado ao conhecimento da Presidente da entidade, Sra. Telma Maria Viga de Albuquerque.

Justificação

O voto que ora proponho justifica-se. É meritória a iniciativa da Associação dos Amigos do Autista do Amazonas, que promove, entre 22 e 24 de fevereiro de 2007, o 3º Encontro Científico de Educação e Saúde Mental, em Manaus. O encontro reúne informações atualizadas, úteis aos pais de autistas e aos profissionais que atuam na área. Conheço a Associação, já a visitei e constatei que muitas famílias ficam sem saber como conduzir o problema do autismo. Ouvi, ali, ponderações notáveis, mostrando que é possível, sim, conviver com uma criança autista e educá-la.

Sala das Sessões, 23 de fevereiro de 2007. – Senador **Arthur Virgílio**, Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Presidência encaminhará o voto solicitado. O requerimento vai ao Arquivo.

Há oradores inscritos.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, peço a minha inscrição como Líder do PSDB. Mas, antes, encaminho, à Mesa, requerimento ao Ministro das Minas e Energia, pedindo informações acerca de denúncias veiculadas pelo jornal **O Estado de S. Paulo** sobre o patrocínio da Petrobras para cartazes de propagandas político-partidária.

O **Estado de S. Paulo** denuncia, em sua edição do dia 22 de fevereiro de 2007, página D-4, que “a Petrobras estaria patrocinando a confecção de cartazes

com propaganda político-partidária para distribuição em escolas e acampamentos do MST”.

Sr. Presidente, aqui, anexo o cartaz, em que mostra algumas pessoas armadas; à frente, está uma guerrilheira, enfim, sob o texto: “Para mim, ser comunista não é militar num partido. Para mim, ser comunista é ter uma atitude ante a vida”. Isso é um direito de qualquer cidadão. Eu próprio já me senti assim. O que é inadmissível é a Petrobras gastar o dinheiro que deveria ser o do dividendo de seus acionistas, o dinheiro da sua prosperidade, da prosperidade do povo brasileiro, ajudando, inclusive, a propagar uma idéia que não é pacífica. A foto dessa moça armada não contribui para um País pacífico, ordeiro e justo que nós pretendemos venha a ser o Brasil.

Peço a V. Ex^a a minha inscrição como Líder do PSDB.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – A Mesa aguarda o requerimento de V. Ex^a.

Passo a palavra, conforme inscrição, ao Senador Arthur Virgílio para o seu pronunciamento. O Senador Arthur Virgílio dispõe de vinte minutos.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, antes de tudo, gostaria de me congratular com a Casa e com o Presidente da Comissão de Direitos Humanos desta, Senador Paulo Paim, pelo belíssimo feito de ontem. Afinal de contas, numa jornada não-deliberativa, ouço, ao chegar de viagem, ainda no rádio do carro – não a tempo de participar da audiência pública sobre segurança, mas de ouvir parte dela –, o debate acalorado e inteligente na Comissão presidida por V. Ex^a, Senador Paulo Paim, à qual estavam presentes o Senador Sérgio Zambiasi e tantos outros.

Foi uma demonstração inequívoca de que, se nos esforçarmos – e este é o dever de cada um de nós –, cumprimos a nossa missão da melhor forma e seremos capazes de, a partir deste ano, reerguer a imagem deste Congresso – e sem isso, a democracia não se consolida –, que está, de fato, muito arranhada, não por culpa da maioria dos membros que compõem as duas Casas legislativas, mas por culpa de uma minoria – mensaleiros, trambiqueiros, sanguessugas, oportunistas e negociatas de quaisquer espécies.

Fiquei feliz porque foi uma demonstração inequívoca de que, logo após o Carnaval, que é uma festa que paralisa o Brasil – não adianta remarmos em sentido contrário –, o Senado foi capaz de oferecer à Nação o espetáculo, sim, de um debate denso, com opiniões bastante consistentes de pessoas que estudaram o tema e que, de fora para dentro, nos trouxeram contribuições, bem como de pessoas que, aqui dentro, Par-

lamentares, de várias matrizes ideológicas em relação à questão da segurança pública, opinaram com lisura. Portanto, quero me congratular com a Casa e com V. Ex^a, pedindo-lhe que transmita, não só aos membros que compõem a sua Comissão como a todos os Senadores que lá acorreram, esse sentimento de júbilo de um colega seu e admirador de V. Ex^a.

Sr. Presidente, estou pedindo à minha assessoria, tanto a do gabinete da Liderança do PSDB no Senado como a do meu gabinete pessoal, que procedamos à análise muito detida de cada instrumento legal solicitado pelo Senhor Presidente da República ao Congresso – medida provisória ou projeto de lei – relativos ao PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). A idéia é se ter a avaliação exata de cada instrumento, ver-se o que de bom poderia estar ali contido, o que de nocivo, porventura, poderia ali ser veiculado, e participarmos, de maneira íntegra, inteligente, brasileira, desse debate.

Fico feliz, como Parlamentar do Amazonas, porque foi designado um conterrâneo meu, o Deputado Átila Lins, relator da Medida Provisória nº 352, aquela que trata de estímulos para a produção de TV digital no Brasil e para equipamentos digitais de transmissão. Isso é muito significativo.

Em relação à transmissão, o Estado de V. Ex^{as}, Senadores Sérgio Zambiasi e Paulo Paim, será, com certeza, beneficiado.

Em relação à recepção, ou seja, à televisão digital em si mesma, percebo que a saída justa para o Brasil é manter o **status quo**, é manter a produção de televisão digital no meu Estado, o Amazonas. E por uma razão bem simples, bem acaciana – e não vejo que seja diferente o entendimento do Deputado Átila Lins, que, com sua experiência, haverá de pontificar sobre o assunto. Mas o Brasil, há muitos anos, substituiu importações de televisores com a produção feita no Pólo Industrial de Manaus. A televisão era em preto-e-branco; depois, passou a colorida, e continuou sendo produzida no Amazonas. Ela tornou-se mais sofisticada, evoluiu para colorida a plasma, e continuou sendo produzida no Amazonas. O Pólo continuou produzindo a de plasma, colorida, e evoluiu mais ainda para a produção de televisores em cores com LCD, tela de cristal líquido – e continuou produzida no Amazonas. A pergunta que os três milhões de habitantes do meu Estado fazem é: então, agora, que a televisão vai ser digital, não vai mais ser produzida aqui? Agora que passa a digital, passa a uma fase mais nobre ainda, a produção vai se deslocar para outros centros, se estamos preparados tecnologicamente, se temos o *know-how*, se temos a mão-de-obra especializada, se temos uma economia que depende disso? Outro

Estado deixa de ganhar se não tiver; o meu Estado perde – e perde muito – em emprego, em renda, em vida se não tiver a TV digital.

Não pude deixar de considerar correta a decisão do Presidente de entender assim e mandar para o Congresso a consagração de que a TV Digital ficaria no meu Estado, no Amazonas.

É claro que respeito as emendas. Há emendas até de Senadores do meu Partido, como a do Senador Eduardo Azeredo, e de outros Senadores e Deputados, cada um tentando cumprir o seu dever de parlamentar do seu próprio Estado, cada um está para representar o seu; contudo, é evidente que vamos travar a partir de agora o debate. A minha pergunta é bem simples: é grave alguém deixar de ganhar, alguém deixar de ter uma coisa que não tinha, com a qual não contava? Não me parece! É grave alguém perder o que já tinha? Perder emprego, perder renda, perder oportunidades, perder a possibilidade da continuação do seu desenvolvimento tecnológico? É grave; é gravíssimo. O segmento dos eletroeletrônicos representa 63% do que fatura o Pólo Industrial de Manaus, que, no ano passado, foi de US\$22 bilhões, e representa, ainda, 50% dos empregos, que hoje estão em torno dos cem mil empregos diretos. Se considerarmos os indiretos, teremos 450 mil empregos mais ou menos. A economia do meu Estado depende, direta e indiretamente, talvez de 80% – alguns falam em mais de 90%, mas não é essa a conta que faço; mais de 80% sim, repito – dos efeitos diretos e indiretos da chamada Zona Franca de Manaus. Então, seria muito grave tirar do meu Estado aquilo que é dele, aquilo que ele conquistou por direito, aquilo que ele construiu, pavimentou, sedimentou, tijolo após tijolo.

Há outro ponto que também julgo extremamente relevante, que é a produção do *set-top box*, também almejada por outros Estados. Isso é natural – respeito sempre a opinião de todos. Eu só faço questão de procurar o fio da lógica. O *set-top Box* é aquela caixinha que transforma a TV analógica em TV digital. Eu tenho certeza de que vários Estados – se tiverem incentivos – estarão prontos para produzir o *set-top box*.

Todavia, ainda durante o Governo Fernando Henrique Cardoso, travamos inúmeras e longas batalhas para definirmos o que é e o que não é bem de informática, considerando que a convergência tecnológica é cada vez mais intensa e que, cada vez mais, os produtos têm *chips*. Assim, cada vez fica mais difícil dizer o que é bem de informática e o que não é bem de informática. Foi preciso um grande esforço para chegarmos a uma lista positiva e a uma lista negativa. Àquela altura, houve um consenso no Brasil no sentido de que o *set-top box* não faria parte dos bens de informática, e

por uma razão bem simples e bem lógica, Senador Gilvam Borges: porque o *set-top Box* não serve, em nada, para o funcionamento de um computador; ele serve, e muito, para o funcionamento de um televisor digital, transformando um televisor analógico em digital. Ora, em meu Estado está concentrada a produção de televisores de quaisquer gêneros – e só se produz televisão no meu Estado –, enfim, só se compra do exterior ou se compra do Amazonas. Tem sido esse o benefício do meu Estado, mas tem sido esse, também, o serviço que ele tem prestado ao País, poupando divisas, economizando a importação de televisores, concorrendo, duramente, por exemplo, com os Tigres Asiáticos, produzindo televisores da melhor qualidade.

O fato é que o Brasil convencionou que não é bem de informática, aliás, Senador Paulo Paim, conforme a intenção da medida provisória assinada pelo Senhor Presidente da República, a qual diz que, igualmente, o *set-top box* não será alcançado pelos incentivos fartos, enormes da medida provisória que trata de incentivos para a transmissão e recepção de aparelhos digitais. Logo, é com esse tom, é com esse espírito que vou travar o debate nesta Casa e no Congresso Nacional para evidenciar que o *set-top box* faz parte de um pacote – e não gosto da palavra pacote – que tem muito a ver com a economia do meu Estado.

Entendeu o Brasil – espero que entenda assim, mais uma vez, o Senado – que há uma divisão social do trabalho. O Rio Grande do Sul, por exemplo, fabrica automóveis além de ser a potência agrícola que é; São Paulo fabrica automóveis e o interior do Estado é mais forte economicamente, tem um PIB maior que o da república chilena inteira. São Paulo deve ficar bem perto de englobar os PIBs somados da Argentina e do Chile. Eu nem perco tempo tecendo comentários sobre a pujança econômica desse grande Estado da Federação. Falo de uma divisão social do trabalho que prevê a prosperidade de Goiás, Estado dedicado ao agronegócio, com perspectiva crescente de avanço tecnológico e nas suas exportações; de Minas Gerais, que tem montadoras de automóveis – e me refiro sempre a esse segmento da economia brasileira tão incentivado, como o das montadoras de automóveis. Abro um parêntese para dizer que de vez em quando certos órgãos de imprensa se escandalizam com os incentivos dados à chamada Zona Franca de Manaus, mas não se escandalizam quando as montadoras são, repetidas vezes, incentivadas a continuar no País, a continuar gerando empregos aqui, desenvolvendo boa tecnologia de produção de automóveis.

O fato é que, nessa divisão social do trabalho, vejo o meu Estado como o que produziria e o que deveria produzir televisores e o que for ligado a televisores, a

começar pelo *set-top box*. Todo mundo está de olho grande nesse mercado. Disseram que é um mercado que vai atingir, ao longo de dez anos, US\$10 bilhões. Eu não vejo assim. Entendo que esse é um mercado para três ou quatro anos, porque dentro desse prazo estará vulgarizada a produção e o consumo, com a conseqüente diminuição do preço da TV digital. O início da produção da TV digital está previsto para 2008. Não sei se será assim. Vamos torcer para que seja. O fato é que, após três ou quatro anos de produção de TV digital, o preço cairá e as pessoas farão o impossível para comprar um aparelho digital. Então, vai perder a pujança em três ou quatro anos, no máximo, o mercado do *set-top box*, que é, repito, uma caixinha que vai transformar o televisor analógico em televisor digital. Parece-me muita briga por não tanto. Tudo que reivindicamos é manter aquilo que temos, aquilo que nos foi concedido pelo Marechal Castello Branco, pela inspiração inteligente, quase genial, do seu Ministro Roberto Campos, do Planejamento, meu querido amigo e colega de Congresso, de Câmara dos Deputados, hoje, infelizmente, já falecido. É uma das inteligências mais fulgurantes com que já convivi.

Por último, Sr. Presidente, em relação a este tema, fiz um apelo ao Governador de São Paulo, meu prezado companheiro e amigo, José Serra, e ao Secretário de Finanças do Estado de São Paulo, meu prezado amigo, Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, a respeito da redução de alíquota de ICMS para produção de monitores de vídeo. Refiro-me a isso, porque, do jeito que fizeram, as empresas – uma está em São Paulo e as demais estão no meu Estado... Isso é ligado ao assunto televisores; continuo dentro do mesmo tema – mais Woody Allen do que nunca: variações sobre o mesmo tema. Mas, retomando: as empresas que fabricam monitores de vídeo sairão do Estado. Em condições iguais, como é que o meu Estado vai competir com o Rio Grande do Sul, com São Paulo? Não vai. Ou se compreende que aquela é uma região estratégica, que deve ser incentivada para se quebrar o desequilíbrio regional de que ela padece, ou ela não compete.

Então, é eufemismo, é mentira, não é verdade dizermos: “vamos dar chances a todos para produzirem o *set-top box*.” Não; se derem incentivos a todos, todos vão produzir, menos o meu Estado e o seu, nenhum da Região Norte. A disputa ficaria entre Rio Grande do Sul, Minas Gerais, São Paulo, Rio de Janeiro, um ou outro Estado a mais, e acaba aí!

Quando alguém diz “vamos dar incentivos iguais”, está dizendo, em verdade, de maneira delicada: “você do Amazonas estão fora; vocês dos Estados mais pobres estão fora, e vamos deixar, então, que os benefícios ocorram aos Estados mais ricos”.

Esse aumento, previsto para abril, de 11% para 18% nas alíquotas de ICMS para entrada em São Paulo de monitores de vídeo compromete o futuro das indústrias desse setor no meu Estado.

Já fiz esse apelo. Tenho certeza de que o Governador de São Paulo haverá de ser brasileiro, muito mais do que meramente o Governador do Estado, e sei que S. Ex^a haverá de ser talvez o mais competente Governador que São Paulo já terá experimentado – ao lado de Mário Covas, que soergueu econômica e moralmente aquele Estado –, mas é uma opção. Em algum momento, São Paulo tem que se abrir e olhar para o Brasil de maneira larga, ampla. Eu vejo para o Governador José Serra muito mais do que amanhã S. Ex^a virar uma avenida Faria Lima. Não o comparo ao Brigadeiro Faria Lima. Ele, para mim, é muito mais do que o Brigadeiro Faria Lima. Se quiser ser apenas o Brigadeiro Faria Lima, vai ser apenas o Brigadeiro Faria Lima, que não é pouco. Mas, se quiser ser o nome efetivamente nacional que granjeie a sensibilidade e o sentimento do Norte, do Nordeste do País e do Centro-Oeste, é preciso, agora, como Governador de São Paulo, mostrar isso com clareza. Isso eu disse a S. Ex^a com toda sinceridade de amigo e, como homem público, revelo agora a conversa que tivemos. Apelei a S. Ex^a para abrir seus sentimentos e dizer: “Muito bem, eu sou brasileiro e, como brasileiro, vou ser um grande Governador de São Paulo e colocar São Paulo, efetivamente, ao trabalho entrosado com o Brasil, como talvez nunca tenha acontecido em toda sua história”. Estou aguardando uma solução disso, evidentemente.

Sr. Presidente, aproveito os minutos que me restam, para pedir – é outro tema – que V. Ex^a mande inserir nos Anais da Casa matéria do Jornal **O Globo**, de segunda-feira, 19 de fevereiro de 2007, que me chamou muito a atenção. O título é “Lula foi muito infeliz. Pais de João Hélio criticam presidente por declarações contra a redução da maioria penal”.

Vamos aqui pontificar de uma vez por todas, Sr. Presidente. Vejo um jornal dizer que o Congresso está dividido entre aqueles que dizem que a coisa se resolve com a redução da maioria penal – e não vi nenhum Senador dizer isso. Repito: nenhum Senador que conheço disse que, se for reduzida a maioria penal, estará resolvido o problema da criminalidade. Não ouvi ninguém dizer isso. Ninguém foi tão simplista assim, ninguém foi tão reducionista assim. É um olhar duro demais na direção desta Casa. Da mesma forma, não vi nenhum Senador, entre aqueles que são contrários à redução da maioria penal, dizer que temos de esperar os efeitos de uma política boa de educação ou que temos de esperar mais isso e mais aquilo em

políticas sociais. Não vi ninguém. Vi que todos acham que tem de haver investimento em educação, mais policiamento nas ruas, mais políticas sociais; todos acham que tem de haver mais dureza em relação aos crimes, ainda que cometidos por menores. Uns entendem que se deve meramente aumentar o tempo de internação dos menores em estabelecimentos especializados; outros, que se deve reduzir para 16 anos a maioria penal – e me perfilo entre esses, no caso de crime hediondo.

É claro que não pensaria em jogar um menino de 16 anos em uma penitenciária, de jeito nenhum. Eu pensaria mesmo em estabelecimentos especiais, mas ele cumpriria uma pena mais dura. Em vez de cumprir uma medida punitiva de três, quatro, cinco anos, cumpriria quinze, o tempo correspondente ao crime que praticou.

Mas, de uma vez por todas, para deixar bem claro para a Nação, nenhum Senador, a favor ou contra a idéia da redução da maioria penal, disse que apenas um item resolveria a questão. Ninguém disse isso. Não ouvi. Eu não disse isso e não ouvi nenhum **ex adverso** nesse episódio dizer a mesma coisa.

Já concedo um aparte a V. Ex^a, Senador Mozarildo Cavalcanti.

Quero apenas citar algumas frases que me chamaram a atenção. Há coisas dolorosas. Disse Hélcio, pai de João Hélio:

A gente está em pedaços. É como um copo ou um vaso quebrado em muitos pedacinhos. A gente está reaprendendo a viver. Em muitos momentos vem o desespero. Você acha que ele vai passar correndo na sua frente. A gente fala de justiça e não fala de revolta, mas o principal é nossa dor, que queremos transformar em alguma coisa de concreto para que tenhamos alguma mudança boa para o país, para a sociedade.

Sr. Presidente, antes de conceder um aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti, quero citar um pequeno trecho do que disse Rosa, mãe de João Hélio. Ela diz assim: “Se eu tiver que falar na cara do Lula que ele foi muito infeliz com essa declaração, eu falo. Se tiver que falar na cara dele que é um absurdo, eu falo”.

O Presidente foi reducionista. E o casal o acusa de ter protegido os que praticaram o crime. O Presidente diz o seguinte: “Amanhã vocês vão querer condenar um feto”. Pelo amor de Deus! Se temos todos de ter preocupação com a seriedade ou com a honestidade das propostas, temos de pedir ao Presidente que se contenha, que não entre por esse desvão, por esse descaminho e que trate com a devida seriedade – com a mesma seriedade que o Senado está empregando – a discussão do tema. Trate com a devida seriedade

essa questão, porque isso ofende; ofendeu a família de João Hélio e ofende nossos brios de inteligência.

Ninguém está pensando em condenar criança alguma. Queremos apenas pôr um basta em crimes hediondos e estúpidos, praticados por pessoas de quaisquer idades. Não estamos dispostos a aceitar – e esse, sim, é o grande mal deste País – a impunidade. Pessoas cometem crimes neste País, em grande parte, não porque sejam pobres ou porque sejam ricas – até porque a Susane Von Richthofen matou os seus pais por dinheiro e ela não era pobre, era rica –, mas porque têm uma convicção arraigada, quase histórica, de que neste País todo mundo pode fazer o que quiser que não vai para cadeia: não vai para a cadeia o ladrão do dinheiro público; não vai para cadeia aquele que comete o crime mais bárbaro.

E, se for para a cadeia, fica pouco tempo. No particular, aquele que comete o crime mais bárbaro, porque, quanto ao ladrão do dinheiro público, vejo as cadeias virgens de tê-los em seu abrigo.

Concedo o aparte ao Senador Mozarildo Cavalcanti e encerro, Sr. Presidente.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Arthur Virgílio, V. Ex^a abordou vários pontos, mas um entre eles considero o mais importante. Estão querendo simplificar o debate a ponto de mediocrizá-lo. Vejo o Presidente da República apegar-se a um item, que é o debate sobre a diminuição da maioria penal, e vir com essa história de que poderão amanhã querer punir um feto. Na Inglaterra, a maioria penal é de dez anos. Gostam tanto de dar exemplo de países desenvolvidos, por que não pegamos esse? Mas o debate é isso. Ele acha que não deve baixar. Penso, inclusive, que Sua Excelência não deveria dar opinião, pois é um magistrado, é o líder da Nação; ele deveria ouvir a sociedade, os luminares da OAB, da CNBB, da AMB, enfim. A Presidente do Supremo Tribunal Federal também não deveria opinar, porque é uma magistrada, reservando-se para se pronunciar no futuro sobre alguma ação que ingressasse naquela Corte. Nós, sim, que somos os legisladores, é que devemos debater. Há gente que é a favor; há gente que é contra. Agora, é lógico que não é só esse item; são vários. E estamos discutindo vários itens. O que não podemos fazer é parar de discutir. Já há uma proposta, de autoria do Senador Gerson Camata, para a constituição de uma comissão mista. Estou propondo uma comissão permanente de segurança nacional, subordinada à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal, para um debate permanente, porque são várias as causas, afetadas ao Executivo, ao Judiciário, ao Legislativo e ao Ministério Público, que têm de ser atacadas em conjunto. E não podemos parar, não

só por causa da morte do João Hélio; há vários “Joões Hélios” que foram mortos e que continuam sendo mortos a todo momento. Não podemos mais parar. Vamos aproveitar esse fato e realmente atender o clamor popular em todos os aspectos requeridos: na área do Executivo, com a construção de mais presídios federais e estaduais – e os presídios estaduais estão abarrotados de presos que cometeram crimes federais –, de mais estabelecimentos socioeducativos para menores. Vamos mudar a Lei Penal, bem como o rito processual dos julgamentos, para que seja mais célere. Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Obrigado, Sr. Presidente.

O Senador Mozarildo Cavalcanti tem toda a razão.

Rosa Cristina Fernandes Vieites, mãe de João Hélio, diz: “Tenho medo, sim.” E segue-se um trecho enorme, em que ela se refere à necessidade de o Brasil colocar luto nos seus carros.

Ela diz:

Agora, o presidente diz que não podemos fazer mudanças sob comoção nacional, então o que ele vai fazer? Nada? E se fosse o filho dele, o que ele faria, qual seria a solução? [Nem ela, que está sob forte comoção, Senador Paulo Paim, está reducionista.] Deveria ter um investimento pesado na área de segurança, com construção de presídios de segurança máxima para colocar todos os criminosos na cadeia, em regime fechado.

E afirma uma coisa grave: “Está tudo a favor da bandagem. Parece até que eles não estão governando para o cidadão. Estão governando para os marginais. Parece que é um país sem lei”. Ou seja, este é o debate que está posto.

Encerro dizendo, Sr. Presidente, que estou formalizando algo que já anunciei na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, da qual tenho a honra de fazer parte, tanto quanto faço parte da Comissão presidida pelo Senador Paim: um requerimento de perenização da Subcomissão de Segurança, que funcionou em 2003, muito bem presidida pelo Senador Tasso Jereissati, muito bem relatada pelo Senador Demóstenes Torres, onde se apresentaram sugestões preciosas que depois, transformadas em proposições legislativas, foram para a Câmara dos Deputados. Esse foro deve funcionar permanentemente, em caráter perene, na CCJ. Espero dar essa modesta contribuição, que é firmar minha assinatura num requerimento que transforme a extinta Subcomissão de Segurança Pública em Subcomissão Permanente de Segurança Pública. Faça isso porque

este é um tema que só pode deixar de ser discutido quando tivermos essa questão equacionada.

Hoje eu vi alguém, não sei quem, no jornal **O Globo**, se não me engano, uma pessoa inteligente, competente, dizendo que nós só perdemos para a Colômbia e não sei para que outro país. A Colômbia, especialmente em Bogotá, já registra menos assassinatos por ano do que São Paulo e do que Rio de Janeiro. Então, estamos nos credenciando a esse campeonato triste, a esse campeonato contra a vida, a esse campeonato a favor da morte, a esse campeonato que, no fundo,

é contra as liberdades, porque dizemos que estamos consolidando uma democracia, num país onde a vida humana não vale absolutamente nada, pode parecer muito mais uma balela do que uma realidade.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado a V. Ex^a pela tolerância de sempre.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU PRONUNCIAMENTO

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º do Regimento Interno.)

‘Lula foi muito infeliz’

Pais de João Hélio criticam presidente por declarações contra a redução da maioridade penal

ENTREVISTA

Rosa Cristina e Hélcio Vieites

Nove dias depois da tragédia que atingiu a família, Rosa e Hélcio Vieites, pais do menino João Hélio Fernandes, de 6 anos — que morreu ao ser arrastado pelo cinto de segurança por assaltantes — fizeram críticas às declarações do presidente Lula sobre o caso. Para eles, o presidente foi infeliz ao opinar sobre a questão da redução da maioridade penal, quando disse que o assunto não podia ser discutido num momento de comoção. “Ele colocava os infratores, em especial o menor que participou do crime, como uns coitados”, reclamou Hélcio. Na opinião do pai, a frase demonstra o descaso com que os políticos ainda tratam a questão da violência no país. Mas os pais acreditam que a mobilização popular desencadeada pelo crime bárbaro possa fa-

zer com que sejam feitas mudanças legislação penal, acabando com benefícios concedidos a condenados, como a progressão de regime depois de um sexto da pena cumprida. “O Rio de Janeiro está muito triste. O João é como se fosse o filho de cada família desprotegida. O carioca se sente desprotegido e o João é o filho de cada família”, disse Rosa. Alternando momentos de desabafo, em que parecia fazer uma catarse de toda a indignação e a revolta com o assassinato do filho, com outros em que emudecia, numa profunda tristeza, Rosa contou que, no mesmo dia em que foi morto, João Hélio fez na escola um desenho de uma amarelinha com uma linha que o levava para o céu. Perguntado pela professora sobre o significado do trabalho, João explicou: “Sou eu, cheguei ao céu”.

Camilo Coelho*

O GLOBO: Vocês temem que o carnaval faça as pessoas esquecerem o que aconteceu com o João Hélio?

ROSA CRISTINA FERNANDES VIEITES: Tenho medo, sim. Gostaria até que a população do Rio de Janeiro e do Brasil inteiro colocasse nos seus carros uma fita preta amarrada em cada retrovisor e pendurasse nas janelas de casa um pano preto. O carnaval é uma festa popular e o povo costuma esquecer tudo o que está acontecendo quando vem esse momento de alegria. Mas o brasileiro tem que encarar que o crime é errado e tem que ser punido. Essas leis que reduzem para um sexto as penas, entrando no semi-aberto, depois no aberto, não podem existir. Agora, o presidente diz que não podemos fazer mudanças sob comoção nacional, então o que ele vai fazer? Nada? E se fosse o filho dele, o que ele faria, qual seria a solução? Deveria ter um investimento pesado

na área de segurança, com construção de presídios de segurança máxima para colocar todos esses criminosos na cadeia em regime fechado. Está tudo a favor da “bandagem”, parece até que eles não estão governando para o cidadão. Estão governando para os marginais. Parece até que é um país sem lei.

HÉLCIO LOPES VIEITES: Agimos muito na emoção, pelo crime brutal que fizeram com o nosso filho. Existe uma proposta de decreto da novelista Glória Perez, de quando ela conseguiu a lei dos crimes hediondos, mas há cerca de um ano eles conseguiram que ficasse mais fácil obter uma progressão de regime. Nesse ato de 1990, eles deixavam de ter acesso à liberdade condicional e cumpriam a pena em regime fechado. Mas há um ano retroagiu. Tinha que ser alterado para voltar ao que era antes. Queria que a sociedade olhasse a gente, os pais do Joãozinho, e visse se isso é justo, retroagir benefícios quando você não pode retroagir uma lei.

O GLOBO: A tragédia com o João Hélio tomou uma grande proporção. Como vocês estão vendo isso tudo?

ROSA: A gente vê que algumas autoridades até têm intenção real de fazer algumas alterações na legislação para tornar o Código Penal mais rigoroso mais justo, diante de tantos crimes, até por esse momento que o Rio de Janeiro está passando. O governador (Sérgio Cabral) parece ter propostas bem interessantes para uma alteração da legislação.

O GLOBO: O que vocês acham do comentário do presidente, dizendo que a gente não pode agir no calor da emoção?

HÉLCIO: Eu fiquei muito triste de ler uma reportagem sobre o presidente Lula, onde ele falava que não deveríamos agir nesse momento de comoção. Ele colocava os infrato-

res, em especial o menor que participou do crime, como uns coltados. Ele acha que não é justo reduzir a maioridade em cima dele, quando na verdade não se trabalhou o menino na infância. Mas como uma pessoa de 16 anos é capaz de eleger um político, um presidente, e não é capaz de assumir juridicamente pelos seus atos, seu comportamento? A frase do Lula é uma amostra do descaso que os políticos têm com a sociedade, ele foi muito infeliz. Queria saber se o povo também acha isso. Foi um absurdo o que ele falou.

ROSA: Se eu tiver que falar na cara do Lula que ele foi muito infeliz com essa declaração, eu falo. Se tiver que falar na cara dele que é um absurdo, eu falo. Queria fazer a seguinte pergunta: e se fosse o neto dele, o filho dele? O que ele faria, que punição passaria pela cabeça dele?

O GLOBO: Você acha que a morte do João pode ser responsável por uma mudança no país?

HÉLCIO: Era esse símbolo que a gente queria, porque eu acho que está mais do que no momento de mudar. As poucas vezes que a gente se locomoveu depois do que aconteceu, viu que nada mudou. Não vemos

um carro de polícia, continua tudo a mesma coisa na rua. A gente continua abandonado, a sociedade continua abandonada, principalmente a Zona Norte da cidade. O que aconteceu com o João foi aquela última gota que transbordou, teve também a crueldade que foi usada. Não que as outras não tenham sido, a dor é igual ao se perder um filho. É como colocar um aspirador de pó no peito e arrancar tudo de dentro, deixar um buraco vazio.

ROSA: A gente gostaria que a população se unisse em manifestações para cobrar. Se nos for dada a oportunidade de fazer esses pedidos diretamente para as autoridades, a gente vai colocar os nossos desejos. Queremos fazer com que a população se una para que eles se sintam pressionados a agir. É importante agora que eles realmente sejam punidos. Não pode é cumprir um sexto da pena, depois passar para regime semi-aberto, depois para aberto. O Rio de Janeiro está muito triste. O João é como se fosse o filho de cada família desprotegida. O carioca se sente desprotegido e o João é o filho de cada família. Estamos buscando o político certo, que vai nos ajudar a partir para Brasília, ou seja lá onde foi. Não queremos ninguém oportunista, que queira usar a nossa causa para aparecer ou defender interesses pessoais.

• Vocês acham que o que aconteceu poderia ter sido evitado se houvesse policiamento mais eficiente?

ROSA: É difícil prever, mas acho que evitaria. Acho que o policiamento falhou.

HÉLCIO: Foram sete quilômetros que ele foi arrastado sem que uma viatura parasse o carro. Acho que essa é uma situação assustadora, que serve para provar que o carioca está totalmente desprotegido.

• Qual o sentimento de vocês em relação aos bandidos?

ROSA: Eu sou um ser humano. Você acha que algum ser humano perdoaria um bandido que fez isso com o seu filho? Eu não sou máquina, eu não sou Deus, eu sou de carne e osso. Eu não perdoo os bandidos. Eles têm que apodrecer dentro da cadeia. Eu gostaria de pedir, não para eles, mas para as autoridades responsáveis, para que não dessem a eles esse benefício de semi-aberto e aberto. Que eles sejam obrigados a cumprir a pena integralmente em regime fechado.

• Qual a opinião de vocês sobre a questão da maioria penal?

ROSA: Todo mundo tem que ter responsabilidade pelos seus atos. Em outros países com legislações mais rigorosas, a criminalidade não é assim porque existe punição. Lá eles pensam uma, duas, três vezes antes de fazer alguma coisa. Aqui não, eles já sabem que tem uma lei que favorece o crime e que não são punidos, então resolvem fazer mesmo. As vezes em casa não tem nem refeição e lá tem, a gente paga para eles comerem. Com 16 anos não se vota? Por que para cumprir pena de crimes hediondos ele não pode ser classificado como adulto? Por que ele é adulto para uma coisa, mas não pode ser para assumir o erro dele?

vidos de sentimento. Tudo isso que eles inventaram, esse negócio de arma de brinquedo, acredito que seja para atenuar a defesa deles.

• Vocês acham que a Aline pode ficar traumatizada por não ter conseguido proteger o irmão naquele dia, no momento do assalto?

ROSA: Ela está fazendo esse tratamento psicológico, para que essa imagem não venha a ser um trauma para ela. Você coloca um monte de questões na cabeça. Poderia não ter ido, poderia não ter entrado naquela rua, poderia isso, poderia aquilo.

• A gente teve conhecimento de que o último desenho que o João fez na escola seria uma referência ao que aconteceria com ele. É verdade?

ROSA: Eu já peguei esse desenho e

nós ficamos sensibilizados. Eles tinham feito uma brincadeira de amarelinha e depois foram para a sala de aulas. O João desenhou a amarelinha dele, fez ele em baixo e o céu em cima. Desse céu ele puxou uma linha e se desenhou novamente lá em cima. A professora perguntou: "João, por que você puxou essa linha aí para cima?" E ele respondeu: "Sou eu, cheguei no céu". Isso foi no dia em que aconteceu, algumas horas antes. Você ouvir isso, só se não tivesse sensibilidade, a professora chorou tanto quando lembrou. Intuição existe, a gente tem intuições.

• *Vocês chegaram a pensar em deixar o Rio?*

HELICIO: Nós estamos enraizados com a família aqui. Mas, mesmo assim, muitas vezes isso passa pela nossa cabeça.

• *O que vocês podem passar para as famílias que acompanham o sofrimento de vocês?*

HÉLCIO: A gente está em pedaços. É como um copo ou um vaso quebrado em muitos pedacinhos. A gente está reaprendendo a viver. Em muitos momentos vem o desespero, você acha que ele vai passar correndo na sua frente. A gente fala de justiça e não fala de revolta, mas o principal é nossa dor, que queremos transformar em alguma coisa de concreto para que tenhamos alguma mudança boa para o país, para a sociedade.

'Com 16 anos não se vota? Por que para cumprir pena de crime hediondo não pode?'

ROSA VIEITES
Mãe de João Hélio

'Nada mudou. Não vemos um carro de polícia, continua tudo a mesma coisa na rua'

HÉLCIO VIEITES
Pai de João Hélio

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Senador Arthur Virgílio.

Apenas para complementar, Senador Paulo Paim e Senador Mozarildo, é interessante refletir sobre o que comentaram aqui o Senador Arthur Virgílio e o Senador Mozarildo, reflexo também do debate promovido pelo Senador Paulo Paim na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, ontem, e que repercutiu hoje em todos os jornais, sobre um estudo revelado hoje pelo jornal **O Globo**, mostrando algo que nos Estados já sabíamos e que agora ganha repercussão nacional, Senador Valdir Raupp: o custo de um infrator é superior a uma sala de aula inteira. O Estado paga R\$4.400,00 por menor internado, o equivalente ao gasto com 28 alunos.

A despesa para manter um menor infrator em regime de internação é de aproximadamente R\$4.400,00 por mês, valor que representa o gasto da manutenção de 28 alunos no ensino público fundamental. Seguramente, Senador Paulo Paim, esse é um dos frutos do debate de ontem na comissão presidida por V. Ex^a. São temas que devem passar a exercer algum tipo de

reflexão no Executivo, no Legislativo, no Judiciário e junto à sociedade também, com certeza.

Penso que a iniciativa do Senador Paim, do Senador Mozarildo de propor na CCJ também uma comissão permanente de estudos, de trabalho com relação à segurança nacional, provoca um novo olhar sobre essa questão que está no cotidiano do cidadão, mas que, até o momento em que ocorreu o martírio do menino do Rio de Janeiro, parece que a sociedade estava, de alguma maneira, adormecida. É um mártir que coloca um novo marco nesta discussão, com toda certeza.

Concedo a palavra ao Senador Paulo Paim, do nosso querido Rio Grande do Sul.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Zambiasi, Senador Arthur Virgílio, que toca no tema – sei que outros oradores o farão –, de fato esses dados foram fornecidos na audiência de ontem pela representante da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República e são os dados que todos os jornais produziram: R\$ 4.400,00 por mês. Ela dizia que isso permitira bolsa-escola para 200 alunos, durante dois anos.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Paulo Paim, permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Pois não.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Desculpe fazer um aparte praticamente antes do seu pronunciamento. Como o Presidente, bem como V. Ex^a, fez um comentário e eu não posso apartear o Presidente...

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Aparteie a mim, então, que me sinto contemplado.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Quero dizer que essa colocação é a mesma coisa que alguém dizer, em medicina, que é mais barato vacinar do que tratar uma pessoa doente. É evidente que é. Mas se a pessoa está doente, temos que tratar o doente. Uma coisa não separa a outra. O que acontece é que existem pessoas delinqüentes que têm que ser tratadas, e isso custa caro. Evidentemente, tratar uma pessoa com tuberculose é mais caro do que vacinar uma pessoa para não ter tuberculose. Agora, ocorre que, no Brasil, não tem sido vacinada a infância contra a delinqüência. E a culpa, como diz o próprio Presidente, é do Estado – e o Presidente se inclui nisso, pois está há quatro anos no Governo. Então, é preciso tomar medidas preventivas e corretivas ao mesmo tempo.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito bem. Senador Mozarildo Cavalcanti, Senador Zambiasi, ao terminar a audiência de ontem, não somente setores da imprensa como também aqueles que assistiram ao debate pela TV Senado me perguntaram por que só falaram pessoas, as que estavam ali, de entidades como OAB, CNBB, Ministério Público, Procuradoria-Geral da República, Secretaria de Direitos Humanos da Presidência que são contra a redução da idade para penalidade do menor. Por que não falaram outros?

Vejo-me, então, na obrigação de dizer, embora já tenha dito inúmeras vezes mas vou repetir, que se trata de um ciclo de debates. Tanto que estamos com o ciclo todo praticamente organizado, só que não íamos divulgá-lo hoje. Vamos divulgá-lo, então, para que ninguém tenha dúvida de que todos serão ouvidos nesse ciclo de debates.

Ontem, 22 de fevereiro, o tema foi “violência urbana na ótica dos direitos humanos”

No dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher – e alguns me perguntaram: “Mas você vai convidar?” “Vou sim, porque todos têm direito a dar sua opinião” – estão convidadas as vítimas que foram estupradas, violentadas, espancadas e parentes dos que foram assassinados. Para esta data está confirmada a presença na Comissão de Direitos Humanos de vítimas e parentes das vítimas;

No dia 22 de março: “violência e direitos alternativos”: hoje está mais do que confirmado que as prisões, Senador Gilvam, estão todas superlotadas, não há mais espaço, não há mais onde colocar as pessoas. Consideramos importante o direito alternativo, e há uma série de juristas que o defendem. Já vimos o caso de uma pessoa que, no supermercado, pegou um pacote de bolachas e acabou na prisão, caso que veio parar aqui; ou de alguém que roubou uma galinha, ou uma maça, ou uma pêra e foi parar na prisão. Então, vamos aprofundar a questão do direito alternativo, visão da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

No dia 5 de abril: “violência e responsabilidade social do setor privado”. Vamos chamar os banqueiros, a Fiesp, Fierg, enfim, todos os setores da sociedade. Com qual participação podem contribuir? Por exemplo, como nos foi dito ontem, um menino que ficou um período numa situação de reclusão. No momento em que ele sai...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Só um momento, Senador Mão Santa, concederei o aparte a V. Ex^a, com muito orgulho.

... há oportunidade para ele no mercado de trabalho?

Dia 19 de abril, por ser o mês do índio, teremos o tema Direito dos Povos Indígenas.

No dia 3 de maio: “violência, direitos humanos, trabalho e trabalho escravo”.

No dia 17 de maio: “violência, direitos humanos e educação,” tese muito defendida pelo Senador Cristovam.

No dia 31 de maio: “violência, direitos humanos e os setores discriminados”, todos os setores discriminados.

No dia 14 de junho: “violência e as drogas”. Sabemos que grande parte da violência no País é de responsabilidade também das drogas.

No dia 28 de junho: “violência e os profissionais da segurança pública” aqueles que dedicam a sua vida à segurança pública. Virão delegados e comandantes de Polícias Militares para dar também a sua opinião no dia 5 de julho. O tema “violência e a mídia” será discutido na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. Convidaremos diversos setores da nossa mídia emitir a sua opinião sobre a violência e, naturalmente, sob a ótica também dos direitos humanos. No dia 19 de julho, fecharemos os debates, e em 2 de agosto, pretendemos entregar um documento final ao Presidente da República e aos Presidentes da Câmara e do Senado.

Senador Mão Santa, fiz essa rápida leitura, para que as pessoas entendam que vamos convidar todos, inclusive, Senador Zambiasi, aqueles que são totalmente a favor de que a responsabilidade penal venha para 16 anos. Penso que ouvir é uma obrigação nossa, e ouvir todos os setores. Alguém me perguntou, Senador Mesquita Júnior, se eu iria convidar também as vítimas, pois trariam apenas a questão emocional. Eles precisam ter direito de falar! Nós, Senadores, vamos ouvi-los. E, depois de ouvir todos os setores envolvidos nesse grande tema, é que vamos tomar nossa posição, naturalmente sobre a aprovação dessa ou daquela lei; enfim, para onde vamos, numa perspectiva – repito, Senador Mão Santa – de olharmos o ontem, o presente, como o Senador Mozarildo colocou aqui muito bem, e o que queremos para o futuro da sociedade brasileira.

Ouçó o aparte do Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Paim, V. Ex^a madruga aqui nesta sexta-feira no Senado, e permita-me, Zambiasi, abrir a Bíblia onde se lê que, sob os céus, há um tempo determinado para cada propósito. O Presidente Lula da Silva, livro de cabeceira é a Bíblia! O tempo agora é este. Temos de combater essa violência, que existe, está aí. Não adianta mídia, Goebbels, Duda, a imprensa; não é possível esconder isso. A violência é o mais grave problema de hoje, como cada Presidente teve o seu problema. Então, Vossa Excelência não pode fugir. Portanto, eu o cumprimento, Paim. Recentemente, numa viagem aos Estados Unidos, chamou-me a atenção um fato – um quadro vale por dez mil palavras. Em um programa de televisão, uma mãe acusava um garoto que tinha atingido seu filho na face com uma lata de doce. E ela exigia a condenação do amiguinho dele, que tinha dez ou doze anos. Fiquei perplexo diante daquilo e continuei acompanhando o noticiário. No outro dia, a mãe disse que poderia ter atingido o olho, e o filho ficado cego. Exigia, então, que ele fosse às barras do tribunal e fosse julgado. No outro dia, a reportagem com o juiz, dizendo que iria acompanhar e ver a responsabilidade dos pais e, se não fossem adequados e responsáveis, arrumaria um tutor. Crianças, nascendo com essa responsabilidade. Então, feliz hora em que V. Ex^a tem engrandecido o Congresso, a Casa. A Câmara Federal não é a mesma de quando vivia Paim lá, defendendo os trabalhadores e dando exemplo de honradez, honestidade e seriedade do Parlamento. Agora, V. Ex^a pega essa bandeira. E eu dizia aquilo que Cícero no passado, na Roma antiga, disse: **pares cum paribus facillime congregantur**. Violência atrai violência. É isso,

Geraldo Mesquita: ninguém pode, ninguém tem tranquilidade. Este é o nosso País. Moro em Parnaíba. Estava em Sobral, a cidade do Ciro Gomes, conversando com um engenheiro amigo, em uma sorveteria, e ele me dizia que a violência já está em Sobral, cidade de Dom José, de Padre Palhano e do Padre Linhares. Um outro padre disse que, em Sobral, já tem dois bairros onde a gente não entra, uma cidade pacata, cristã. Quer dizer, Presidente Lula da Silva, isso é uma epidemia; está muito mais grave do que Aids. A violência tomou conta. Nós não vivemos em uma sociedade civilizada, e isso é uma barbárie. Sociedade que presencia fatos como esse de cada dia, do João Hélio, isso não é civilização. Esse é o Governo de Vossa Excelência, Lula da Silva. E quero-lhe lembrar do General Álvaro Obregón, ô Lula da Silva. Atentai bem! No México, está escrito no palácio que é melhor o adversário que me diz a verdade – está vendo meu Líder, Raupp? – do que o amigo puxa-saco, que me fica iludindo, mentindo e me enganando. E nós somos aquele adversário, mas amigo da Pátria, do povo e da democracia.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Senador Mão Santa, como sempre, de forma contundente, mas lembrando a importância dessa caminhada de todos nós, na busca do combate à violência, dos direitos humanos, da justiça e da paz.

Senador Mesquita Júnior, com muito orgulho. V. Ex^a foi um dos signatários do requerimento do círculo de debates. De forma preliminar, estou anunciando hoje, e, na quinta-feira, na Comissão, eu falei com V. Ex^a antes pois é um dos signatários. Muitos me perguntaram por que eu não estava ouvindo os outros lados? Eu respondi que é um ciclo de debates e que, no fim, poderemos ter alguns encaminhamentos. Eu não posso terminar a primeira audiência e determinar que vai ser isso, isso e aquilo. Seria incorreto, porque quem vai decidir são os Senadores no fim do ciclo de debates.

Senador Geraldo Mesquita Júnior.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – Com muito prazer, Senador Paulo Paim, para oferecer a esta Casa e ao País o meu testemunho dos bastidores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, presidida por V. Ex^a. Eu digo bastidores, porque o que V. Ex^a acabou de dizer é a pura verdade e o retrato da realidade. Senador Paulo Paim, eu vou mais longe ainda: no nosso País tão diverso, nós costumamos banalizar muitas coisas. Até a violência já está uma coisa banalizada. A política, por exemplo, é algo banalizado. Nós temos uma expressão na minha terra, que as pessoas falam com a maior naturalidade:

“quando chega a época da política”. A época da política no meu Estado e em grande parte do País é o período das eleições. Então, a política para muita gente neste País é o período eleitoral simplesmente. Tenho muito orgulho de tê-lo, como V. Ex^a diz, como parceiro aqui nesta Casa, de muita luta, de muito trabalho, porque V. Ex^a exercita a verdadeira política. Este assunto, violência, está aí na pauta e tem uma dimensão muito grande, uma importância muito grande para o País, como tem, também, uma dimensão e uma importância muito grande para o País a questão do salário mínimo. Faço esse paralelo para mostrar como V. Ex^a procede, como V. Ex^a atua, tanto em um caso como no outro. V. Ex^a, aqui, brigou pela instalação de uma comissão especial, para que se discutisse o tema durante um longo tempo, ouvindo dezenas, talvez, centenas de pessoas – técnicos, representações sindicais, pessoas que representam os interesses do próprio Estado –, para, ao final de um ciclo de audiências públicas, apresentar uma proposta. Faço, então, esse paralelo para mostrar – aí, sim, retorno ao início da minha fala – os bastidores da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa. De fato, foi exatamente isso que V. Ex^a propôs à Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Juntamente com V. Ex^a. É preciso resgatar isso.

O Sr. Geraldo Mesquita Júnior (PMDB – AC) – A realização de um sem número de audiências públicas, esse é o exercício puro da política, Senador Paulo Paim. É a política de forma continuada, não só com vistas ao período eleitoral, mas é o exercício da política, ou seja, trazer técnicos, profissionais, vítimas, seja quem for, para discutirmos nesta Casa um assunto tão importante. E, como V. Ex^a disse, ao final da primeira audiência, não se poderia emitir um veredicto, não se poderia fixar um entendimento, porque, Senador Paulo Paim, ainda precisam. As audiências públicas que V. Ex^a convoca e tão bem preside são, efetivamente, o exercício puro da política neste País, a política com “p” maiúsculo, a política da maior interlocução com a sociedade, a política de ouvir a voz rouca das ruas como diz o Senador Mão Santa, a política de ouvir as pessoas, de ouvir quem está aflito com a situação para que possamos fixar nosso entendimento quanto ao que deva ser introduzido no contexto legislativo de nosso País. Portanto, deixo aqui o meu testemunho e a minha solidariedade à luta que V. Ex^a acaba de encampar, mais um grande tema em seu currículo, em sua folha de serviços prestados a este Parlamento e a este País.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – Muito obrigado, Senador Geraldo Mesquita Júnior. Na Comissão de Direitos Humanos, na Comissão de Assuntos Sociais ou em qualquer outro âmbito em que se trata de temas que envolvem diretamente o nosso povo, V. Ex^a, junto com outros Senadores, tem nos ajudado muito. Este depoimento que dou sobre a postura de V. Ex^a posso dar em relação a grande parte dos Senadores aqui presentes, mas faço esta homenagem a V. Ex^a por me lembrar do que V. Ex^a me disse: “Paim, quinta-feira, às nove horas da manhã, eu estarei lá”. E quinta-feira, às nove horas da manhã, V. Ex^a estava lá junto com outros Senadores, o que fez com que a audiência pública fosse um sucesso. E digo sucesso em função de seu objetivo, não somente pela presença das pessoas que estavam lá, dos que acompanharam e elogiaram o trabalho da Comissão – este Presidente pouco falou, eu apenas presidi a sessão; quem falou foram os Senadores, os convidados e os representantes de quatro entidades, que apresentaram suas propostas.

Fiquei muito feliz com o resultado dessa audiência. Aliás, Senador Mesquita Júnior, no fundo, todos somos um pouco egoístas, e eu também sou. Mas o egoísmo a que me refiro é o de fazer bem ao próximo para se sentir bem. Fazer bem a alguém, no fundo, é uma felicidade minha: faz tão bem fazer o bem, que me sinto bem. Fui, portanto, também egoísta, mas prefiro esse egoísmo. Que cada um diga para si mesmo que fez uma lei no Parlamento que beneficiou um ou dois milhões de pessoas, ou até mesmo apenas uma pessoa. Como é bom isso! Sinto-me realizado num momento desses.

Por que estamos trazendo esse tema da violência depois de conversar com V. Ex^a, com o Senador Cristovam, com o Mão Santa, com o Mozarildo, com o Valdir Raupp, com o Gilvam Borges, Senador Zambiasi? É importante, sim, que haja uma Subcomissão de Segurança Pública, mas não podemos perder o foco dos direitos humanos, pois os dois assuntos convergem para um mesmo ponto. É preciso que trabalhe-mos em parceria.

Quando digo isso, penso naquela frase que usamos no primeiro dia, quando aprovamos o projeto nº 1 unanimemente, Senador Mesquita Júnior. Mandei colocar todos os projetos na pauta mediante um entendimento que fizemos. Para nós não há projeto na gaveta, todos vão para a pauta, vamos convidar todos os autores e relatores para estarem aqui. Havia onze projetos. Esse projeto que penaliza em dobro o adulto que faz crime com um menor era o décimo projeto.

Perguntei a todos se podia dar preferência para ele e o aprovamos unanimemente –V. Ex^a, inclusive, teve de sair duas vezes e voltou para participar do debate, Senador Zambiasi, como todos os Senadores que estão aqui.

Esta foi uma regra que adotamos: conosco nenhum projeto fica parado. Dei um projeto que estava há dois anos parado para V. Ex^a relatar, aquele que vai garantir, na iniciativa privada, a creche para criança de zero a seis anos. Surpreendentemente, ele estava há dois ou três anos parado, e V. Ex^a disse: “É um projeto que tem caráter social, vou relatá-lo”. E se depender de mim, ele vai ser votado ainda este mês.

Quero dizer muito claramente para a sociedade brasileira que a Comissão de Direitos Humanos não vai sair desse debate. Senador Mesquita Júnior e Senador Zambiasi, uma pessoa ligada aos direitos humanos me disse: “Você não pode convidar as vítimas, você não deve convidar as vítimas”. E eu disse: “Tenho muito respeito por você, o maior carinho, mas vou convidar as vítimas também, as vítimas e os parentes das vítimas”. Eles têm de ter aqui no Parlamento – não apenas na Câmara, que é a casa do povo –, no mínimo, o direito de dizer como estão, como se sentem com a violência acontecida. Os Senadores e os Deputados estão mais que preparados para ouvi-los. Um pouco de emoção faz parte da vida. Como dizia Che: “Hay que endurecerse, pero sin perder la ternura jamás”. Sei que é uma frase antiga, mas, neste momento, cabe.

Temos de ter a sabedoria de não querermos ser o juiz, mas de construirmos uma proposta positiva, alternativa, que balize a decisão do juiz na hora de decidir.

Senador Mesquita Júnior, V. Ex^a, como advogado que eu respeito muito e jurista conceituado sabe que esse é o nosso papel, e nós aqui não abrimos mão do papel de legislar também nessa questão. Entendo que o ciclo de debates sobre violência e direitos humanos está bem colocado na Comissão de Direitos Humanos do Senado da República.

Agradeço ao Senador Zambiasi inclusive por não ter marcado o tempo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Zambiasi. Bloco/PTB – RS) – Obrigado, Senador Paim. Parabéns por seu trabalho, por sua iniciativa. Com certeza ela vai repercutir ali à frente no apoio às soluções dessas causas sociais que provocam tantas vítimas.

Está inscrito para falar nosso querido amigo, companheiro partidário do PTB, o Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu, como vários Senadores, tenho me ocupado ultimamente do tema da segurança. Hoje, porém, abro parênteses para me ater ao tema da Campanha da Fraternidade da Igreja Católica, que foi lançada anteontem em Belém do Pará. Quero fazer aqui uma análise crítica da postura da Igreja Católica nessa questão.

Primeiro, vamos lembrar que, quando Pedro Álvares Cabral chegou aqui, junto com aquela expedição que pretendia chegar às Índias, também tinha o apoio da Igreja Católica – chegou aqui depois de várias expedições que os portugueses fizeram à África, todas expedições exploradoras que buscavam as riquezas da África, buscavam escravizar os africanos.

A Igreja Católica, com a desculpa de evangelizar, de converter os pagãos, colaborava com os exploradores e tinha participação nos lucros que auferiam.

E no Brasil não foi diferente. Aliás, a primeira árvore derrubada no Brasil foi derrubada a mando da Igreja Católica para fazer a cruz ao pé da qual se rezou a primeira missa. Então, o primeiro mau exemplo que se deu foi este: derrubou-se uma árvore, grande por sinal – pelo menos pelo que se vê nas pinturas que retratam aquele evento –, para rezar a primeira missa.

Depois, os portugueses, os franceses, os holandeses e os ingleses seguiram explorando o pau-brasil principalmente, sempre com a colaboração da Igreja Católica, que criava missões para atrair os indígenas e transformá-los em mão-de-obra escrava nas fazendas, nos cultivos dos exploradores.

Não foi diferente na Amazônia.

Toda vez que havia uma incursão dos portugueses na Amazônia, juntamente com eles ou até antes iam os padres, os religiosos a fim de pacificar os índios para receberem os exploradores. Isso sempre foi assim.

Li o documento preliminar da Campanha da Fraternidade deste ano, em cuja figura há uma terra rachada, o que não é comum na Amazônia. Se a Amazônia sofreu uma estiagem depois de décadas, não foi por culpa da Amazônia, mas do aquecimento global provocado pelos países ricos da Europa e pelos Estados Unidos. A Amazônia é vítima desse processo, mas querem colocar a culpa nas queimadas feitas pelas pessoas que lá estão.

Há também a figura de uma vitória-régia e de um índio. Ora, repito o que eu já disse aqui: tenho o maior respeito pelos índios. Sempre fui muito bem votado pelos índios da minha terra. Como médico, desde que lá cheguei formado, atendi a todas as comunidades indígenas indistintamente.

Na Amazônia, temos 200 mil índios e 25 milhões de não-índios. Geralmente nesses 25 milhões há muitas pessoas miscigenadas, que chamamos de caboclos.

São pessoas que não são necessariamente arrozeiros, sojeiros, criadores de gado, não; são ribeirinhos, são pessoas que vivem das suas roças artesanais.

E no documento da Igreja Católica que norteia – repito, o documento preliminar; ainda não li o documento definitivo – o que se vê, na verdade, é a preocupação da Igreja Católica com a perda de seu espaço na Amazônia. Aqui é dito claramente:

“As dioceses e prelazias daquela região, no passado, eram geralmente socorridas por missionários estrangeiros, que as serviam com recursos humanos e materiais vindos de fora do País; hoje, essas forças ficaram drasticamente reduzidas e as igrejas da Amazônia ainda não estão em condições de enfrentar sozinhas a sua imensa tarefa evangelizadora.

Como atender adequadamente as comunidades católicas esparsas pelo vasto território? A ação intensa de grupos religiosos não-católicos [quer dizer, há preocupação com os grupos religiosos não-católicos] está questionando seriamente a capacidade e a agilidade de nossa Igreja Católica em atender devidamente às necessidades religiosas de seus próprios fiéis. Chegou a hora de uma grande ação solidária de toda a Igreja no Brasil para a evangelização da região amazônica. O apoio e o revigoramento daquela Igreja local tornou-se urgente e requer a ajuda de voluntários e missionários das outras regiões do País, além de recursos econômicos e logísticos.”

Senador Valdir Raupp, veja o que está por trás dessa história, daquelas imagens bonitas – bonitas, não; digamos assim, que sensibilizam – mostradas na televisão.

“Vida e missão nesse chão” é o lema da Campanha da Fraternidade.

A Igreja Católica esteve presente no meio dos povos amazônicos desde o início da evangelização do Brasil.

É verdade! Desde a missa rezada por Frei Henrique de Coimbra, ao pé da primeira árvore derrubada, no Brasil, pela Igreja Católica. Repito:

A Igreja Católica esteve presente no meio dos povos amazônicos desde o início da evangelização do Brasil e quer agora aprofundar sua presença e ação no meio deles”.

Sr. Presidente, sou católico, mas não sou um católico praticante, porque perdi realmente a fé nos objetivos da Igreja Católica. Primeiro, porque li o que a Igreja Católica fez no passado: a Inquisição, as Cruzadas, que até hoje é responsável pelo ódio que os mulçumanos têm. Realmente, isso me deixa perplexo. E parece que, hoje, a Igreja Católica está imbuída de fazer uma inquisição moderna, ou seja, transformar quem mora na Amazônia nos hereges de antigamente. Então, o garimpeiro é um pecador, o madeireiro é um herege, o fazendeiro está excomungado. Quem presta, então, na Amazônia? Só os católicos?

É por isso, Senador Valdir Raupp, que a maioria dos Estados da Amazônia está deixando de ser católica. O meu Estado é o quarto menos católico do Brasil. E daqui a pouco vai ser, talvez, o menos católico.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Tem muito comunista.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Não, não há comunismo, não. São não-católicos, são evangélicos. Porque as comunidades indígenas, onde estão presentes os evangélicos, são comunidades mais organizadas. Lá não existe bebida alcoólica; as famílias estão integradas; não há suicídios. Agora, onde está a presença ausente da Igreja Católica – porque geralmente só há a igreja, um templo construído, mas a ausência da presença física do padre, ou de qualquer missionário, porque até isso realmente não há mais...

Quero ler só um pedaço de uma matéria publicada no jornal **Folha de S.Paulo** pelo ex-Arcebispo de São Paulo, atual Ministro do Papa Bento XVI, Dom Cláudio Hummes, em que ele fez alguns comentários. Vou ler só alguns trechos, em que ele diz – ele apontou alguns pontos que mostram que a Igreja Católica realmente está perdendo seu objetivo e fala isso claramente. Ele deixou claro que não se trata de lutar contra outros grupos religiosos, mas de entender por que os sacerdotes católicos não têm sido capazes de conduzir até Jesus Cristo aqueles que eles batizaram. Vejam bem! E mais na frente, o próprio Arcebispo diz: “diante da

calamitosa escalada de violência e ódio que temos presenciado diuturnamente, nos meios de comunicação, quero parafrasear o Papa Bento XVI: 'devemos reconhecer que a Igreja de hoje tem de responder aos desafios da atualidade com renovada audácia para voltar a propor aos homens e mulheres a mensagem salvadora de Cristo'.

Então, Sr. Presidente, fico realmente pasmo e não tenho receio. Aqui existe uma espécie de receio de se falar contra o que pensa a Igreja Católica. Penso que esse tempo passou – passou mesmo. A Igreja Católica não é porta-voz de Deus. Ninguém pode se arvorar em ser porta-voz de Deus. Penso que ninguém tem esse direito.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que fico muito preocupado mesmo porque, no meu Estado, por exemplo, a Igreja Católica resolveu comandar um verdadeiro *apartheid* étnico por demarcação de terras indígenas, inclusive contra os índios. O que foi feito na reserva indígena Raposa Serra do Sol é de estarrecer. A minoria dos índios que moram lá queria uma reserva de forma contínua e a maioria não queria. Estou falando a maioria dos índios, nem falando dos não-índios que moravam lá há séculos. Mas foi imposta dessa forma.

O próprio Presidente da República disse para o Governador do meu Estado, na minha presença, e na do Senador Augusto Botelho e dos Deputados Federais do meu Estado, que iria demarcar porque não agüentava mais a pressão da Igreja Católica, das ONG's.

E quando veio dos funerais do Papa, ele realmente demarcou como quis.

Coincidentemente, logo após esse episódio, uma instituição chamada Cafod, que é da Igreja Católica da Inglaterra e do País de Gales, pediu autorização para adentrar essa reserva indígena, para inspecionar e estudar projetos de financiamento de atividades ali dentro. Que coincidência! Que benevolência! A igreja Católica da Inglaterra vai à reserva indígena Raposa Serra do Sol, lá no nordeste do meu Estado, para prestar assistência aos índios – à minoria dos índios, porque a maioria não quer essa demarcação e continua lutando contra ela. Recentemente, inclusive, ocorreram conflitos lá.

Então, é preciso que a Igreja Católica perca essa mania, que já é do passado. E não venha...

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Logo em seguida darei o aparte a V. Ex^a.

Não venha a repetir agora essa Inquisição moderna, essa verdadeira transformação. Ela se mete em tudo.

Nessa questão da violência, é muito cômodo para um grupo de senhores solteiros, que não têm família, portanto não têm filhos que vão ao colégio e se expõem ao risco de serem seqüestrados, não têm mulheres que precisam trabalhar; eles próprios não precisam se expor muito. Quando, por acaso, alguém da Igreja, como o caso lamentável da Irmã Dorothy, é assassinado, a Igreja toda é mobilizada para exigir justiça.

E não vejo essa mobilização no caso do João Hélio, no Rio de Janeiro.

Então, lamento muito que essa seja uma Campanha de fachada para, na verdade, mobilizar, como está dito no documento, recursos e outros mecanismos para aumentar o número de católicos na região. Não acho isso ruim, desde que a Igreja Católica cumpra o papel de evangelizar, de dizer a verdade, de fazer justiça e de fazer o bem para todos, como Jesus sempre pregou: todos são iguais.

Senador Valdir Raupp, concedo-lhe o aparte, pois V. Ex^a tinha pedido primeiro. Em seguida, ouvirei o Senador Mão Santa, com muito prazer.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Nobre Senador Mozarildo Cavalcanti, ontem mesmo fiz um pronunciamento sobre a Campanha da Fraternidade, sobre a Amazônia como um todo, não só pela Campanha da Fraternidade, mas pela preocupação do mundo com aquela região. É louvável não só a Igreja Católica mas também outras entidades estarem preocupadas com a Amazônia. Por outro lado, países como a Inglaterra, como V. Ex^a se referiu, e tantos outros países da Europa têm uma preocupação enorme com a Amazônia. Só o Estado do Amazonas tem 97% das suas áreas preservadas – e olha que o Estado representa quase 50% do território nacional. Todas as florestas brasileiras – amazônica, mata atlântica em todos os Estados – somam 64% da nossa área territorial preservada com florestas primitivas. A Europa inteira tem apenas 0,3%, não chegando a 0,5% das suas florestas primitivas preservadas. É claro que eles fizeram alguns reflorestamentos. Mesmo a África tem apenas 9% das suas áreas preservadas. É muito bom que trabalhe para preservar a Amazônia, mas se os outros países não fizerem a sua parte, não pararem de poluir o mundo com o dióxido de carbono, como os Estados Unidos, a Inglaterra e tantos outros, de nada valerá nosso esforço para a preservação da Amazônia. É claro que temos de fazer esse trabalho, mas temos de

cobrar dos países e das entidades que querem a todo custo a preservação da Amazônia que façam também seu dever de casa, como estabelecido recentemente no relatório sobre aquecimento global elaborado por entidades que trabalharam anos a fio nessa questão. Admiro toda religião que trabalhe com seriedade. Sou católico não muito praticante, pratico um pouco, mas vejo que a Igreja Católica tem de se voltar apenas à espiritualidade e não se envolver com questões políticas. A Igreja, como qualquer outra entidade e até mesmo como nós políticos, pega a onda do momento: pegou a onda da fome, a onda da paz, a onda disto e daquilo, e agora está pegando a onda da Amazônia, que está sendo discutida no mundo inteiro. V. Ex^a está sendo muito feliz ao abordar essas questões em seu pronunciamento. Muito obrigado.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço o aparte de V. Ex^a, Senador Valdir Raupp, que já foi Governador de um Estado da Amazônia, aliás, um Estado sempre citado como um mau exemplo. Muita gente diz que Rondônia é um exemplo de devastação.

Tive oportunidade de ir ao Estado de V. Ex^a duas vezes. Uma vez foi naquela missão à Reserva Roosevelt – o nome, por sinal, é uma homenagem a um Presidente dos Estados Unidos –, durante a confusão com os índios Cinta Larga, onde há a maior reserva de diamante da melhor qualidade do mundo. V. Ex^a sabe, o Brasil todo sabe, o Presidente da República sabe que o diamante continua sendo extraído, desviado, e o Brasil não recebe um tostão, porque o Presidente legisla com medidas provisórias quando quer. Sugerimos naquela comissão externa que fosse baixada medida provisória para permitir a exploração do diamante em benefício dos índios, primeiramente, do Estado de V. Ex^a e desta Nação como um todo, mas nada foi feito. Baixaram a medida provisória para legalizar o diamante que estava em poder dos índios naquele momento, só, e nada mais foi feito. Então, é uma enganação.

Ao contrário do que se diz, o Estado de V. Ex^a é um exemplo para a Nação de um Estado que cresceu, que produz e que gera bem-estar. E, nesses oito anos em que sou Senador, vejo V. Ex^a a toda hora na tribuna, brigando por um gasoduto que só agora começa a querer sair do papel.

Realmente, temos de nos levantar e não aceitar esta pecha, como a Igreja fazia durante a Inquisição, de que, ou somos hereges, ou bruxos, ou coisa parecida. Nós não somos. Os culpados pelo que sofremos na Amazônia é o Governo Federal e os países ricos.

Está comprovado que contribuimos para o aquecimento global com apenas 6%; os outros 94% são os países ricos queimando combustível fóssil. Agora mesmo dão como bonito uma intenção dos países da Europa de reduzir em 20%, nas próximas décadas, a emissão de gases que provocam o efeito estufa, o aquecimento. Então, nós, da Amazônia, não podemos aceitar essa pecha e ficarmos calados.

O Sr. Valdir Raupp (PMDB – RO) – Rondônia, como V. Ex^a se referiu, é o único Estado do Brasil que tem o zoneamento aprovado pela Assembléia Legislativa, pelo Conama e pelo Ministério do Meio Ambiente e visa a preservar 70% de sua área territorial. Temos hoje em torno de 27%, 28% apenas desmatados. Por quê? Porque, nas décadas de 70 e de 80, especificamente, houve um chamamento do Governo Federal para que ocupassem a Amazônia, e como Rondônia era um Estado de terras boas foi colonizado pelo In-cra, um órgão federal, que chamou brasileiros do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, do Espírito Santo, de Minas Gerais, do Paraná, de todos os Estados, para ocupar a Amazônia. “Integrar para não entregar”; era a integração para não entregar a Amazônia para organismos internacionais que a estavam cobiçando naquele momento – e cobiçam até hoje. Que culpa temos nós? Estamos fazendo nossa parte, nosso dever de casa, como eu, como Governador, fiz que foi o zoneamento. Investimos lá mais de R\$50 milhões para fazer o zoneamento que visa a preservar 70% das áreas de Rondônia. Só eu assinei, Senador Mozarildo, 46 decretos de criação de áreas de reservas florestais, extrativistas e biológicas, parques florestais, em conjunto com o Governo Federal. Então, Rondônia tem um zoneamento que está servindo de modelo para o Acre, para o Pará, para o Mato Grosso, e creio que todos os Estados da Amazônia vão seguir o exemplo de Rondônia. Então V. Ex^a tem razão – e agradeço até essa solidariedade com Rondônia – ao dizer que nós não somos os predadores, os agressores do meio ambiente; estamos lá procurando, claro, sobreviver com mais de 1,5 milhão de habitantes que tem Rondônia, mas preservando. Que bom se todos os países do mundo tivessem a preservação que tem o Estado de Rondônia, que ficassem com 70% de suas áreas preservadas.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Mas as coisas boas, Senador Valdir Raupp, que acontecem na Amazônia, que os governos fazem na Amazônia, não são contadas. Por exemplo, está provado que o meu Estado é o que menos desmata. Aliás, esse negócio de desmatamento pegou uma pe-

cha que árvore parece até sagrada, não é um ser vivo que nasce, cresce, produz e morre, não se pode aproveitar. Então, V. Ex^a diz – e sei disso – que foi criado no seu Estado um zoneamento econômico e ecológico, aprovado há muito tempo, e o Estado de V. Ex^a obedece. O meu Estado, por exemplo, é um Estado diferente da Amazônia. Quase a metade do meu Estado não é composta por floresta, é composta de campos naturais – e isso também não é dito. Houve até um Ministro do Presidente Collor, que foi a Roraima – e eu estava no avião. Quando saímos da Floresta Amazônica e entramos – lá, chamamos de lavrados – nos campos naturais, que correspondem aos cerrados e têm menos árvores do que os cerrados, o Ministro Lutzemberger, famoso e que já morreu, disse ao Presidente Collor: “Olha aí, Presidente, quanta devastação! Queimaram tanto que não existe mais floresta”. Quer dizer, a ignorância de alguns brasileiros “ilustres” sobre a Amazônia faz com que as coisas se estigmatizem.

Estou falando de Rondônia, porque citam esse exemplo. Recentemente, ouvi declarações de atores e de atrizes da Rede Globo que estão filmando a minissérie Amazônia de que, indo para o Acre – portanto, sobrevoando o Estado de V. Ex^a –, viram devastação enorme naquela região. O que viram, na verdade, foi a ocupação racional do homem para produzir em benefício do homem e em benefício, portanto, do seu Estado e do Brasil.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PDMB – PI) – Senador Mozarildo Cavalcanti, estamos ouvindo atentamente V. Ex^a, que merece minha admiração, a da Amazônia e a do seu Estado. E falo como médico. Entendo que a Medicina é a mais humana das ciências e que o médico é o grande benfeitor da humanidade, e V. Ex^a simboliza isso. O líder maçônico Gonçalves Ledo – a Maçonaria, essa organização trabalhou pela nossa independência – é um homem de coragem. E V. Ex^a foi um dos primeiros a denunciar a farra dessas ONGs. Agora, estão despertando até para uma CPI, mas foi V. Ex^a que apontou. Não tenho visto aqui ninguém com tanta visão de futuro da Amazônia como V. Ex^a. V. Ex^a falou de religião. Entendo que qualquer religião é muito boa. Os católicos são membros de uma delas, como eu. Meu nome é Francisco – Paz e Bem! –, um nome católico. Minha mãe era terceira franciscana. Mas há muita coisa certa no que V. Ex^a diz. Vejo religião como um caminho que leva a um Deus; são laços que nos unem a um Deus. É um código de ética em que todas são boas religiões – todas elas. V. Ex^a está muito certo,

mas vejo que as coisas mudam. Petrônio Portella dizia que só não muda quem abdica do direito de pensar. As coisas mudam, e religião, hoje, no meu entender, é a cristã. A mulçumana tem a sua história, com todo o respeito. Então, surgiram outras, mas vêm todas da mesma. Bendito Lutero, como V. Ex^a disse, foi quem despertou para as falhas e para os erros. Bendito Lutero! E, aqui mesmo, vou dar um exemplo a V. Ex^a. Está ali! Um quadro vale mais do que mil palavras. Geraldo Mesquita, fomos convidados para um debate numa emissora de televisão aqui, em Brasília, sobre a criação do Estado do Planalto Central. O Senador Geraldo Mesquita é muito inteligente, é lá da Amazônia, é do Acre – que considero não pelas árvores, pois muitas são as maravilhas da natureza, mas a mais maravilhosa é o ser humano. Adib Jatene é um acreano, símbolo maior da Medicina. A grande Amazônia – que é tudo, que são todos os senhores juntos – representa 47% deste País. Penso que aquilo deveria ser um país. Está aí a Rússia. Na União Soviética antiga, havia até filas para comprar picolés.

E, hoje, a situação melhorou. Quando se aumenta o número de Estados, melhora – está aí o Tocantins. Municípios, eu criei 78 no Piauí. E sonho que aquilo seja um país, porque o Governo está distante. Mas sobre religião, V. Ex^a me permite, eu não concordo. Essas mudanças existiram aqui mesmo. Fomos à televisão, e o Geraldo Mesquita viu um *outdoor* com um homem bonito e com uma mulher e perguntou: “Não é aquele que prenderam?”. E responderam: “Não, é outro”. Eu fiquei encantado. É uma Igreja chamada Sara Nossa Terra, que veio da Presbiteriana, porque a Presbiteriana não aceitava os jovens com cabelo comprido, que usasse brinco, e aí surgiu um pastor inteligente e competente, como Lutero: o Bispo Rodovalho, que é físico e que conhece Linus Pauling, Blackwood. Estudei Física. E de tudo que observei sobre violência, o que mais aprendi veio de um jornalista. Particpei de um debate, em que se falou de cadeia, de prisão perpétua, de força, de pena de morte, de cadeira elétrica, de capar, de tanque de guerra, do Código Penal – cada um trouxe suas sugestões. Houve até quem sugerisse que o intra-uterino fosse julgado – cada um com suas idéias. Mas ouvi um jornalista do **Jornal do Brasil**, que se levantou e que deu a opinião mais sensata – quis Deus estivesse presente o Crivella: “Olha, freqüente os morros, as favelas, essas que são resultado...”. Temos de entender as origens, ó Presidente Luiz Inácio Lula da Silva! O que é uma cidade? Gente. Chegou-se à conclusão de que era bom viver em cidade; um

ajudava o outro. Aí apareceram as regras, e o homem transformou essas regras em leis, beneficiando todos. Mas acontece que muitos foram discriminados, foram excluídos, porque essas regras e leis não beneficiavam os que estavam na periferia. Então, eles fizeram as próprias leis, as próprias regras. Por que eles vão obedecer a essas leis se estão desempregados, se não têm esperança, se não têm escola, se não têm saúde? Eles estão fazendo as próprias leis, as próprias regras. Essa é a verdade. Mas sabe o que o repórter disse? Disse: “Vou à favela – eu a frequento devido ao trabalho – e tenho observado que, onde há igreja, há paz em torno dela”. Então, o mundo precisa das igrejas, seja a Católica, sejam as outras, as cristãs, pois a Católica não é a melhor. Tenho visto que, na história do mundo, erramos porque viemos nessa Católica meio cega, pois os cristãos portugueses chegaram aqui e disseram: “É mais fácil um camelo passar pelo buraco da agulha do que um rico entrar no reino dos céus”. Aí ninguém queria trabalhar para ser rico. A riqueza vinda do trabalho é digna. Então, surgiu Calvino. Essa é a diferença dos povos da religião cristã, que têm essa visão do trabalho, a visão da riqueza, para fazer o bem e prosperar. Considero o que está havendo muito bom. Não está havendo queda, está aumentando o Cristianismo. As outras fortalecem este que foi o grande político, que foi o primeiro comunista do mundo – todos tinham de participar –, que foi Cristo.

É a divisão. Comunhão quer dizer isso. Aquele ato simbólico do católico significa dividir o pão, e, aqui, não há pão dividido. Existem os excluídos, e esses excluídos têm de ser integrados por este Governo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Mão Santa, o aparte e concedo, com muito prazer, um aparte ao Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senador Mozarildo, prometo a V. Ex^a que me vou ater aos dois minutos regimentais do nosso aparte. Quero apenas parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento corajoso. A Igreja – e todas são assim – desenvolveu os dogmas. A palavra “dogma” tem sua origem naquilo que não se deve pensar. É um dogma: “aceite como lhe estou ensinando” ou, talvez, “aceite como lhe estou impondo”. V. Ex^a sabe que, com o avanço da intelectualidade, as pessoas, hoje, sentem dificuldade em raciocinar sobre temas tão importantes, como este a que V. Ex^a se está referindo. Parabéns a V. Ex^a! Aliás, ontem, quando eu conversava com o Vice-Presidente, S. Ex^a me dizia que fez recentemente uma viagem à China e que, lá,

a produção de arroz é de 150 milhões de toneladas. Senador Mozarildo, a China produz, por ano, 150 milhões de toneladas de arroz, e nós, aqui, temos dificuldades. Produzimos tudo: arroz, feijão, soja, amendoim, o que for, num total de 100 milhões de toneladas. Então, veja como estamos atrasados! E, desse atraso, vem a fome, e, da fome, vêm todos esses problemas citados pelo Senador Mão Santa. Às vezes, há, sim, tradições religiosas impedindo o desenvolvimento. Quero parabenizar V. Ex^a pelo pronunciamento corajoso, lúcido, que merece o aplauso de nós todos.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Senador Marcelo Crivella, acolho com muito prazer o aparte de V. Ex^a. Quero dizer que recebi da Igreja Universal, em Roraima, apoio irrestrito. Não só por isso eu diria que me sinto feliz com o aparte de V. Ex^a, mas me sinto, hoje, um homem ecumênico – aliás, até pela minha formação, pelo fato de ser maçom. Na Maçonaria, acolhemos todas as religiões. Aliás, para entrar na Maçonaria, só há um impedimento: ser ateu. Quem não acredita em Deus não pode ser maçom. Como a pessoa chama Deus não interessa, se é por Alá ou por outro tipo de nome. Isso não interessa. Para mim, é esse o caminho. Todas as religiões, para mim, são importantes.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Mozarildo, quero comunicar ao Plenário que a hora prevista de encerramento desta sessão é às 11 horas e 30 minutos, mas vamos garantir a palavra a todos os inscritos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Até às 13 horas!

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – V. Ex^a vai ficar comigo, estou falando dos oradores! V. Ex^a vai ficar comigo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – São quatro horas de sessão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Vamos ficar juntos V. Ex^a e eu.

Quero perguntar a V. Ex^a, Senador Mozarildo, qual o tempo de que V. Ex^a necessita para concluir o pronunciamento.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – De um pouco mais de tempo, Sr. Presidente. V. Ex^a, como amazônida...

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – De cinco minutos?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Creio que, com cinco minutos, dá para encerrar.

Senador Crivella, com relação à questão da religião, espero que os homens da Igreja Católica, da CNBB, entendam que minha crítica é feita à forma como eles estão procedendo. Não estou criticando a fé católica. Respeito muito os católicos, mas o procedimento da Igreja Católica está sendo criticado até por D. Cláudio Hummes. Li uma declaração dele na **Folha de S.Paulo**.

Quero mesmo falar sobre a Amazônia. É por isso que trouxe à colação a CNBB, já que esta adotou como tema da Campanha da Fraternidade deste ano a Amazônia, assunto sobre o qual quero discutir em profundidade.

Senador Gilvam Borges, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero referir-me – e peço que seja transcrito na íntegra – ao artigo do eminente sociólogo Helio Jaguaribe, cujo título é “A perda da Amazônia”, publicado na **Folha de S.Paulo**. Não lerei o artigo, porque ele é relativamente extenso. Diz: “Nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeita a Amazônia. O que ocorre nessa área, 59% do território [a área é de mais de 60%], é inacreditável”. Vou ler mais um trecho:

Enquanto a Igreja Católica atua como ingênua protetora dos indígenas, facilitando indiretamente indesejáveis penetrações estrangeiras, igrejas protestantes, nas quais pastores improvisados são, concomitantemente, empresários por conta própria, a serviço de grandes companhias, atuam diretamente com finalidades mercantis e propósitos alienantes.

Quero dizer que, no meu Estado, isso não acontece com os pastores protestantes, com os pastores evangélicos. Conheço muito bem o trabalho das igrejas evangélicas nas comunidades indígenas e sei que o que se dá é o contrário: onde existem evangélicos, as comunidades indígenas vivem melhor.

Quero também fazer alusão à matéria publicada no **Jornal do Brasil**, no dia 21 de fevereiro, de autoria do Sr. Mauro Santayana, cujo título é “Olhos Abertos”. Eis o resumo do artigo: “É bom dispensar o serviço daqueles que querem nos ajudar na Amazônia”. Lerei um parágrafo, Senador Gilvam:

O interesse de alguns leitores pela coluna de segunda-feira passada (*O que é nosso*) confirma que o problema da Amazônia, objeto de excelente série de reportagens deste **Jornal do Brasil**, está mobilizando a opinião pública nacional. A maior parcela do sistema amazônico é nossa. Mas, desde a Independência, te-

mos nos confrontado com a cobiça estrangeira – principalmente dos Estados Unidos – sobre os imensos recursos da área.

O mesmo jornalista Mauro Santayana publicou, no dia 19 de fevereiro – portanto, antes –, outro artigo, discorrendo sobre o seguinte:

É hora de se voltar a pensar no Brasil, de defender o que é nosso.

Depois do erro cometido pelo Governo, com a aprovação da lei que permite a exploração da Amazônia, mediante a concessão de terras a empresas privadas – entre elas estrangeiras, desde que sediadas no Brasil –, informa-se que o Presidente Lula irá enviar ao Congresso projeto de emenda constitucional que regulamentará a propriedade fundiária por estrangeiros.

A medida virá com atraso. Há vastíssimas glebas de propriedade de empresas de fora, principalmente na região amazônica. Ainda assim, poderemos interromper o processo de invasão manhosa e silenciosa do território nacional, muitas vezes mediante grilagem das áreas.

Sr. Presidente, encerro, dizendo que, do que vi na televisão por parte do Presidente da CNBB, achei interessante a crítica que ele fez ao Governo, dizendo que o Governo tem sido omissivo em relação à Amazônia. Ele o disse claramente. E isso é interessante, porque a Ministra do Meio Ambiente estava presente e, com grande parte da entrevista, concordou.

Então, é preciso, sim, que mudemos, e que o Presidente Lula não entenda essas críticas construtivas como críticas à pessoa dele, como críticas à capacidade dele de governar, mas, sim, como críticas para que ele acerte, para que ele faça aquilo que prometeu na campanha da sua primeira eleição. Que ele passe a analisar o que se pode fazer na Amazônia, para que a Amazônia continue brasileira! O que queremos é que a Amazônia continue brasileira, para ser útil aos brasileiros e, principalmente, para resolver os inúmeros problemas do País, principalmente os financeiros.

Muito obrigado.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno)

Vida e missão neste chão

Campanha da Fraternidade 2007
FRATERNIDADE E AMAZÔNIA

1º de abril - Domingo de Ramos
Coleta Nacional da Solidariedade

EXPLICAÇÃO DO CARTAZ DA CF-2007 Fraternidade e Amazônia

“Vida e missão neste chão”

Na parte superior do Cartaz, a terra seca e rachada representa a realidade de algumas partes da Amazônia durante a estiagem e adverte que, sem o devido cuidado, toda a região pode ser destruída.

A abundante presença da água lembra que a Amazônia é uma importante reserva de água doce no planeta, além de transmitir uma sensação de transparência, força e vitalidade.

O elemento principal do Cartaz é a vitória-régia, conhecida pelos índios como “panela de espíritos”. Considerada um dos símbolos da Amazônia, essa planta é forte e tem raízes profundas que tocam o leito do rio; ao mesmo tempo, é sensível, assim como o povo nativo da região, que sobrevive com muita garra, mas precisa do apoio fraterno de toda a sociedade brasileira.

As três flores brancas e amarelas têm extrema relevância no Cartaz, uma vez que representam a Santíssima Trindade: Pai, Filho e Espírito Santo. Essas flores lembram que a Amazônia é obra de Deus Criador e Providente entregue aos nossos cuidados.

A criança representa os índios e toda a comunidade da região, suas crenças, sonhos e esperanças. Seu olhar inocente e o sorriso sutil são um convite à superação das dificuldades e à construção de um futuro melhor para a Amazônia.

Ao mostrar o contraste entre a terra seca e a exuberância da água, o Cartaz chama a atenção para a devastação da Amazônia e o descaso com a vida. Representa a esperança de encontrar uma solução para os conflitos da região com base na solidariedade e no respeito às diferenças

Oração da CF-2007

Deus criador, Pai da família humana,
Vós formastes a Amazônia, maravilha da vida,
bênção para o Brasil e para o mundo.
Despertai em nós o respeito e a admiração pela obra
que vossa mão entregou aos nossos cuidados.

Ensinai-nos a reconhecer o valor de cada criatura
que vive na terra, cruza os ares ou se move nas águas.
Perdoai, Senhor, a ganância e o egoísmo destruidor;
moderai nossa sede de posse e poder.

Que a Amazônia, berço acolhedor de tanta vida,
seja também o chão da partilha fraterna,
pátria solidária de povos e culturas,
casa de muitos irmãos e irmãs.

Enviai-nos todos em missão!
O Evangelho da vida, luz e graça para o mundo,
fazendo-nos discípulos e missionários de Jesus Cristo,
indique o caminho da justiça e do amor;
e seja anúncio de esperança e de paz
para os povos da Amazônia e de todo o Brasil.
Amém.

FRATERNIDADE E AMAZÔNIA

A Amazônia será tema da Campanha da Fraternidade em 2007, com o lema: “vida e missão neste chão”.

Em 2002, a CNBB constituiu a Comissão Episcopal para a Amazônia com o objetivo de ajudar toda a Igreja no Brasil a voltar os olhos para a Amazônia e a tomar consciência dos grandes desafios da evangelização naquela região. A escolha do tema “Fraternidade e Amazônia” é expressão da mesma preocupação pastoral do episcopado; a Campanha da Fraternidade de 2007 poderá ser uma ocasião privilegiada para que também todo o Brasil tome consciência mais aprofundada sobre a complexa problemática da Amazônia e se volte para lá com políticas e iniciativas eficazes.

Ao falar em Amazônia, vem imediatamente à memória a preocupante questão ambiental: grandes rios e florestas imensas, devastação do verde e ameaça à riquíssima biodiversidade. Acompanhamos com apreensão a ocupação, muitas vezes predatória, das terras amazônicas, sem que seu complexo e delicado eco-sistema seja respeitado. O egoísmo e a ganância na exploração das riquezas, o descuido e a imprudência ameaçam seriamente esse patrimônio natural, que não é somente dos brasileiros; a devastação da Amazônia configura-se como uma perda e uma ameaça para toda a humanidade.

Amazônia também faz pensar em questões sociais e antropológicas: indígenas perturbados e agredidos em suas culturas; esvaziamento do território, já tão pouco povoado, crescimento caótico dos centros urbanos; ocupação de vastas áreas com projetos agropecuários, conflitos pela ocupação e posse das terras. O impacto da urbanização, da economia e da cultura globalizadas sobre as populações locais gera migrações, desenraizamento social, cultural e religioso; no coração da Amazônia, e não apenas na área de Manaus, apresentam-se os problemas sociais típicos de áreas metropolitanas e industriais do centro-sul do País: falta de infra-estrutura e de serviços públicos nas novas áreas de povoamento e nas explosivas realidades urbanas, desemprego, violência e degradação dos costumes.

A Amazônia, além disso, representa para a Igreja um conjunto de desafios novos postos à sua ação evangelizadora. As migrações levaram para a Amazônia centenas de milhares de pessoas de todas as partes do Brasil; sugeriram novas áreas de povoamento, que necessitam de assistência religiosa às populações e de estruturas de vida eclesial. As dioceses e prelazias daquela região, no passado, eram geralmente socorridas por missionários estrangeiros, que as serviam com recursos humanos e materiais vindos de fora do País; hoje essas forças ficaram drasticamente reduzidas e as Igrejas da Amazônia ainda não estão em condições de enfrentar sozinhas a sua imensa tarefa evangelizadora.

Como atender adequadamente as comunidades católicas esparsas pelo vasto território? A ação intensa de grupos religiosos não-católicos está questionando seriamente a capacidade e a agilidade de nossa Igreja católica em atender devidamente às necessidades religiosas dos seus próprios fiéis. Chegou a hora de uma grande ação solidária de toda a Igreja no Brasil para a evangelização da região amazônica. O apoio e o revigoramento daquela Igreja local tornou-se urgente e requer a ajuda de voluntários e missionários das outras regiões do País, além de recursos econômicos e logísticos.

“Vida e missão nesse chão”. A Igreja católica esteve presente no meio dos povos amazônicos desde o início da evangelização do Brasil e quer agora aprofundar sua presença e ação no meio deles. O lema aponta para os objetivos e a dupla preocupação da Campanha da Fraternidade de 2007. De um lado, fraternidade efetiva e corresponsabilidade na defesa e promoção da vida, que se manifesta de maneiras tão exuberantes e de tantos modos na Amazônia; por outro lado, fraternidade em relação à Igreja local, com todas as suas organizações e expressões, para que ela esteja em condições de assumir sua missão de anunciar o Evangelho da vida e da esperança aos povos amazônicos.

A CF de 2007 poderá ser um grande momento para trazer a Amazônia para dentro do coração da Igreja no Brasil e de todos os brasileiros; será ocasião também para suscitar iniciativas e ações eficazes de valorização e defesa daquela vasta e ameaçada região brasileira. Antes que seja tarde demais.

*Frei Henrique
de Coimbra
(Franciscano)*

Tendências | Debates

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo. debates@uol.com.br

NUM PAÍS como o Brasil, marcado por amplas e lamentáveis incúrias de parte do poder público, nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeita a Amazônia. O que está ocorrendo nessa área, que representa 59% do território, é simplesmente inacreditável.

Por meio de uma multiplicidade de processos, a Amazônia está sendo submetida a acelerada desnacionalização, em que se conjugam ameaçadores projetos por parte de grandes potências para sua formal internacionalização com insensatas concessões de áreas gigantescas — correspondentes, no conjunto, a cerca de 13% do território nacional — a uma ínfima população de algo como 200 mil índios.

Acrescente-se a isso inúmeras penetrações, freqüentemente sob a aparência de pesquisas científicas e a atuação de mais de cem ONGs. Recente reportagem publicada em caderno especial do “Jornal do Brasil” apresenta os mais alarmantes dados.

A Amazônia brasileira, representando 85% da Amazônia total, constitui a maior floresta tropical e a maior bacia hidrográfica do mundo, com um quinto da água doce do planeta, sendo, concomitantemente, a maior reserva mundial de biodiversidade e uma das maiores concentrações de minerais valiosos, com um potencial diamantífero na reserva Roosevelt 15 vezes superior ao da maior mina da África, reservas gigantescas de ferro e outros minerais na região de Carajás, no Pará, de bauxita no rio Trombeta, também no Pará, e de cassiterita, urânio e nióbio em Roraima.

O dendê, nativo da Amazônia e nela facilmente cultivável, constitui uma das maiores reservas potenciais de biodiesel. Em apenas 7 milhões de hectares, numa região com 5 milhões de km², é possível produzir 8 milhões de barris de biodiesel por dia, correspondentes à totalidade da produção de petróleo da Arábia Saudita.

É absolutamente evidente que o Brasil está perdendo o controle da Amazônia. É urgentíssima uma apropriada intervenção federal.

Os principais aspectos em jogo dizem respeito a formas eficazes de vigilância da região e de sua exploração racional e colonização. O Grupo de Trabalho da Amazônia, coordenado pela Abin, já dispõe de um importante acervo de dados, contidos em rela-

Nada é comparável ao absoluto abandono a que está sujeita a Amazônia. O que ocorre nessa área, 59% do território, é inacreditável

tórios a que as autoridades superiores, entretanto, não vêm dando a menor atenção. É indispensável tomar c devido conhecimento dos relatórios.

Sem prejuízo das medidas neles sugeridas e de levantamentos complementares, é indiscutível a necessidade de uma ampla revisão da política de gigantescas concessões territoriais a ínfimas populações indígenas, no âmbito das quais, principalmente sob pretextos religiosos, se infiltram as penetrações estrangeiras.

Enquanto a Igreja Católica atua como ingênua protetora dos indígenas, facilitando, indiretamente, indesejáveis penetrações estrangeiras, igrejas protestantes, nas quais pastores improvisados são, concomitantemente, empresários por conta própria ou a serviço de grandes companhias, atuam diretamente com finalidades mercantis e propósitos alienantes.

O objetivo que se tem em vista é o de criar condições para a formação de “nações indígenas” e proclamar, subsequentemente, sua independência — com o apoio americano.

Em última análise (excluída a eli-

minação dos índios adotada no século 19 pelos EUA), há duas aproximações possíveis da questão indígena: a do general Rondon, de princípios do século 20, e a atual, dos indigenistas.

Rondon, ele mesmo com antecedentes indígenas, partia do pressuposto de que o índio era legítimo proprietário das terras que habitasse. A um país civilizado como o Brasil, o que competia era persuadir, pacificamente, o índio a se incorporar a nossa cidadania, para tanto lhe prestando toda a assistência conveniente, dando-lhe educação, saúde e facilidades para um trabalho digno.

Os indigenistas, diversamente, querem instituir um “jardim zoológico” de indígenas, sob o falacioso pretexto de preservar sua cultura. Algo equivalente ao intento de criar uma área de preservação de culturas paleolíticas ou mesolíticas no âmbito de um país moderno. O resultado final, além de facilitar a penetração estrangeira, é converter a condição indígena em lucrativa profissão, com contas em Nova York e telefone celular.

Há urgente necessidade, portanto, de reaver essas concessões, submetendo-as a uma eficiente fiscalização federal, reduzindo-as a proporções incomparavelmente mais restritas e instituindo uma satisfatória faixa de propriedade federal, devidamente fiscalizada, na fronteira de terras indígenas com outros países.

HELIO JAGUARIBE, 83, sociólogo, é decano emérito do Instituto de Estudos Políticos e Sociais (RJ), membro da Academia Brasileira de Letras e autor de, entre outras obras, “Brasil: Alternativas e Saídas”.

Durante o discurso do Sr. Mozarildo Cavalcanti, o Sr. Sérgio Zambiasi, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada, sucessivamente, pelos Srs. Geraldo Mesquita Júnior e Gilvam Borges.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Consulto o Senador Mão Santa se gostaria de permutar com a Senadora Serys Slhessarenko ou se quer utilizar a palavra agora.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Cedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko por dez minutos.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Agradeço-lhe, Senador Mão Santa, porque o destino desta sessão é estarmos juntos até o final.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Concedo a palavra à Senadora Serys Slhessarenko.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Agradeço ao Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão, e ao Senador Mão Santa, pela deferência de me conceder a permuta das nossas falas.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, hoje, eu gostaria de falar a respeito do combate às desigualdades regionais, no qual serão investidos R\$11 bilhões nos próximos quatro anos.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, faço questão de divulgar o informe do Diretório Nacional desta sexta-feira, com notícias importantes para a Nação brasileira.

O Presidente Lula está determinado a acelerar a implantação das medidas necessárias ao crescimento da economia nacional de forma sustentável.

Nesse segundo mandato, a visão do Governo Federal voltou-se para um dos seus principais desafios: o combate às desigualdades regionais.

Fico muito feliz, porque essa sempre foi a maior cobrança, principalmente dos habitantes da minha Região, o Centro-Oeste. Nós, que sempre contribuímos significativamente para a riqueza nacional, estávamos, há muito tempo, esperando medidas fortes em nossa economia para, de uma vez por todas, explorarmos toda a potencialidade de nossa imensa e rica fronteira.

O combate às desigualdades regionais brasileiras – um dos principais objetivos do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) – ganhou força nesta quinta-feira (22) com a criação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, a partir de decreto assinado pelo Presidente Lula em cerimônia no Palácio do Planalto.

As ações previstas na nova política, Sr. Presidente, receberão cerca de R\$11 bilhões de fundos especí-

ficos nos próximos quatro anos, além de recursos do Orçamento Geral da União.

Durante a cerimônia, o Presidente disse que pretende contar com o auxílio de Governadores e Prefeitos para fiscalizar as obras do PAC nas regiões. “Nós queremos saber, a cada dia, o que vai acontecer em cada obra, quando vai começar, quando vai terminar, porque, se não for assim, a gente corre o risco de ter anunciado mais um plano, como tantos que foram anunciados e que não aconteceram”, afirmou.

Com os pés no chão, o Presidente Lula voltou a lembrar que tais ações não ocorreram no primeiro mandato devido à fragilidade da situação econômica e social em que se encontrava o País quando ele tomou posse em 2003. “Agora, nós poderemos dar o passo adiante”, ressaltou o Presidente.

Os principais instrumentos de financiamento da nova política são os fundos de desenvolvimento regional e os incentivos e benefícios fiscais.

Em 2007, o orçamento dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Nordeste, do Norte e do Centro-Oeste será de R\$9,3 bilhões, representando um incremento de R\$2,7 bilhões em relação ao ano anterior. Também estão previstos mais R\$2 bilhões dos Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia, que são destinados a financiar projetos estruturadores, com prioridade para os de infra-estrutura inseridos no PAC.

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional reconhece a existência de sub-regiões dentro de cada macrorregião, sendo algumas dinâmicas e competitivas, com elevados rendimentos médios, e outras estagnadas e com precárias condições de vida.

Diante disso, classifica o território nacional com base em quatro critérios – Alta Renda, Baixa Renda, Dinâmica Recente e Estagnado – e apresenta estratégias específicas para cada um.

O decreto assinado ontem estabelece, ainda, competências dos órgãos responsáveis pela implementação da política, principalmente dos 23 Ministérios que compõem a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional, coordenada pela Casa Civil.

Podemos perceber que “o homem está trabalhando”, como o povo exigiu.

Minha experiência como Secretária de Educação do meu Estado, três mandatos como Deputada Estadual e um quarto mandato, agora como Senadora da República, faz-me acreditar que o PAC – Plano de Aceleração do Desenvolvimento – vem no momento certo, com nossa economia fortalecida e nossa credibilidade internacional em alta.

Estou, repito, muito animada, porque daqui para a frente nossa briga e nossos esforços serão numa mesma direção, por um Brasil mais justo, com distribuição equânime das nossas riquezas, gerando emprego e renda para o povo trabalhador brasileiro.

Como o meu tempo é pouco, Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um comunicado.

Estive, nos dias 14 e 15, em Washington D.C., Estados Unidos, a convite do G8+5, coordenando uma missão brasileira num grande encontro de Parlamentares – grande no sentido da importância –, que discutiram as mudanças climáticas.

O mundo está preocupado com esse assunto, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores.

O G8, que reúne os oito maiores países do mundo, e mais cinco países, dentre os quais estão, além do nosso País, a China, a Índia, o México e a África do Sul, uniram-se para tratar de um problema muito grave e, realmente, houve não apenas um grande debate, mas um embate no sentido de que atitudes sejam tomadas e essa questão seja resolvida, a fim de que exista um futuro para a Terra. O planeta precisa ser acudido e socorrido.

Sr^{as} e Srs. Senadores, no dia 2 de fevereiro, foi divulgado pela imprensa, no Brasil e no mundo, o relatório sobre o aquecimento global, feito pelo Sr. Nicholas Stern. De acordo com ele, se tomarmos atitudes imediatas, principalmente com relação ao efeito estufa, poderemos salvar o planeta, com investimentos em torno de 500 bilhões anuais. No entanto, se esperarmos mais dez anos, para que exista alguma possibilidade de salvação do planeta esse investimento deverá ser, no mínimo, de 7 trilhões por ano, o que é um absurdo.

O planeta tem, hoje, 6,6 bilhões de habitantes e, repito, se esperarmos mais dez anos para cuidar dessa questão das mudanças climáticas, precisaremos de US\$1,080.00 por pessoa, o que equivaleria a US\$7 trilhões anuais para sobrevivermos com dificuldade.

Dentro de dez a quinze anos, haverá uma migração, por causa das mudanças climáticas, de, no mínimo, 200 milhões de pessoas, Senador Mão Santa. Elas terão que se retirar porque as áreas que habitam serão inundadas, sofrerão secas violentíssimas e toda sorte de intempéries, o que inviabilizará sua permanência no local.

As previsões são, realmente, muito dramáticas, mas as discussões que aconteceram no encontro, Sr. Presidente, foram da maior qualidade.

Os Estados Unidos, que até agora não fizeram sequer um movimento para modificar essa situação, estão se envolvendo agora. O Presidente Bush decretou, há poucos dias, a possibilidade de, dentro de um cronograma, injetar no combustível americano 20%

de combustível verde. Isso é fruto de uma discussão muito importante, porque os Estados Unidos nunca assinaram o Protocolo de Kyoto e são os maiores poluidores da face do planeta – o que foi dito, em alto e bom som, aos Senadores McCain e Craig, daquele país, presentes nessa reunião, da qual também participou a Primeira-Ministra da Alemanha.

Sr. Presidente, peço mais dois minutos para conceder um aparte ao Senador Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Senadora Serys Slhessarenko, ao apartear-se, quero dar o meu testemunho da luta de V. Ex^a nesse campo. Como mãe, como jurista, como Senadora representante do seu Estado, V. Ex^a sempre foi uma voz nos aspectos ambientais. Assusta-nos saber que 200 milhões de pessoas viverão aqui no Brasil, talvez, ou em outros países tropicais, para fugirem do frio, que será terrível daqui a 10 anos. V. Ex^a nos lembra que os americanos são os grandes poluidores. Mesmo se eles tivessem assinado o Tratado de Kyoto, e se todas as demais medidas tivessem sido implementadas, apenas as 650 termoelétricas que estão em construção na Índia e na China seriam suficientes para aumentar consideravelmente o efeito estufa, não é verdade?

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Senador Marcelo Crivella, a China é o segundo maior poluidor.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Veja V. Ex^a: o segundo maior poluidor! Na verdade, essas 650 termoelétricas em construção na China e na Índia gerarão gases suficientes para aumentar ainda mais o efeito estufa. Esse aumento seria suficiente para tornar em vão todo o esforço, se é que ele tivesse sido implementado, preconizado pelo Tratado de Kyoto. V. Ex^a está de parabéns!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada, Senador Marcelo Crivella.

O Sr. Marcelo Crivella (Bloco/PRB – RJ) – Que Deus lhe dê forças para sempre vir aqui clamar a nós, Senadores, e a todo o Brasil, quiçá aos demais países fronteiriços, pela necessidade de pensarmos a esse respeito. Ouvi falar que a comunidade científica não pensa mais em como diminuir o efeito estufa, mas, sim, em como nos adaptarmos a ele. Portanto, V. Ex^a está de parabéns pelo oportuno discurso que faz com clareza e brilhantismo. Parabéns, Senadora!

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Muito obrigada.

Sr. Presidente, comprometer-me-ei, inclusive pela deferência do Senador Mão Santa em ceder-me este espaço, em retornar, segunda-feira, a esta tribuna para debatermos especialmente acerca dessa questão.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senadora Serys Slhessarenko, a Mesa concede-lhe mais um minuto para que V. Ex^a possa concluir o seu pronunciamento. Também a convoca para secretariar a Mesa para fazer a leitura do expediente que está sobre a mesa.

A SRA. SERYS SLHESSARENKO (Bloco/PT – MT) – Obrigada, Sr. Presidente.

Senador Marcelo Crivella, portanto, na segunda-feira, retornarei a esta tribuna para fazer um resumo de tudo o que foi discutido pelo G8 – o grupo dos oito países mais desenvolvidos –, e mais alguns Senadores e Deputados do +5, tendo em vista a preocupação desses países com o pós 2012, o pós-Kyoto. Dentre outros temas, também discutiu-se a questão do desmatamento, e, nesse bloco, o Brasil se saiu muito bem, principalmente por sermos um dos países com maior potencial de contribuição para reduzir o efeito estufa, pelo fato de utilizarmos combustíveis verdes: o *biodiesel*, o etanol e o álcool. Portanto, segunda-feira, irei propor um grande debate sobre essas questões.

Sr. Presidente, peço a V. Ex^a seja registrada a Minuta de Declaração final do Fórum de Legisladores do G8+5, Washington-DC, realizado nos dias 14 e 15 de fevereiro de 2007. Nessa missão, coordenada por mim, contamos com as presenças do Senador Casa-grande e do Deputado Antonio Palocci. Realmente, a missão, composta por um Deputado e dois Senadores, foi bastante proveitosa tanto para o Brasil como para o G8+5 e para o planeta como um todo.

Muito obrigada.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE A
SRA. SENADORA SERYS SLHESSARENKO
EM SEU PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

**MINUTA DE DECLARAÇÃO FINAL DO FÓRUM DE
LEGISLADORES DO G8+5, WASHINGTON D.C.,
14 A 15 DE FEVEREIRO DE 2007**

1. Com a publicação do relatório do Grupo de Trabalho 1 do IPCC (Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática), e o *Stern Review* (Relatório Stern), entendemos melhor do que nunca a ciência e a economia das mudanças climáticas. Como representantes das legislaturas de países que são responsáveis por cerca de dois terços das emissões globais de gases do efeito estufa, propomos a seguinte declaração aos líderes do G8+5:

[Ciência e economia]

2. O relatório do Painel Intergovernamental sobre a Mudança Climática, publicado em 2 de fevereiro de 2007, conclui que agora há 95% de certeza de que as atividades humanas desde 1750 aqueceram o planeta. **Do**

nosso ponto de vista, as provas de que o homem vem mudando o clima são agora indiscutíveis.

3. O Relatório Stern deixa claro que o **custo da falta de ação será muito maior do que o custo da ação** e apresenta uma argumentação convincente para a tomada de medidas urgentes para reduzir as emissões como único meio garantido de proporcionar crescimento a longo prazo para todas as economias - desenvolvidas, emergentes e subdesenvolvidas.

[Urgência]

4. Para cada ano que adiamos a tomada de medidas para controlar as emissões, aumenta o risco de impactos que irão requerer reduções maiores no futuro, a um custo econômico maior e com maior ruptura social. Esses impactos possivelmente serão intensificados por mecanismos de “reação positiva”¹ conforme nosso clima se aquece.

[Eqüidade]

5. As ações sobre as mudanças climáticas precisam levar em consideração as diferentes circunstâncias econômicas das economias desenvolvidas, em desenvolvimento e subdesenvolvidas. Mas devemos esclarecer que as mudanças climáticas são uma questão global e há uma **obrigação de que todos nós tomemos providências**, de acordo com nossas capacidades.

[Benefícios Conjuntos]

6. Enfatizamos a importância de providências não apenas para aumentar a segurança climática, mas também para aumentar nossa **segurança energética, qualidade do ar e melhorar a saúde.**

[Resposta política - meta de estabilização]

7. Sabemos por estudos como o das “wedges” (fatias) de Pacala e Socolow, o de Vattenfall e de outros, que temos tecnologia hoje para reduzir nossas emissões, com as devidas estruturas e os devidos incentivos de políticas. Para instruir e guiar nossas ações precisamos, em primeiro lugar, gerar um consenso internacional sobre as medidas necessárias para estabilizar o clima. Recomendamos aos governos do G8+5 que demonstrem liderança estabelecendo, na Cúpula do G8 em Heiligendamm, uma **meta alcançável a longo prazo para estabilizar as emissões de gases causadores do efeito estufa na atmosfera. Acreditamos que essa meta deve ser estabilizar as emissões em um nível entre 450 e 550 ppm (partes por milhão) de gases equivalentes ao CO2.**

1 Uma reação positiva é um fator que aumenta ou amplifica a taxa de mudança climática, como, por exemplo, o efeito do albedo do gelo.

[Resposta política - providências]

8. Para alcançar essa meta, necessitaremos da combinação de parcerias bilaterais e multilaterais alicerçadas por uma estrutura compulsória das Nações Unidas apoiada por todas as grandes economias. Aprovamos o trabalho do Diálogo de Gleneagles e a parceria e o apoio da Ásia e do Pacífico, em particular, o Banco Mundial e os bancos de desenvolvimento multilateral, no desenvolvimento dos três pilares da Estrutura de Investimento em Energia Limpa; o trabalho do IEA (Instituto de Assuntos Econômicos) no desenvolvimento de projeções de tecnologia energética; e as forças-tarefa setoriais público-privadas da parceria da Ásia e do Pacífico. Mas precisamos fazer mais. Recomendamos ao G8 e a outros governos que tomem providências urgentes em nível nacional e internacional nas seguintes áreas políticas principais:

[Resposta política - providências - tecnologia e o mercado global de carbono]

9. **A tecnologia** tem um papel importante a desempenhar. O IEA estima que a maior parte da energia do mundo ainda provirá de hidrocarbonetos em 2050. Daí a importância especial de uma tecnologia como a captura e armazenamento de carbono (*carbon capture and storage* - CCS) para remover o carbono dos combustíveis fósseis. A forma mais eficiente e poderosa de estimular investimento privado em pesquisa, desenvolvimento e utilização de tecnologias novas e já existentes é adotar políticas que estabeleçam um **valor de mercado para emissões de gases causadores do efeito estufa** a longo prazo. A fixação de um preço global do carbono vai estimular uma revolução tecnológica e medidas de eficiência energética, recompensando aquelas empresas que desenvolverem tecnologias futuras em primeiro lugar.

10. Aprovamos os progressos obtidos pelo Programa de Comércio de Emissões da UE, o desenvolvimento da *Regional Greenhouse Gas Initiative* (Iniciativa Regional contra os Gases Causadores do Efeito Estufa) nos EUA, que agora inclui 8 estados, e outros programas planejados na Califórnia e na Austrália. Recomendamos que os líderes aprimorem e fortaleçam o Programa de Comércio de Emissões, aprendendo as lições da primeira fase, e que trabalhem para unir os programas assim que possível, criando um mer-

cado mais profundo e mais líquido, e auxiliando a reduzir as emissões a um custo mínimo.

[Resposta política - providências - eficiência energética]

11. **A Eficiência Energética** é a forma que possui a melhor relação custo-benefício para reduzir as emissões de gases causadores do efeito estufa. O IEA estima que melhorias na eficiência energética por si só possam reduzir a demanda energética mundial em 2050 em uma quantia equivalente a quase a metade do consumo atual de energia no mundo se os governos quiserem implementar medidas que incentivem o investimento em tecnologias energéticas eficientes.

[Resposta política - providências - adaptação]

12. O Banco Mundial estima que **a adaptação** aos impactos inevitáveis da mudança climática irá requerer de 10 a 40 bilhões de dólares adicionais por ano. Se não agirmos imediatamente para reduzir as emissões, esse número crescerá de forma dramática e haverá graves impactos na saúde pública e na disponibilidade de recursos importantes, inclusive da água. A adaptação deve ser integrada a políticas de desenvolvimento e deveria ser vinculada à Ajuda Internacional para o Desenvolvimento (ODA).

[Resposta política - providências - estrutura internacional pós-2012]

13. Além das providências esboçadas acima, recomendamos aos governos dos países do G8+5 **liderar o desenvolvimento de uma estrutura pós-2012** dentro do processo da Convenção Quadro das Nações Unidas para as Mudanças Climáticas (UNFCCC) ao estabelecer os principais elementos dessa estrutura na Cúpula do G8 em Heiligendamm e ao assegurar apoio no Diálogo Ministerial de Gleneagles na Alemanha em setembro. Gostaríamos de uma estrutura futura para criar um limite e um programa de comércio global e incluir os seguintes elementos principais:

a) Metas ambiciosas a longo prazo para países desenvolvidos

b) Metas voluntárias ou “sem perda”² para economias em desenvolvimento que assim o quiserem

² O conceito de “metas sem perda” é um sistema por meio do qual um país pode vender créditos para reduções de emissão abaixo de um dado piso, mas não seria penalizado se as emissões crescessem, sendo fornecidos assim incentivos positivos para reduções de emissões, sem penalidades por não haver reduções.

c) Metas setoriais para indústrias energointensivas vulneráveis a competição internacional

d) Incentivos para medidas de redução do desmatamento (a fonte de quase 20% das emissões de gases causadores do efeito estufa)

e) Incentivos para políticas e medidas de desenvolvimento sustentável nos países em desenvolvimento

f) Programas de apoio ambiciosos - que se focam em capacitação, acesso a tecnologia e incentivos financeiros - para ajudar países em desenvolvimento a investir em tecnologias mais eficientes que produzam menos carbono.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Sobre a mesa, expediente que será lido pela Sr^a 1^a Secretária em exercício, Senadora Serys Slhessarenko.

É lido o seguinte:

Brasilia, 15 de febrero de 2007

**Excmo. Señor
Don Renán Calheiros,
PRESIDENTE DEL H. SENADO FEDERAL
Ciudad**

Distinguido señor Presidente:

Tengo el alto honor de dirigirme a usted con el objeto de excusar al señor Presidente Constitucional de Bolivia, S.E. Don Evo Morales, por no haber podido cumplir con sus deseos de cristalizar una visita de cortesía ayer por la tarde.

Lo que ha sucedido es que las negociaciones bilaterales (entre Bolivia y Brasil), que dieron marco a importantes acuerdos, inclusive sobre temas energéticos, se complicaron de tal manera que hicieron imposible su visita al H. Senado Federal. Ayer fue un día de intenso trabajo, que hizo impensable la posibilidad de visitarle, a pesar del gran deseo del Presidente Evo Morales, quien inclusive estaba preparado para entregarle un presente originado en Bolivia, presente que tendré el honor de entregárselo en próximos días.

Esperamos que vuestra excelencia comprenderá estas explicaciones (que no fueron solicitadas, pero que espontáneamente se las doy), para que no quede en el aire ningún malentendido que involuntariamente se habría provocado.

Con este motivo, reiterando nuestras disculpas, saludo a usted con las expresiones de mi más alta y distinguida consideración y futura amistad.


**DR. FELIPE TREDINNICK
EMBAJADOR**

Brasília, 15 de fevereiro de 2007

Exmo. Senhor
Renan Calheiros,
Presidente do Senado Federal
Nesta

Ex^{mo} Senhor Presidente:

Tenho a grande honra de me dirigir ao senhor com o intuito de desculpar ao senhor Presidente Constitucional da Bolívia, Ex^{mo} Sr. Evo Morales, por não ter podido cumprir a realização do seu desejo de fazer uma visita de cortesia ontem pela tarde.

Aconteceu que as negociações bilaterais (entre Bolívia e Brasil), que resultaram em importantes acordos, inclusive sobre temas energéticos, complicaram-se de tal forma que tornaram impossível a visita ao Senado Federal. Ontem foi um dia de intenso trabalho, que impossibilitou visitá-lo, apesar do grande desejo do Presidente Evo Morales, quem até estava preparado para lhe entregar um presente típico da Bolívia, presente que eu terei a honra de lhe entregar nos próximos dias.

Esperamos que V. Ex^a compreenda estas explicações (que não foram solicitadas, mais que espontaneamente eu apresento), para que não fique paiando alguma interpretação errada, involuntariamente provocada.

Com este motivo, reiterando nossas desculpas, receba os meus cumprimentos com a mais distinguida consideração e futura amizade. – **Dr. Felipe Tredinnick**, Embaixador.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – O expediente lido vai à publicação.

Senador Mão Santa, a Mesa consulta V. Ex^a sobre a possibilidade de fazer uma permuta com o Senador Marcelo Crivella.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Certamente, Sr. Presidente. O Senador Marcelo Crivella está aqui representando Deus. Fico do lado de S. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Marcelo Crivella, V. Ex^a dispõe de dez minutos.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente.

Senador Mão Santa, quem me dera ser esse representante! Obrigado, por me saudar cada vez que tomo a palavra.

Senadora Serys Slhessarenko, Sr. Senador Mozarildo Cavalcanti, senhores telespectadores da TV Senado, senhores ouvintes da Rádio Senado, ocupo esta tribuna em nome da democracia. Tenho

a certeza de que V. Ex^{as} não farão pronunciamentos ou apartes contrários ao meu pensamento.

Sr. Presidente, aqui estou para falar sobre um atentado à democracia que se cometeu na Câmara dos Deputados, patrocinados pelos grandes partidos contra os pequenos.

Sr. Presidente, tivemos uma ação de inconstitucionalidade julgada pelo Supremo Tribunal Federal derrubando a Cláusula de Barreira. Novamente, legisladores legislando em causa própria. Senador Gilvam Borges, quando vamos aumentar nossos proventos, para que não passe à sociedade que estamos praticando um ato em causa própria, essa é uma das últimas resoluções da Mesa antes de terminar uma legislatura para valer para a próxima, e não para aquela. Sempre foi assim pela tradição da Casa, antes mesmo de haver Senado republicano.

Sr. Presidente, aqui faço um adendo para saudar o nosso Ministro Carreiro, indicado e aprovado para ocupar o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, ele que, durante muitos anos, nesta Casa, foi não apenas o consultor do Regimento Interno mas o próprio Regimento em carne, osso e sangue. Falava ele, ouvíamos todos.

Sr. Presidente, retomando o tema, a Câmara dos Deputados acaba de aprovar um projeto de lei... Que bom que V. Ex^a chegou a esta Casa, Senador Pedro Simon. V. Ex^a é autor de uma das cartas mais bonitas que já tive a oportunidade de ler. Refiro-me à carta que V. Ex^a enviou aos pais do João Hélio. A carta está muito acima do voto de pesar que solicitei que esta Casa enviasse àquela família, porque fala de uma dor que V. Ex^a conhece bem. Essa dor retrata o sacrifício de Abraão, que já havia dado a sua vida, e ainda assim era pouco, não era tudo. No entanto, no momento em que Abraão ergueu o punhal que tinha em sua mão, Deus disse: “Abraão, agora sei que é meu o teu coração”. A sua caminhada, a sua peregrinação, o fato de deixar família e familiares, nada daquilo mostrava o coração que Deus procurava. Este é, talvez, um dos momentos mais lindos da história da Bíblia. Naquele instante, parece que valeu a pena a criação.

Há momentos em que Deus diz que se arrependeu de haver criado o homem, a exemplo da destruição de Sodoma e Gomorra e no dilúvio. Quando olhamos todos os autores, patriarcas, profetas, reis, apóstolos, discípulos, vemos uma história de tantas decepções, de tristezas, de angústias, de homens lutando contra si mesmo. Mas, de repente, nos deparamos com o nosso pai Abraão, que deixou toda a sua parentela em busca de um herdeiro e, como não o tinha, pediu-o a Deus, que, em verdade, queria dar-lhe uma nação.

Foi muito bom o exemplo de fé citado por V. Ex^a. Só a fé pode curar o coração de uma mãe que perde um filho em situação tão dramática. É preciso mesmo pedir fé, pois só ela pode nos dar forças para atravessar esse período de barbárie que a nossa sociedade vive hoje.

Sr. Presidente, voltando, aqui, ao meu pronunciamento, a Câmara dos Deputados acaba de aprovar um projeto de lei que se constitui em um atentado direto à democracia no Brasil. Trata-se de uma redivisão do fundo partidário que obedece exclusivamente a critérios subjetivos e discricionários, sem qualquer relação com os fundamentos impessoais do financiamento da atividade partidária do País. É fruto apenas do preconceito e da discriminação dos pequenos partidos e do autofavorecimento abusivo dos grandes com o dinheiro público.

A organização partidária, em qualquer país democrático, deve obedecer a princípios gerais que assegurem a todos os partidos – eles próprios, alicerces da democracia – condições iguais de competição pelo poder. E não só isso. A alternância do poder é a própria essência do regime democrático. A organização em partidos, com diferentes propostas e diferentes doutrinas, é uma garantia de oxigenação do sistema político, permitindo à sociedade escolher pelo voto a sua melhor forma de governo, sem a tentação totalitária e sem a tentação da revolução que, em determinados momentos da história política, passa a ser a única alternativa dos pequenos.

Os grandes partidos que estão se apropriando, de forma oligopolista, dos recursos do fundo partidário, em seu próprio proveito, na verdade estão criando condições para a sua perpetuação no poder, reduzindo o espaço da competição pacífica dos menores. É que eles garantem a si mesmos condições financeiras mais favoráveis com o dinheiro do povo – com o dinheiro do povo! – para ganhar eleições. Na verdade, estão sabotando o princípio da alternância do poder, essencial na democracia, na medida em que se dão condições financeiras que os pequenos partidos não têm, Senador Mão Santa.

A Constituição Brasileira não prevê recursos públicos de financiamento de partidos na forma de um condomínio privado dos maiores. Isso é indigno. O fundo, em si, é um importante mecanismo de apoio à organização partidária, essencial para o bom funcionamento da democracia. A Justiça já reconheceu isso na forma de uma decisão que assegura maior justiça na distribuição dos recursos do fundo. É lamentável que, com a aprovação do novo projeto, a Câmara insista na iniquidade.

Os argumentos para negar aos pequenos partidos maior participação no fundo partidário são especiosos e inconseqüentes. Argumentam alguns que os pequenos partidos são partidos de aluguel. O que significa isso? Colocado sob forma generalizada, esse argumento é uma infâmia. Afinal, para se registrar legalmente, os pequenos partidos cumprem requisitos da Justiça Eleitoral extremamente rigorosos, coletam assinaturas de centenas de milhares de eleitores, criam órgãos dirigentes em quase todo o País. Em nome de que devem ser discriminados?

É possível que, sem fundo partidário, os pequenos partidos pudessem, com o tempo, se tornarem médios, e os médios partidos se tornarem grandes. Contudo, havendo o fundo partidário e tornando-se esse um condomínio dos grandes partidos, os pequenos partidos encontram obstáculos relativamente maiores para o próprio crescimento, pois os grandes, seus competidores, além da vantagem do tamanho, contam com a vantagem desproporcional do dinheiro público.

Isso não é justiça. Isso não é democracia. Isso é a busca de um sistema político funcional do autoritarismo e não do regime representativo imaginado para perpetuar as prerrogativas dos grandes, como aconteceu no regime bipartidário do autoritarismo, ele próprio disfuncional na prática, pois teve de recorrer ao esquema das sublegendas, Senador Mão Santa.

Espera-se que o Senado conserte a decisão absurda da Câmara, de forma que os esbulhados, entre eles o meu Partido, não tenham de recorrer ao Judiciário, para vergonha do nosso sistema de representação.

Sr. Presidente, essas são as palavras que eu gostaria que V. Ex^a fizesse constar nos Anais desta Casa. Tive a honra de lê-la, de verbalizá-la, mas não são minhas; são de um mártir da democracia brasileira, um dos fundadores do PMDB, um dos homens que lutaram contra Getúlio Vargas, contra o autoritarismo do regime militar: Raphael de Almeida Magalhães. Ele está horrorizado ao ver que o Partido que ele fundou, o PMDB de tantas e gloriosas tradições neste País, o PMDB das Diretas Já, o PMDB de Ulysses Guimarães, hoje se associou ao PT, que rasga a sua história, para fazer das verbas do fundo partidário um condomínio dos grandes para o esbulho e o massacre dos pequenos.

Ao terminar, Senador Mão Santa, quero lembrar a todos as palavras de um ex-Presidente...

(Interrupção do som.)

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ)
– Um minuto, só, Sr. Presidente.

Quero lembrar a todos as palavras do ex-Presidente do Senado Aldo de Moura Andrade, já falecido. Ao assumir a Presidência do Congresso, ele disse: “A Maioria, por ser Maioria, pode tudo, menos esmagar a Minoria. A Minoria, por ser Minoria, tudo pode, menos negar-se a se expressar pelo voto, que é, na democracia, a maneira de se consolidar a vontade do povo”.

Deus queira essas palavras continuem a ecoar nas consciências de todos nós, Senadores.

Confio, Sr. Presidente, não nos pequenos partidos, mas na consciência democrática de um homem como Pedro Simon, para se encontrar aqui uma fórmula que não permita que uma decisão ...

(Interrupção do som.)

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Senador Crivella, V. Ex^a necessita de quantos minutos?

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Um minuto.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – Então, vou-lhe dar cinco.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Presidente, a sua generosidade é comovente.

Acredito que vou ver, desta tribuna, Senador Pedro Simon, espíritos cristãos da democracia, que aqui vão fazer valer as palavras de tantos líderes do PMDB que, tenho certeza, se envergonhariam de ver o maior Partido do País unir-se a esse condomínio e legislar em causa própria. Quando aumentamos os proventos dos Parlamentares, fazemos isso para a próxima Legislatura, por questão de pudor e consciência, respeito a nossos eleitores e ao voto. Agora, tudo isso foi embora. Estamos fazendo uma lei para que 95% dos cento e tantos milhões de reais continuem na mão dos grandes para massacre e esbulho dos pequenos. Dizer que os pequenos partidos são legendas de aluguel, Senador Pedro Simon, acusar os pequenos partidos de serem legendas de aluguel, dizer isso de maneira generalizada, é uma infâmia.

Meu Partido tem o Vice-Presidente, alguns Deputados Federais e um Senador. Como Senador, lutei muito para ser membro de comissões. Não tenho direito a pertencer à Mesa, não tenho cargos. Continuo nesse Partido por quê? Por acreditar em nossas propostas. Lutei para ser Governador do meu Estado sem nenhum apoio de partidos, de prefeitos, de deputados com mandato, de nenhum sequer. Fui às ruas e obtive 1,5 milhão de votos, conquistados com propostas. Qual foi o aluguel? Qual foi o dinheiro pelo qual me vendi? Sou de um partido pequeno. Quero apenas ter o mesmo direito de proporcionalmente... Não nessa divisão matemática que agora está aí, 95% para os grandes e

5% para os outros. Isso não é matemático. Nunca foi. Isso é divisão condominial, oligopolista daqueles que querem perpetuar-se no poder, sem passar pelo voto, apenas com conchavo.

Sr. Presidente, deixo aqui minhas palavras, minha ponderação, com muita humildade, mas com a indignação de quem luta tanto para que neste País não tenhamos de volta as sublegendas, aquela representação esdrúxula da época da ditadura.

Confio nas tradições e na consciência política do PMDB, o Partido que conquistou a democracia política neste País e com o qual contamos para continuar a democracia política e, quiçá, para alcançarmos no futuro a democracia social que todos sonhamos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Gilvam Borges. PMDB – AP) – A Mesa concede a palavra ao nobre Senador Mão Santa.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Senador Gilvam Borges, que preside esta sessão de sexta-feira, 23 de fevereiro, Senadoras e Senadores presentes na Casa, brasileiras e brasileiros aqui presentes e que nos assistem pelo sistema de comunicação social do Senado. Professor Pedro Simon, acredito, como V. Ex^a, em Deus; acredito no estudo que busca sabedoria; acredito no trabalho que faz as riquezas.

Na minha formação, Senadora e Professora Serys Slhessarenko, impressionou-me muito a filosofia de Ducros, filósofo francês. Dizia ele, Senador Mozarildo Cavalcanti, que há três maneiras de sermos ignorantes: uma, não sabermos nada – dessa todos nós estamos livres –; outra, saber mal o que se deve saber; a terceira, e mais perigosa, é saber aquilo que não se deve saber. Procuo saber o que devo saber.

Foi longa e sinuosa a minha chegada aqui. Pode haver outros vultos, como o tão preparado Rui Barbosa, cujos ensinamentos também sei. Só há um caminho: a lei, a justiça e a salvação. Sei, porém, que a lei e a justiça são feitas por homens. **Errare humanum est.** Muito erra a justiça, porque é feita por homens. Homens são sujeitos passíveis de erros.

Quero dizer que, cumprindo o mesmo princípio, eu me fiz cirurgião, estudando o que tinha de saber, e aqui estou. Acredito no estudo. Acredito também em Deus, na religião e em todos os caminhos que levam a Deus. A nossa religião, cristã – o catolicismo é um segmento –, aí está e respeita as outras religiões. São boas todas as que conheço. À mesma coisa me dediquei, quando, de chefe, o povo me fez Prefeito da minha cidade, Deputado, Governador e Senador.

Entendo a humanidade, entendo Cristo, julgado. Entendo Sócrates, Joana D’arc e outros; Juscelino

Kubitscheck aqui, cassado, afastado. Eu entendo as coisas. E estou combatendo o bom combate.

Então, da mesma maneira que fui acreditado, Pedro Simon, às vezes, dá certo. O médico cirurgião era Juscelino Kubitscheck, e nós estamos aqui no sólio. Acusado ele foi; humilhado ele foi; julgado ele foi; abandonado ele foi; desprezado ele foi. Mas são os nomes do passado que me fixam a fazer política. E não abdicar. Abdicar a política, ó, Gilvam Borges, seria abdicar a luta! Abdicar a luta, seria abdicar a vida!

E, aqui, nós estamos numa dedicação à nossa consciência, ao povo e à luta. Eu sei que é difícil. Pedro Simon leu a Bíblia e ouviu falar na porta estreita. Eu estou na porta estreita. Muitos escolhem a porta larga da corrupção, da bandidagem, da safadeza, da imoralidade. Rui Barbosa está ali para ensinar os que não aprendem, os aproveitadores, os indignos. Não troco a trouxa das minhas convicções por um ministério. Aprendam, abutres! Aprendam! Perdi eleições e ganhei, mas nunca perdi, Pedro Simon, a vergonha e a dignidade. Rui perdeu até mais do que nós.

Mas, para entender, aqui estamos, e me debruço a estudar. Estudar aquilo que é a riqueza. Daí isso se contrapor aos princípios da nossa religião católica. Nos primórdios, chegaram aqui e disseram: É mais fácil um camelo entrar no fundo de uma agulha do que um rico se salvar. Que pregação! A indolência, a preguiça. Acredito naquela voz que diz: Comerás o pão com o suor do teu rosto – o trabalho. E Paulo? Atentai bem, Pedro Simon, há um livro muito interessante que elege os cem maiores homens da humanidade. O historiador coloca Paulo na frente de Cristo e defende sua tese. Por que? Porque Paulo viveu mais, lutou mais; escreveu, pregou, lutou. Cristo viveu 33 anos. O autor apresenta suas razões.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Um equívoco sério dele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Não estou ouvindo a participação de V. Ex^a.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Um equívoco sério dele.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sim, do autor. Não o estou justificando. Esteja Paulo antes ou depois, não os classifiquei; estou reproduzindo o livro, que é bom que tenham. E o autor dá suas justificativas. É muito ousado o sujeito fazer uma classificação de um a cem. Mas ele ousou. Platão já dizia: seja ousado, seja ousado, mas não em demasia.

Talvez ele não tivesse lido Platão – ousadia com prudência –, mas classificou.

Estando à frente ou atrás de Cristo, Paulo disse: quem não trabalha não merece ganhar para comer. Juntando-se essa mensagem à de Cristo, tem-se uma

mensagem aos governantes, para que propiciem trabalho. O trabalho é que faz a riqueza, é o que vem antes de tudo.

Então, a riqueza é bendita. Surgiram Lutero, Calvino. Calvino viu que o trabalho é bem-vindo. O trabalho faz a riqueza, e a riqueza faz o bem. E multiplicaram-se essas outras religiões cristãs. Calvino, na sua lucidez, prega o respeito ao trabalho e à riqueza que vem do trabalho e não da corrupção, que ecoa.

Foi Ulysses que disse: “A corrupção é o cupim da democracia”. Pedro Simon, V. Ex^a nunca viu, na sua vida, tanta corrupção como neste mar que aí está! Não é mar, Pedro, é oceano, é o universo em que vivemos. Corrupção, sonegação – os poderosos não pagam –, desperdício, incompetência! A máquina administrativa do Dasp de Getúlio companheiros incompetentes esmolambaram. Mas uma coisa que nunca vi errar, Senador Gilvam Borges, é o ditado, a sabedoria popular: “É mais fácil tapar o sol com uma peneira do que esconder a verdade”. Goebbels, mídia, Globo... “Isto é uma vergonha!” Tiraram do ar Boris Casoy, mas, na verdade, está aí.

Estudei um livro muito interessante de Economia. Acredito no estudo. Tem uns que não acreditam, que lêem uma página do livro e dizem que dá uma canseira. Eu acredito. Penso que o estudo busca a sabedoria. Ó Pedro Simon, está no Livro de Deus, sabedoria é ouro. **História da Riqueza do Homem**, de Leo Huberman. E outro, **Riqueza das Nações**, de Adam Smith. E eu trago a verdade aqui para o Brasil.

O Paulo Brossard, lá do Rio Grande do Sul – não sei se você gostava dele ou se ele gostava de você, não me interessa –, disse que a Oposição não precisa pedir licença para fazer oposição. Ele disse que chegou a um milhão de votos. Então, tinha que falar para um milhão de bocas. E falava três horas, três e meia, igual a Santo Estevão, aquele em quem jogaram pedra. Mas Petrônio regulou e ele passou a falar em uma hora, e ele dividia o discurso. E como serviu! E não foi só isso, não.

Palavras que não são seguidas de obras já nascem mortas – Tiago, não é, Senador Crivella? E Paulo Brossard veio aqui para a arena, deu o seu nome para Vice-Presidente do General Euler, depois do 1974 de Ulysses. Mas, antes, Pedro Simon, eu já estava na luta em 1972. Sei que a sua é anterior, mas eu, como diz o caboclo, não foi nas coxas que fui feito.

Em 1972, com esse seu PMDB, conquistávamos contra os canhões – era Alberto Silva Governador da ditadura, soldado da revolução, da cidade mais importante, a minha cidade de Parnaíba. O ano de 1972 é antes de 1974, de Ulysses. Sei que V. Ex^a é antes.

Quero lhe dizer a verdade: fui Deputado Estadual. O povo me tirou de uma sala de cirurgia, um templo, Senador Gilvam Borges, de trabalho, onde essas mãos, guiadas por Deus, salvavam um e outro acolá. E eu, Deputado Estadual, vi um homem que foi Senador: João Lobo. Não sei se V. Ex^a se lembra, ele era Deputado comigo. Atentai bem Pedro Simon, atentai bem: o passado é para ser vivido e o presente está enegrecido, está envergonhado. João Lobo foi Senador e, depois, quando eu era governador, dirigiu a companhia energética. Eu o coloquei porque ele era amigo do Fernando Henrique Cardoso e eu precisava desse vínculo. Gilvam Borges, eu o ouvi dizendo, entre os anos 80 e 82: há dois Brasis. o Brasil do sul, rico, e o do Norte e Nordeste. Dois Brasis. Lá eles ganham o dobro da gente. Pedro Simon, do sul, ganhava o dobro de nós, em 1980.

Ô Pedro Simon, ó Presidente Sarney, acorda! Acorda! João Lobo disse em 1980 que há dois Brasis O sul, simbolizado, ganha o dobro. E no Nordeste, dois nordestes. Naquele tempo, os ricos: Bahia e Pernambuco. Gilvam, aí tem dois nordestes. Piauí, Maranhão e Paraíba ganham somente a metade. Então, naquele tempo, o João Lobo, o sábio, o Senador do Piauí, disse que a diferença era de quatro vezes, Crivella. Sarney, acorda! Renan, acorda!

O IBGE está aí, não é meu. De quem é o IBGE? É do Governo. Crivella, são os dados, os números. Pedro Simon, a cidade de maior renda é Brasília. Maior renda pessoal. A menor? No Estado do Maranhão. É nove vezes maior. Era apenas quatro.

João Lobo despertava, e eu acordei. Presidente Lula da Silva, eu estou para ensinar mesmo. Sabe quem foi Emerson, Presidente Lula da Silva? Ralph Waldo Emerson, filósofo norte-americano. Mozarildo, ele disse: toda pessoa que eu encontro é superior a mim num particular e, nesse particular, eu procuro aprender.

É isso, Presidente Lula: da Silva, nove é mais que o dobro de quatro, Pedro Simon. Esta é a desigualdade de que emociona, que comove, que entusiasmo e que faz lutar, Mozarildo.

Ô Gilvam. Você é macho!

Pedro Simon, não sou contra, não. Sou a favor de Deus, do povo de Deus, da democracia.

Prove-me que não é – ô Presidente Sarney – nove vezes! E é o Maranhão! Tirei o Piauí da lanterna, fui Governador e passei dos índices, todos melhores do que os do Maranhão, o povo do Piauí trabalhando e lutando com dignidade, esse povo que me trouxe. Está o colégio do Piauí tirando o primeiro lugar – a universidade e a inteligência. Ganhamos dos índices da Paraíba, de Alagoas, quase todos, Senador Renan, o

Piauí, acreditando em Deus, no estudo, no trabalho e na honestidade, sofrendo na porta estreita, na estrada estreita; sofrendo, calado. É duro, Pedro Simon, não sei qual a sua estrada. A minha é essa e posso dizer.

Quero dizer aqui: busquem o IBGE: Brasília, ilha da fantasia, a maior renda **per capita**, e o Maranhão nove vezes menor.

Pedro Simon, de que adiantou? O Mozarildo hoje falou mais do que todas as árvores que há na Amazônia. E o Gilvam, com o entusiasmo e a solidariedade, lhe deu tempo, muito tempo. Mas eu também tenho lutado, e, no entanto, aumentou essa diferença, Pedro Simon. De quatro, passou para oito vírgula tanto, quase nove – aproximo porque o negócio melhorar não melhora. Quem está acostumado com isso? Para ser verdadeiro, não é nove, mas é oito vírgula tanto.

Então, o que adiantou estar na Constituição que se tem que diminuir a desigualdade? Transformar o Bolsa-Escola em Bolsa-Esmola? Pedro Simon, não acredito! A esmola eu dou, eu acredito. Olha, ando com dinheiro pouco para, quando encontrar um esmoleiro ou um aleijado, eu dar. A minha mãe era da Ordem Terceira Franciscana, entendeu? Mas não acredito que isso vá diminuir essa diferença; acredito que vá aumentar. Acredito em estudo, que diminuiu no Brasil todo. Acredito no trabalho, e estão aí as estatísticas: aumentou o desemprego. E acredito no estudo, Pedro Simon. Ô Pedro, Pedro, seu nome é igual ao daquele que titubeou diante de Cristo. V. Ex^a não pode! Prefiro: não, não conheço. Esse problema, você conhece. Isso não vai diminuir.

Norberto Bobbio, que estudou isso, disse, Mozarildo: “O mínimo que se tem de exigir de um governo é segurança.” Segurança à vida. Pedro, olha o caso do João Helio. Aquilo foi uma barbárie, Pedro!

Pedro, viajo com minha Adalgisa para Buenos Aires e andamos de mãos dadas às quatro horas da manhã. Pedro, convido-o a andar de mãos dadas com a Ivete ou o Lula com a encantadora D. Marisa, na Cinelândia, na rua do Ouvidor, onde eu ia namorar – Adalgisa não tinha nascido – com colegas gaúchos, Léo Gomes e outros amigos com suas namoradas. Íamos tomar o chocolate das cinco horas, costume gaúcho. Não era do Piauí, mas ia pela companhia. Hoje, a Confeitaria Colombo fecha às cinco horas da tarde, porque não pode permanecer aberta. Ô Crivella, há assalto. O Passeio Público, a Praça Paris, e bem aí, na Argentina, a gente anda. No Chile, Pedro, vi a população dizer: “A polícia daqui não é corrupta”. Brasileira e brasileiro, V. Ex^a tem a coragem de dizer isso, Pedro? Nós vivemos uma barbárie. Mas isso tudo...

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR)
– Senador Mão Santa...

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Dar-lhe-ei o aparte. Foi o discurso de V. Ex^a que me entusiasmou, defendendo o Amazonas.

Aí, vi que nem tudo está perdido, que há ainda homens como Brossard, como Marcos Freire, como Ramez Tebet, como Teotônio, seu irmão gêmeo de ideal; como Ulysses: “Ouça a voz rouca das ruas”. Pedro Simon, a gente entende as coisas. O que é uma cidade? Era a Igreja, dona de todas as terras. O “cara” morar nas terras dos antigos católicos, eram dez por um. Aí, eles resolveram que não dava, a exploração era demais. Saíram para longe, e saíram outros, e vamos aqui cada um trabalhar. Assim, começaram as primeiras, por abuso do poder e da Igreja. Não falo na Inquisição, porque essa é pior ainda; falo das terras de Deus.

E eles foram, cooperavam uns com os outros, fizeram regras – é assim o mundo, ó Pedro –, que o homem, na sua sabedoria, chamou de leis, querendo imitar as leis de Deus. Mas era um respeitando os direitos, o trabalho e a dignidade do outro. Essas regras não atendem a quem está na favela, no Amazonas, no Piauí. A essa lei por que eles vão obedecer, se não atendem? Eles não têm o trabalho, que leva à dignidade, à educação e à saúde. Eles não têm a esperança, Crivella. Então, está aí a barbárie em que vivemos.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, V. Ex^a conceda um aparte ao Senador Mozarildo.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Vamos conceder o aparte. Aliás, estamos na tribuna – Padre Antônio Vieira disse que um bem nunca vem só; é acompanhado de outro bem – por causa do discurso vibrante de Mozarildo.

Acho que o Amazonas deveria ser um país, porque lá está um desgoverno. Aquela votação, aquilo está um desgoverno, e V. Ex^a é um dos nomes. E está aí a União Socialista, antiga União Soviética. Andávamos lá, ó Pedro Simon, ó Crivella, e era uma fila para chupar um picolé, mas melhorou depois da divisão. Olhem os Estados no Brasil. Acho que a Amazônia tem de pensar em ser um país, e o Nordeste também. E o Maranhão tem de guiar. Está ali, chegou do Maranhão, ó Pedro Simon, são nove vezes de renda menor. O João Lobo já esbravejava, tremia de indignação, porque a diferença do Sul para nós, do Maranhão e do Piauí, era de quatro vezes. E aumentou. Mas me debrucei sobre **A Riqueza das Nações**, de Adam Smith e sobre **A História da Riqueza do Homem**, de Leo Huberman.

Pedro Simon, tudo são ciclos – ciclos biológicos, ciclos de vida, ciclos, ciclos de grandeza. Ciclos na política! Houve o ciclo de Getúlio Vargas, não é verdade? Agora, está o gaúcho, o ciclo de Pedro Simon. Tudo é

cíclico. A economia também é cíclica, Pedro Simon. Então, nós vivemos um ciclo bom, de fartura, de riqueza: a Índia, a China, todo o mundo produzindo.

O Sr. Gilvam Borges (PMDB – AP) – Senador Mão Santa, não se aborreça, mas é tão empolgante o pronunciamento de V. Ex^a que, em certos momentos, V. Ex^a esquece o aparteante, que está ávido, ansioso, para contribuir com o seu pronunciamento. Eu apelo para que V. Ex^a conceda um aparte ao nobre Senador Mozarildo Cavalcanti.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Olhe, V. Ex^a, eu agradeço até. Mas acho que ele é o responsável pelo meu entusiasmo, pois, ao iniciar esta sessão, com igual entusiasmo, defendia a gente, a causa, discorrendo sobre a pobreza, as diferenças e a nossa desigualdade.

Com a palavra este que – eu preconizo – pode ser o primeiro presidente daquilo que tem de ser um país, porque está abandonado. Com a palavra V. Ex^a.

O Sr. Mozarildo Cavalcanti (Bloco/PTB – RR) – Senador Mão Santa, eu estava pacientemente esperando, porque, como obstetra, preciso ter paciência para esperar o parto sem me precipitar. O Senador Gilvam Borges é que realmente se impacientou. Mas quero voltar a dois pontos do pronunciamento de V. Ex^a: primeiro com relação às desigualdades regionais, uma coisa deve ser batida com intensidade. Não adianta falarmos aqui em eliminar as desigualdades regionais com o PAC, esse Programa de Aceleração do Crescimento, que não vai eliminar coisa alguma, porque é apenas um ajuntamento do que já está aí. O que deve acontecer é o órgão que existe para isso, que é o BNDES, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, cumprir a sua função. Ele, hoje, não cumpre a sua função; só investe no Sul e no Sudeste. Estão aí todos os números comprovando. Eu já fiz um pronunciamento a este respeito, e nós temos de cobrar. Na semana que vem, pretendo formular uma representação ao Procurador-Geral da República, para que ele, realmente, diga se isso está correto, se está cumprindo a sua finalidade. A Constituição estabelece que uma das finalidades da República é eliminar as desigualdades econômicas e sociais. O BNDES é o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, mas não é mais isso. Ele é o Banco do Desenvolvimento do Sudeste – BDS. Quanto à segurança, nós, nesses dias, temos debatido esta questão. Li um artigo de um jornalista, afirmando que a situação levou o debate a uma simplificação, em que se diz apenas que a culpa é da pobreza; isto é, o bandido virou santo, porque o bandido é pobre. E, ao mesmo tempo, está se demonizando o pobre, dizendo-se que todo pobre é bandido, quando é o inverso. A maioria dos pobres

é honesta, e o que se vê é que a maioria das pessoas que se diz rica pratica roubos homéricos. Então, precisamos discutir a questão sob um âmbito mais amplo, em profundidade – repito – combatendo, com urgência o que é urgente e debatendo em profundidade o que pode ser resolvido a médio e a curto prazo. O certo é que nem uma coisa e nem outra vêm sendo feitas adequadamente, não só no Governo passado do Presidente Lula, como também não estão sendo esboçadas neste que se iniciou agora. Precisamos que realmente o Congresso Nacional instale a comissão proposta pelo Senador Gerson Camata, uma comissão mista, Senado e Câmara, bem como uma outra, cujo requerimento já encaminhei, no âmbito da nossa Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para que debata, como Comissão de Segurança Pública, todas as medidas referentes ao Legislativo, capazes de resolver o assunto. No entanto, o Judiciário, o Executivo Federal, o Estadual e o Municipal têm de se envolver. V. Ex^a abordou esses dois pontos que me sensibilizam muito. A eliminação das desigualdades regionais, inclusive, tem a ver também com a questão da insegurança, da bandagem, que hoje impera. Por quê? Porque a migração para os grandes centros favorece inclusive a utilização dessas pessoas pelo narcotráfico.

O SR. MÃO SANTA (PFL – PI) – Agradeço e peço à Taquigrafia para incorporar todas as palavras, pontos, vírgulas e intenções. V. Ex^a enriquece a classe médica, que representa muito bem, os Maçônicos e o povo da Amazônia. V. Ex^a é um homem de muita coragem. Ulysses disse que, sem coragem, desaparecem todas as outras virtudes. Então, todas as outras acompanham a coragem de V. Ex^a.

Vou fazer uma comparação, Gilvam Borges, e, para isso, não vou buscar exemplos na Suíça, mas aqui, em um país vizinho. Nós vivemos uma barbárie, isso não é civilização. Está todo mundo atemorizado e preso. É um João Hélio a cada instante. Isso é uma barbárie! Vivemos um ciclo de riqueza e não o aproveitamos. Está todo mundo produzindo petróleo, a indústria cresce em toda parte, cresce a produção na China e no mundo todo. Atentai bem!

Pois bem, vejamos o exemplo da Venezuela de Chávez. Por que o nosso Presidente, o querido Lula da Silva, não fala sobre o preço do petróleo? Mozarildo, o povo de sua Boa Vista, em Roraima, enche o tanque de gasolina do carro na Venezuela por cinco reais. Para fazer o mesmo aqui, gasta quase 150 reais. Um botijão de gás, no meu Piauí, custa quarenta reais; lá, cinco reais. Lula, Chávez teve coragem...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a tem mais dois minutos para concluir seu pronunciamento. Temos aqui vários oradores inscritos,

e V. Ex^a sabe que são vozes importantes neste Senado. Como a sessão deve terminar às 13 horas, pedimos a V. Ex^a que conclua seu pronunciamento.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Sei que V. Ex^a leu a Bíblia, já que é pastor. Ela diz: “Pedi e dar-se-vos-á”. Então, dê-me em dobro: peço-lhe quatro minutos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a tem os quatro minutos.

O SR. MÃO SANTA (PMDB – PI) – Ele atende! A Venezuela, Pedro Simon, a Venezuela do Hugo Chávez – ele teve coragem – cresce bem acima do Brasil, quase 10%, e os efeitos sociais são claros. Entre 2002 e 2005, a população venezuelana abaixo da linha de pobreza caiu de 49,4% para 37,1%, redução de 12,3%. Ele teve coragem, fez, tomou, baixou. Aqui, a Petrobras é usada numa farra política. Por que temos a gasolina mais cara do mundo? Nós não somos auto-suficientes?

A Argentina é um paraíso. A Argentina está crescendo 10% ao ano. Sou louco pelo Rio de Janeiro, estudei lá, mas tenho medo de andar por suas ruas. Pois na Argentina, pego a Adalgisa e saio às 4 horas da manhã, namorando. Aqui quem tem coragem de fazer isso? Vá, Lula da Silva, com a sua encantadora Marisa, dar uma volta no Rio de Janeiro!

E o Kirchner? A pobreza caiu de 45,4% para 26%, quase 20% em três anos. É bem ao lado! Hoje, a Argentina cresce quase 10%, quase igual à China. Olha, quando se vai lá se vêem muitos brasileiros a turismo. Eu vou lá, e perguntam: “O senhor é o Mão Santa?” – a TV alcança o povo! As pessoas têm medo de andar aqui, vai todo mundo para Buenos Aires.

Deve ser igual o número de argentinos e brasileiros que andam por lá! E assim é, porque é impossível andar com tranqüilidade diante da barbárie que domina o País. Quanto ganha um soldado no Brasil? Discutem-se aqui salários altos, gigantes, astronômicos, mas e os pobres dos soldados ganham quanto?

O Chile é um exemplo. Sabe o que eles dizem, Gilvam? Que Santiago é a Londres da América do Sul, que o Chile é a Inglaterra sul-americana. Há uma lei, Gilvam Borges, que estabelece que o chileno hoje tenha doze anos de estudos e fale duas línguas. Eles dizem: “A polícia aqui não é corrupta”. Quem é que consegue isso? Está aí a Argentina, o Chile, que é campeão, e o Uruguai, que tem o tamanho do Rio Grande do Sul. Cada um tem cinco bois, proporcionalmente, em qualidade de vida e civilização, paz. Graças a Deus, há o Haiti para que não fiquemos em último lugar, Pedro Simon. Em verdade, eu vos digo: nós estamos um pouco melhor do que o Haiti, que está em guerra.

E Zózimo Tavares – é o Castelinho, Carlos Castello Branco –, num jornal do Piauí, diz o seguinte: “Es-

tado afunda em dívidas”. É a corrupção angustiando o Governo. Médicos do Piauí podem fazer paralisação geral depois do carnaval; médicos acusam o Governo do Piauí de dar calote. Não se paga! A Maternidade do Hospital Universitário de Brasília está parada porque não tem neonatologistas. Aqui, Pedro!

Então, são as nossas palavras. Pedimos, desde já

Presidente Lula da Silva, essa é a realidade. O monstro que está aí é a violência. Faça como Fernando Henrique Cardoso, que, com Itamar, enfrentou o monstro da inflação e o matou, que enfrentou o apagão com a criação de uma câmara de gestão: fizeram um mutirão, e saímos do apagão. Temos de criar um mutirão contra a violência.

Cícero, na Roma antiga, disse: “**Pares cum paribus facillime congregatur**”. Pedro Simon, violência atrai violência.

Dizia o General Álvaro Obregón, do México, que preferia um adversário que lhe trouxesse verdades a aliados que lhe dessem a ilusão da bajulação. Pedro Simon, sou do PMDB de verdade, trago a verdade e falo, como Ulysses mandou, ouvindo a voz rouca das ruas.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. Mão Santa, o Sr. Gilvam Borges, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Nós é que agradecemos um pronunciamento tão lúcido de V. Ex^a.

Com a palavra, o Senador Arthur Virgílio.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, encaminho à Mesa voto de aplauso à Associação dos Amigos do Autista do Amazonas – AMA, pela realização, em Manaus, entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 2007, do III Encontro Científico de Educação e Saúde.

Requeiro ainda que o voto de aplauso seja levado ao conhecimento da Presidenta da entidade, a notável Sr^a Telma Maria Viga de Albuquerque, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – A Mesa procederá de acordo com o pedido de V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Gilvam Borges, do Estado do Amapá.

V. Ex^a tem 20 minutos para fazer o seu pronunciamento.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Senadores, o homem é produto do meio. A história registra uma saga brilhante a partir do momento em que começamos a descer das árvores e, como nômades, passamos a caçar e a fazer cultura. Desde então, a humanidade vem fazendo a história, a sua própria história, a história das famílias, das pequenas vilas, das cidades, das megacidades. É uma produção fantástica!

Sr. Presidente, é preciso ter consciência histórica para interpretar e saber como conduzir objetivamente as soluções fundamentais para os problemas que nos afligem, que são muitos. Com as cidades, enfrentamos uma diversidade de problemas. Das sociedades feudais, já bastante evoluídas, passamos para o grande salto da humanidade: a Revolução Industrial. Então, começamos a migrar para uma nova relação de poder e de produção, relação essa que, do ponto de vista da economia, gerou uma divisão do mundo entre duas grandes frentes de teorias, que nortearam, a partir daí, as guerras e as elaborações de doutrinas e dogmas: a relação capital/trabalho.

Do ponto de vista do saneamento e da resolução dos problemas que nos afligem na área social, o número um, sem sombra de dúvida, é a educação. A educação, como base, transforma, liberta, qualifica e prepara; e a sociedade, então, produz o que há de melhor da riqueza. A pior das pobreza não é a pobreza material, mas a pobreza do conhecimento, da qualificação.

Precisamos compreender e entender o que estamos vivenciando, pois é possível, Sr. Presidente, sanar e resolver os problemas, mas não 100%, porque as demandas são constantes. O homem, como criador e ser inteligente que é, é insaciável. E Deus disse: “Façamos o homem à nossa imagem e semelhança”.

O segredo para a violência não está na organização do Estado, porque o Estado já deu sinais de ineficiência, inapetência, indisposição e falta de vocação para resolver os problemas. O Congresso Nacional focaliza o grande problema da violência. Pelos mais variados temas que são abordados nas tribunas das duas Casas, ainda não temos como levar um tema até o final se não voltarmos sempre para essa questão da segurança.

É a sociedade da hipocrisia, Sr. Presidente. Tantos temas importantes e milhares de brasileiros morrendo diariamente, milhares – não foi só o caso desse garoto, que despertou a comoção social no País. Sr. Presidente, um dos temas que precisamos abordar é o da interrupção da gravidez, um problema muito sério. Em dois anos, são mais de cinco mil mortes de

mulheres que, por falta de conhecimento, vão a óbito ao fazerem abortos clandestinamente, sem assistência do Estado. Essa é uma das questões que precisamos discutir, mas há muitas outras na área social.

A Igreja Católica, Sr. Presidente, que tem uma grande força, que tem uma tradição nos seus dogmas, vem com a grande Campanha da Fraternidade. Vou dar, então, uma sugestão, porque não bastam apenas as palavras fáceis e o belo discurso. Se eu estivesse lá, ao lado do Presidente, eu diria: "Presidente Lula, o senhor sabe como podemos esvaziar os grandes centros onde milhares de adolescentes estão confinados, já que esses centros, na verdade, são faculdades do crime?" São faculdades do crime! Esses centros são escolas onde a bandidagem se estrutura, se organiza e consolida toda uma doutrina do mal.

Todo homem, Senador Mão Santa, nasce bom. Mas passa a sofrer as influências da família e da sociedade, com todas as suas instituições. Todos os homens são bons, nascem bons, com uma mente livre. A partir daí, então, vem a condição em que a marginalidade surge. E sabe como, Senador Mão Santa? Simples. Senador Marcelo Crivella, que preside a Mesa, veio milhares de missionários neste País. Em cada esquina, em cada canto deste País temos uma igreja instalada, que leva a palavra, que leva os princípios para a formação moral do cidadão contra o vício, contra o crime, enfim, contra toda sorte de problemas.

Está aí o segredo: as sociedades civis organizadas e, principalmente, as grandes igrejas deste País podem nos ajudar a partir do momento em que nós as convocarmos. A Igreja, sem ser convocada, já adentra os presídios, levando a palavra para todos os recantos da Nação. É um exército do bem e da moral.

Sr. Presidente, não é verdade, como a doutrina surgida após a Revolução de 1917, que a religião é o ópio do povo. A religião liberta, mas também bota o pé no freio. O cidadão que tem acesso à palavra, sem dúvida, pode resolver muitas questões de identidade, de moral e de objetivos.

Se o Presidente Lula convocasse o seu Ministério da Ação Social e cancelasse todos os seus programas sociais, todas as bolsas que são dadas a milhares de pobres neste País, que se tornam, em certo momento, um condicionamento e um aviltamento da personalidade... Sr. Presidente, ninguém gosta de esmolas. O homem, por si só, já nasce altivo, já nasce para produzir, já nasce com o desejo de se incorporar e ser independente. Tenho certeza de que, muitas vezes, aquela coisinha que chega ali vem acompanhada de um processo de humilhação.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Permite-me V. Ex^a um aparte?

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges...

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Logo após o Senador Edison Lobão, concederei o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Senador Gilvam Borges, chego ao Senado nesta manhã ainda a tempo de ouvir uma parte do discurso do Senador Mão Santa. S. Ex^a fez um passeio pela história, pela literatura e nos ofereceu uma aula de cultura geral. Em seguida, ouço V. Ex^a, preocupado com a segurança deste País, com a segurança dos brasileiros. Esse é, a meu ver, um ponto fundamental da vida deste País no momento. E já se tentou de tudo para resolver o problema; não sei se com a dedicação devida, ou se apenas com paliativos. Mas V. Ex^a tem toda a razão quando invoca os serviços fundamentais da Igreja, dos templos religiosos espalhados por todo o território brasileiro. Hoje, estou no convencimento de que as igrejas, sobretudo as evangélicas, fazem mais segurança, praticam mais segurança do que o aparelho de segurança do Estado.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Sem dúvida!

O Sr. Edison Lobão (PFL – MA) – Elas impedem que as pessoas que ali chegam estejam envolvidas em uma auréola de desvio, que inclui a droga, neste País. Senador Gilvam Borges, discute-se hoje a maioria dos nossos irmãos, a fixação de um novo teto, a redução da maioridade penal. E vejo muitos estamentos sociais levantando-se contra isso. Hoje mesmo, o **Jornal do Senado**, Senador Mão Santa, publica o mapa-múndi. Na Europa, a maioridade penal vai de dez a quinze anos. Na Alemanha, é de quatorze anos; na Dinamarca, quinze anos; na Finlândia, quinze anos; na França, treze anos apenas; na Ucrânia, um país emergente, dez anos; na África do Sul, sete anos, e é assim pelo mundo afora. E nós ficamos aqui patinando, sem conseguirmos decidir. Não sei se isso vai resolver o problema, porque, enquanto nos Estados Unidos 98% dos condenados estão presos, encarcerados, no Brasil não chegam a 10% dos condenados; 90% das pessoas condenadas estão fora das prisões. Isso é grave, muito grave! Mas esse é um problema fundamental e sobre ele todos devemos nos debruçar. E é bom que V. Ex^a, com a inteligência que tem, com o discernimento social que possui, esteja a se ocupar desse tema neste momento. Cumprimentos a V. Ex^a, Senador Gilvam Borges!

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a, Senador Lobão, o aparte sempre abalizado. As considerações de V. Ex^a já são conhecidas nesta Casa pelo equilíbrio e pela inteligência que

sempre manifesta. Incorporo o aparte de V. Ex^a e concedo um aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Gilvam Borges, estava atentamente ouvindo seu pronunciamento, de muita cultura, seqüenciado pelo Senador Edison Lobão, que traduz a grandeza intelectual do Maranhão. Cícero disse: “Nunca fale depois de um grande orador”. E vou falar depois de dois! A música comunica muito mais do que as palavras de um orador. Os salmos foram resultado de Davi dedilhar mensagens em sua harpa. Um filósofo cristão disse que quem canta reza duas vezes. O nosso Nordeste, meu e do Edison Lobão – que está ali e que tão bem representou a nossa preocupação –, tem nosso filósofo, o cantor Luiz Gonzaga, um salmista do Nordeste. Ele diz em uma canção: “(...) uma esmola pra um homem que é são/ ou lhe mata de vergonha ou vicia o cidadão (...)”. É isso, queremos um debate qualificado e trabalho. Estou aqui, porque tenho essa experiência, fui prefeitinho. É fácil, passem essas bolsas, criadas por Fernando Henrique Cardoso, para os prefeitos. Esses dariam mais 5% ou 10%, e os governadores mais 10% ou 15%, aumentando o valor. E as pessoas seriam encaminhadas para uma função, para um trabalho de duas horas, como tomar conta de um jardim, ser zelador de uma escola, garantir a circulação, porque trabalho é que educa. É com razão que está no Livro de Deus: “Comerás o pão com o suor do teu rosto”.

O SR. GILVAM BORGES (PMDB – AP) – Agradeço a V. Ex^a o aparte.

Tenho convicção e certeza de que as medidas legislativas, os procedimentos a serem tomados já estão no seio desta Casa, em forma de projetos de lei. Noventa por cento dos procedimentos nas áreas sociais e dos programas empreendidos e realizados pelos Ministérios estão equivocados. Se organizássemos todas nossas forças, tirando-as do seio da sociedade civil organizada, teríamos plenas condições de resolver em parte o problema.

Aliás, peço uma oportunidade ao Governador Arruda: licencio-me do Senado Federal se ele me der quatro meses para tirar todos esses menores da rua e esvaziar todos os depósitos de adolescentes do Distrito Federal. Em quatro meses, teríamos condições de resolver isso, e bem.

Sabemos que o saneamento é muito mais profundo, pode ser uma medida paliativa, mas há um exército nacional a ser convocado, há um exército nacional a ser chamado. Por que não chamá-lo? Por que não convocá-lo? De uma simples idéia, pode-se fazer uma revolução.

Estou aqui na frente de um líder: Senador Marcelo Crivella. Sei do potencial da igreja a que S. Ex^a se

congrega, sei da força, sei do exército que, convocado e devidamente apoiado, poderá fazer maravilhas.

A Nação só está precisando ser convocada, e temos condições de fazer isso, sim. O que me dói no coração, Senador Mão Santa, é que ficamos aqui com milhares de idéias, temos as fórmulas econômicas, que quase todos os dias são ditas pelos nossos especialistas. Na área social, estamos dizendo: podemos fazer, podemos fazer, sim, podemos mudar essa realidade.

É como se, em frente de um grande rio, colocassem um cientista, um filósofo, um sociólogo e um antropólogo. E, questionados sobre o que pensam do rio, cada um dirá de uma forma diferente. O cientista dirá que a água é composta pelo H₂O e sem ela não há vida. O religioso poderá dizer que esse é o caminho da esperança e da fé e que essa água deságua, definitivamente, no coração de Deus e nos oceanos. O filósofo terá outra opinião: ora, precisamos ser um espelho para absorver tudo isso?

Todas as nossas forças intelectuais estão aí, as forças da sociedade organizada estão aí. Do que precisamos? De um líder que possa mobilizá-la.

Não ficará um só menor na rua, não ficará um só menor nos depósitos e presídios onde, na verdade, eles têm formação de bandidos, porque são grandes massas de marginalizados. Há uma diferença entre o marginalizado e o bandido, sim, Sr. Presidente. Esse é um tema que precisamos levar a sério e abordar com segurança. O básico de tudo é a educação, é a formação. A Nação só está esperando ser convocada.

Tenho um plano, tenho uma proposta viável e concreta e estou à disposição do Presidente e dos Ministros. Estou à disposição para colocá-la em prática, com exemplos, não só desta tribuna. Estou à disposição, tanto daqui como do meu Estado, em qualquer situação. E podemos fazer isso, sim.

Agradeço a V. Ex^a, Sr. Presidente. Quero dizer a todos os brasileiros, principalmente do meu querido Estado do Amapá – estamos à margem do grande rio Amazonas –, que estamos na luta e o nosso Brasil é um país vitorioso, um país abençoado, ungido, um país que tem realmente um grande caminho a percorrer. Seremos, sem sombra de dúvida, dentro de pouco tempo, uma das principais nações deste planeta. Nós iremos exportar inteligência, iremos exportar alegria, como já estamos exportando; iremos exportar riquezas, e sempre seremos este povo valoroso, brasileiros que realmente têm incentivo. Não será qualquer banzeiro que irá derrubar o nosso País.

Por isso, sou confiante e acredito nas melhores.

Tenham todos um bom final de semana e que Deus nos abençoe sempre!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Gilvam Borges.

Concedo a palavra ao Senador Arthur Virgílio, como Líder.

Logo em seguida, ouviremos o nosso querido Senador Pedro Simon.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, em dia de noticiário em ritmo lento, o maior destaque são os resultados do IBGE relativos ao mercado de trabalho. Melhoraram as condições de renda, estagnou a taxa de desemprego, mas o mais significativo é que, em época de bonança mundial, em que o País poderia estar gerando oportunidades de trabalho aos borbotões, o que se vê é um avanço tímido, incapaz até de reverter os retrocessos anotados ao longo dos últimos quatro anos.

A renda média do trabalho é, depois de um mandato inteiro de Lula, inferior à de 1998. Apesar do crescimento, por dezenove meses seguidos, o rendimento ainda não voltou sequer aos níveis do período anterior à crise pré-eleitoral de 2002: no primeiro ano do atual Governo, a renda caiu 12,2% e, até agora, não se recompôs.

Para este ano, com inflação um pouco mais alta e reajuste menor do salário mínimo, a tendência é de ganhos mais tímidos no rendimento médio dos trabalhadores.

No caso do desemprego, ocorreu em janeiro o já esperado aumento da taxa. Todo início de ano é assim: a taxa de desemprego tende a cair somente a partir de abril, quando começam a serem geradas mais vagas. Desta vez, 240 mil pessoas perderam as suas colocações e o desemprego estacionou em 9,3%, o mesmo nível de um ano atrás. O total de desocupados cresceu 10,7% em comparação com dezembro.

Sobre os números do IBGE, comenta Vinícius Torres Freire, na **Folha de S. Paulo**:

A renda média ameaça subir, enfim, em relação aos patamares de meados dos anos 90. Há mais empregos. Empregos um pouco melhores. O poder de compra, dada a baixa de inflação, aumenta. Tudo bem? Não. Apenas saiu da sala o bode da instabilidade e da crise praticamente contínua entre 1997 e 2003. De resto, conta-se com o vento a favor da economia mundial. As melhorias no mercado de trabalho não se devem às mudanças institucionais.

Fecho aspas para a lúcida análise do colunista econômico da **Folha de S. Paulo**, o jornalista Vinícius Torres Freire.

O que ocorre é que, em vez de estar gerando oportunidades de trabalho aqui, o Brasil de Lula tem optado por exportar empregos. Como não há melhorias estruturais significativas no mercado de trabalho e como as condições macroeconômicas favorecem os investimentos de empresas locais no exterior e a importação de bens, o que se vê é um País incapaz de gerar a quantidade de empregos necessária para, pelo menos, fazer frente aos jovens que ingressam no mercado de trabalho todos os anos.

É ocioso repetir os estragos que a política monetária dura, motivada pela irresponsabilidade fiscal do Governo, vem causando ao Parque Industrial Nacional – que cortou 86 mil vagas apenas em janeiro, somente nas seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE. Mas os números mais recentes da balança comercial ajudam a reforçar o argumento: as médias diárias de importações em fevereiro avançam 25% em relação ao mesmo mês de 2006, enquanto as exportações crescem apenas 15%.

Os maiores aumentos de compras foram com adubos e fertilizantes (68%), farmacêuticos (52%), siderúrgicos (37%). Ou seja, os números mostram crescimento nas importações de produtos prontos e não de insumos. “Se a importação de matérias-primas estivesse crescendo num ritmo forte, seria um bom indicador de aumento da atividade industrial. A compra de produtos prontos aponta na direção contrária”, mostra o jornal **O Estado de São Paulo**. Indica que, em vez de importar a matéria prima e fabricar o produto no País, as empresas estão comprando o produto pronto e gerando empregos no exterior.

Esse movimento nefasto na corrente de comércio – porque não resulta em melhorias significativas no parque produtivo interno – perdurará enquanto o juro mantiver-se campeão mundial e, conseqüentemente, o dólar continuará o seu mergulho. Ontem a moeda americana chegou a valer R\$2,065, mas o Banco Central comprou US\$800 milhões (mais do que o dobro da média recente), para segurar a cotação. Mais um pouco o dólar rompe a barreira de maio de 2006. O próximo piso são as cotações de março de 2001, já em torno e abaixo de R\$2,00. Há bancos, como o Merrill Lynch, que calculam que, dado o nível atual das exportações, o dólar já deveria estar valendo muito menos. Segundo o Merrill Lynch, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o dólar deveria estar hoje valendo R\$1,54.

O “vazamento” de oportunidades de trabalho para o exterior também é função do mau ambiente para negócios no País, do qual, mais uma vez, o que ocorre no setor de saneamento é bom exemplo. O **Valor Econômico** mostra que investidores estrangeiros que haviam aplicado no setor, no Brasil, estão caindo

fora. A **Suez**, empresa francesa que controlava a Vega Engenharia Ambiental e a Águas do Amazonas, já saiu e a Águas de Portugal tenta vender a sua empresa no Rio de Janeiro.

“Mesmo com a aprovação do marco regulatório do setor, que trouxe a expectativa de que esse mercado se tornaria mais atrativo, empresas estrangeiras que já conhecem o País (...) não se mostram dispostas a arriscar”, conclui o jornal **Valor Econômico**.

O imbróglio no saneamento, cuja lei, cheia de lacunas assustadoras, entrou em vigor ontem, é apenas um capítulo da novela de imobilismo, da inação e dos equívocos reinantes no Governo Lula.

A insegurança jurídica também está presente no campo, ainda mais quando se lê declarações de um Ministro de Estado – quadro político ligado ao MST, mas, ainda assim, Ministro de Estado –, para quem há invasões “compreensíveis” – aspas para o Ministro. Ele entende que algumas invasões são compreensíveis. Fecho aspas para essa declaração lamentável do Ministro da Reforma Agrária. Conforme entrevista de a Guilherme Cassel a respeito da *joint venture* MST/CUT, que resultou na invasão de treze fazendas no início da semana em São Paulo.

Tamanha leniência e paralisia choca a todos. Lula precisará, quem sabe, de 80 dias – ou 150, se considerada a data da vitória reeleitoral em outubro – para definir seu “novo” Ministério.

Até o sempre sisudo **Valor Econômico** protesta:

Até agora, apenas se sabe de alguns ‘imexíveis’ do velho ministério. Os novos, quanto mais passa o tempo, mais chances têm de não serem escolhidos pela qualidade técnica e mais espaço terão para lidar com sua pasta como se fosse um feudo partidário. Se não for essa a intenção do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, fica a pergunta: o que ele estaria esperando?

Vale registrar a crítica do **Financial Times** ao PAC, única medida anunciada pelo Governo do PT neste segundo mandato até agora. Para o jornal inglês, o Plano indicaria que “o governo Lula parece estar perdendo a disciplina fiscal que manteve durante o primeiro mandato”. Mas nós brasileiros não devemos nos preocupar; afinal, o Presidente Lula, ontem, garantiu estar fiscalizando o PAC com “lupa”. Deve ser, talvez, para tentar enxergar o que, de todos os ângulos que se mire, ao senso comum se revela invisível, impalpável e intangível.

Sr. Presidente, antes de encerrar este pronunciamento – e não demandarei os vinte minutos a mim

generosamente concedidos por V. Ex^a –, trago ao conhecimento da Casa uma carta do Dr. Felipe Tredinnick, Embaixador da República de Bolívia no Brasil, ao Presidente Renan Calheiros, a respeito do bolo dado por Evo Morales a S. Ex^a e ao Presidente Arlindo Chinaglia, da Câmara dos Deputados.

Diz ele:

Tenho a grande honra de me dirigir ao senhor com o intuito de pedir desculpas, em nome do Presidente constitucional da Bolívia, Exm^o Sr. Evo Morales, por não haver podido cumprir com seus desejos de realizar uma visita de cortesia ontem pela tarde.

O que sucedeu é que as negociações bilaterais (entre Bolívia e Brasil), que deram oportunidade a importantes acordos, inclusive sobre temas energéticos, se complicaram de tal forma que tornaram impossível a visita ao Senado Federal.

Ontem [segundo ele] foi um dia de intenso trabalho, que tornou impensável a possibilidade de visitá-lo, apesar do grande desejo do Presidente Evo Morales, que estava preparado para lhe entregar [ao Presidente Renan Calheiros] um presente típico da Bolívia, presente que terei a honra de lhe entregar nos próximos dias.

Então, diz que imagina que o Presidente do Congresso aceitará as explicações e que ele as está dando espontaneamente, porque não foram solicitadas.

Fico impressionado com o nível de amadorismo da diplomacia boliviana e com o grau de perigo que cerca as relações entre esses dois países. Porque, para mim, não foi apenas a constatação do amadorismo em si mesmo – era para ter vindo, não veio, faltou a um compromisso –, mas a constatação de que a compromisso faltou. Ficou de comprar um cartão postal na banca de revistas? Não; tratava-se da visita ao Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional e ao Presidente da Câmara dos Deputados, ou seja, era o momento de o Presidente da Bolívia prestar homenagem ao Poder Legislativo de um Estado amigo, de uma Nação amiga.

Isso me faz pensar sobre o enorme cuidado quanto à forma com que estaria sendo tratado o Congresso boliviano pelo Presidente Morales, porque, para mim, esse gesto – ou a ausência dele – traduz-se em uma demonstração clara de desprezo pelo Poder Legislativo, Sr. Presidente. Ou seja, algo o prendeu.

Sabemos que, nessas reuniões, não foram ele e Lula que ficaram conversando, mas os agentes administrativos dos dois lados. O Embaixador, em sua redação complicada, disse que a discussão se “complicou de tal maneira...” Não me vá ele agora declarar guerra ao Brasil se se complicar mais um pouco. Seria algo que nos cobriria a todos de ridículo enfim.

O Presidente estava com tempo livre, sim. Nada era tão substantivo que sua equipe técnica não pudesse disso se encarregar. Ele teria de ter vindo ao Congresso Nacional; ele teria de ter rendido homenagem ao Congresso Nacional, até para que nós, aqui, pudéssemos tratá-lo com respeito, pudéssemos imaginar que, de fato, ele estaria honrando os votos que recebeu do povo boliviano.

Na semana que vem, farei um pronunciamento, Sr. Presidente, sobre esse projeto, que estaria sendo gestado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. Vou abordar as minúcias dele, o que sei dele. O projeto estaria sendo entregue ao Presidente Renan Calheiros nos próximos dias. A meu ver, isso não é um bom sinal para o convívio entre o Governo e o Parlamento, porque tudo aquilo que cheire a aumento ou à hipertrofia do Poder Executivo, tudo aquilo que cheire à diminuição, a amesquinha-mento do Poder Legislativo, tudo isso terá sempre o meu desacordo.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio!

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Só um segundo, Senador Mão Santa!

Não posso concordar com nada que desconstitua a democracia pela qual tantos sofreram, tantos morreram, tantos lutaram. O caminho da América Latina não pode ser outro a não ser o da democracia.

Não podiam aceitar, como aceitaram no Mercosul, de maneira precipitada, a Venezuela, que se torna, cada dia mais visivelmente, uma ditadura, desrespeitando a cláusula democrática do Mercosul, a mesma que fez, no passado, os governos da Argentina, do Uruguai e do Brasil dizerem que ou o Paraguai se resolvia pela posse aos eleitos e pelo repúdio ao golpe de estado, ou seria expulso do Mercosul. Isso ficou tão claro no Governo passado que não entendo como se aceita a Venezuela entrar no Mercosul, atentando diariamente contra as liberdades democráticas daquele País. Ou seja, o nosso dever é ficarmos atentos ao nosso Subcontinente e ao Brasil. Estou de olho nisso.

Que projeto de reforma política é esse que sairá do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social? É a vulgarização dos plebiscitos? É a vulgarização dos referendos? Com que objetivo? Com o objetivo

de se criar uma relação direta hipertrofiada entre o Poder Executivo e a Nação, minimizando a força e o poder do Congresso Nacional? Isso significaria uma tentativa, inicialmente tímida, de se fazer um País, que tem uma democracia mais consolidada do que a da Venezuela e muito mais consolidada do que a da Bolívia, quem sabe, aos mesmos níveis de Venezuela e de Bolívia?

Isso não passa sem que eu gaste a última dose de energia que possa existir no meu espírito e na minha alma, Sr. Presidente! Não passa! Sou absolutamente transigente em relação à negociação, em relação à conversa política e em relação à economia, mas tudo aquilo que significar arranhão na democracia brasileira jamais contará com o meu beneplácito. Sei o quanto custou para restaurarmos a democracia no Brasil. Lutarei pela democracia neste País ainda que eu tenha de convocar para voltar às praças públicas conosco aquele velho companheiro de lutas, chamado Luiz Inácio Lula da Silva.

Se precisar, chamo Luiz Inácio Lula da Silva para ele enfrentar algum esgar ditatorial do Governo Luiz Inácio Lula da Silva.

Nunca me esqueço, Senador Pedro Simon, que o General Newton Cruz estava cercado o Congresso. Eu estava, como um Deputado do PSDB, participando de um comício em Vitória, um comício pelas Diretas. Foi o último comício que se fez de grande porte, porque, depois, todo mundo se concentrou aqui, num enfrentamento àquele cerco abjeto executado pelo General Newton Cruz ao Congresso Nacional. Todos os dias em que entrávamos, nós, Deputados e Senadores, nesta Casa, ouvíamos dichotes, éramos constrangidos lá fora e, aqui dentro, extravasávamos na tribuna. Homens públicos havia alguns, e quem nos recebia era o Governador Gerson Camata.

E a figura mais notável daquele comício, com quem tive a ocasião de dividir aquele momento de tristeza, porque sabíamos que aquele era o passo mais decisivo da ditadura para impedir a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, quem estava ali ao nosso lado, naquele momento, era precisamente o grande líder sindical da época – e já grande líder popular – Luiz Inácio Lula da Silva. Ou seja, naquele momento, partilhámos a tristeza, porque intuíamos que as Diretas não passariam, embora, logo depois, tivéssemos visto o belo movimento em torno de Tancredo Neves, que terminou vendo José Sarney comandar a transição democrática brasileira.

Mas, em outras palavras: a minha boa-vontade toda acaba quando vejo qualquer esboço de agressão à democracia que Lula inclusive ajudou a constituir. Portanto, não consigo deixar de achar bizarra essa

carta do Embaixador da Bolívia. Não consigo deixar de achar atemorizadora a ação desse característico ditador de republiqueta bananeira, que é o Sr. Hugo Chávez, a figura marcada.

Na verdade, alguém diz assim, Senador Pedro Simon: “Fulano de tal é o pai escarrado e cuspidor”. Houve uma corruptela, pois a versão original diz “em carrara esculpido”. Tudo o que o pai quer é que seus filhos sejam melhores. Então, a expressão original é “fulano de tal é o pai em carrara esculpido”, ou seja, em mármore de carrara esculpido. Depois, o uso popular terminou degenerando-a para “escarrado e cuspidor”. Não posso dizer que o Sr. Hugo Chávez é exemplo de nada “em carrara esculpido”, mas, sim, eu diria “escarrado e cuspidor”. Aí, vou para o popular – vou para o popular, sim! –, porque o roteiro que ele está cumprindo já levou ao desastre vários países e vários ditadores. Primeiramente, começa a diminuir o poder do Congresso e do Judiciário, e aí vêm as leis habilitantes com os plebiscitos e com os referendos. Depois disso, tenta – e, às vezes, consegue – a implantação da ditadura completa. No caso dele, com a corrida armamentista que tem feito, nem sei se não chegará à guerra com algum vizinho, não sei se não será esse o ápice do seu delírio. O fato é que o Brasil tem de dar exemplo, e este é o dever precípua do Presidente Lula, encarnando seu passado e sabendo preservar seu futuro perante a história, mostrando a diferença entre o Brasil e esses países, fazendo com que o Brasil seja o eixo, o centro, da democracia no subcontinente sul-americano.

Concedo-lhe um aparte, com muita honra, Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Arthur Virgílio, com certeza, V. Ex^a é a maior inteligência hoje neste Senado.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – É bondade de V. Ex^a!

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – V. Ex^a é o Itamaraty, V. Ex^a o representa bem. Quero dar um testemunho: eu governava o Piauí, e V. Ex^a visitou meu Estado, acompanhado do Deputado Federal B. Sá. Desde aí, admirei-o por esse gesto. Muito novo, V. Ex^a foi Ministro da Casa Civil. Que comportamento! Que seriedade! Que dedicação! V. Ex^a representa o Itamaraty, que quer paz no mundo. Aquilo foi muito grave, foi falta de cultura, e meu Presidente Lula da Silva é o culpado. Cabe a ele adaptar as agendas e sugerir. Ele hospedava. Vamos inocentar quem é preciso, pois cabe ao anfitrião saber dividir o espaço e os compromissos: “Vá lá, eu fico aqui. Vá por 10 minutos!”. Ô, Pedro Simon, quando Giscard d’Estaing perdeu as eleições para Mitterrand – atentai bem! –,

perguntaram-lhe: “O que você vai fazer?”. Disse: “Vou ser vereador na minha cidade”. Olhe a visão da democracia na França! Mitterrand, morrendo, moribundo, deixou uma mensagem aos governantes: fortalecer os contrapoderes. Essa mensagem do Presidente Mitterrand foi dada há 14 anos. Isso foi uma desmoralização. Eu cheguei, vi o tapete vermelho – o que foi bom, porque eu andei por cima dele – e perguntei: “O que vai acontecer aqui?”. “Já, já, o homem da Bolívia vai entrar.” Plantados ali, prestando continência, estavam os Presidentes do Senado e da Câmara. Foi uma desconsideração, pois, como V. Ex^a diz, tratava-se de um aprendizado. Na nossa República, houve muito sacrifício. Sei que foi difícil conquistar a democracia na França: houve guilhotina, e rolaram cabeças. Aqui, Getúlio, estadista, num momento difícil, enfrentou três guerras. Aqui, houve a ditadura militar, e os canhões fecharam o Congresso. Petrônio disse: “Este é o dia mais triste da minha vida”. E o reabrimos. A democracia é divisão de poder. Deve-se acabar com o *L’État c’est moi*, ao qual querem voltar esses meninos que estão aí. V. Ex^a tranquiliza o País e tem uma missão muito grande. Não se acabrunhe por ter perdido a eleição! Winston Churchill foi um pouco maior do que V. Ex^a. Ele conseguiu a vitória. Quando as bombas já rodeavam Londres, ele disse aos ingleses que não tinha nada a lhes oferecer, a não ser sangue, suor e lágrimas. Foi e venceu, ao lado da Rússia e dos Estados Unidos, de Franklin Delano Roosevelt e de Stalin. Como foi difícil! Getúlio, que também era simpaticante, perdeu a eleição depois da guerra. V. Ex^a tem sido nosso Winston Churchill. Depois, o povo foi buscá-lo e o segue como nós. V. Ex^a é essa voz, é o altivo, é o nosso líder.

O SR. ARTHUR VIRGÍLIO (PSDB – AM) – Muito obrigado, querido amigo, Senador Mão Santa, pelas palavras carinhosas e ternas de sempre.

Agradeço-lhe, Sr. Presidente, por toda a tolerância e peço a inscrição, nos Anais, do inteiro teor da carta do Embaixador da Bolívia ao Presidente Renan Calheiros.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

**DOCUMENTO A QUE SE REFERE O
SR. SENADOR ARTHUR VIRGÍLIO EM SEU
PRONUNCIAMENTO.**

(Inserido nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

A Publicação

Em 23/2/2007

Brasilia, 15 de febrero de 2007

Excmo. Señor
Don Renán Calheiros,
PRESIDENTE DEL H. SENADO FEDERAL
Ciudad



Distinguido señor Presidente:

Tengo el alto honor de dirigirme a usted con el objeto de excusar al señor Presidente Constitucional de Bolivia, S.E. Don Evo Morales, por no haber podido cumplir con sus deseos de cristalizar una visita de cortesía ayer por la tarde.

Lo que ha sucedido es que las negociaciones bilaterales (entre Bolivia y Brasil), que dieron marco a importantes acuerdos, inclusive sobre temas energéticos, se complicaron de tal manera que hicieron imposible su visita al H. Senado Federal. Ayer fue un día de intenso trabajo, que hizo impensable la posibilidad de visitarle, a pesar del gran deseo del Presidente Evo Morales, quien inclusive estaba preparado para entregarle un presente originado en Bolivia, presente que tendré el honor de entregárselo en próximos días.

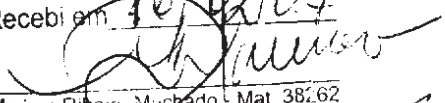
Esperamos que vuestra excelencia comprenderá estas explicaciones (que no fueron solicitadas, pero que espontáneamente se las doy), para que no quede en el aire ningún malentendido que involuntariamente se habría provocado.

Con este motivo, reiterando nuestras disculpas, saludo a usted con las expresiones de mi más alta y distinguida consideración y futura amistad.


DR. FELIPE TREDINNICK
EMBAJADOR

Recebi em

16/02/07


Myriam Ribeiro Machado - Mat. 38262
SSCLSF/SGM

Excelentísimo Señor
Renán Calheiros
Presidente del Senado Federal
Praça dos Três Poderes
Brasília-DF

Brasília, 15 de fevereiro de 2007

Exmo. Senhor
Renan Calleiros,
Presidente do Senado Federal
Nesta

A Publicação

Em 23/2/2007



Exmo. Senhor Presidente:

Tenho a grande honra de me dirigir ao senhor com o intuito de desculpar ao senhor Presidente Constitucional da Bolívia, Exmo. Sr. Evo Morales, por não ter podido cumprir a realização do seu desejo de fazer uma visita de cortesia ontem pela tarde.

Aconteceu que as negociações bilaterais (entre Bolívia e Brasil), que resultaram em importantes acordos, inclusive sobre temas energéticos, complicaram-se de tal forma que tornaram impossível a visita ao Senado Federal. Ontem foi um dia de intenso trabalho, que impossibilitou visitá-lo, apesar do grande desejo do Presidente Evo Morales, quem até estava preparado para lhe entregar um presente típico da Bolívia, presente que eu terei a honra de lhe entregar nos próximos dias.

Esperamos que Vossa Excelência compreenda estas explicações (que não foram solicitadas, mais que espontaneamente eu apresento), para que não fique pairando alguma interpretação errada, involuntariamente provocada.

Com este motivo, reiterando nossas desculpas, receba os meus cumprimentos com a mais distinguida consideração e futura amizade.

Dr. Felipe Tredinnick
Embaixador

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Muito obrigado, Senador Arthur Virgílio. A Mesa atenderá seu pedido.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Sr. Presidente, peço a palavra para uma questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR. Para uma questão de ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, estou encaminhando ao Presidente do Senado uma correspondência solicitando que modifique a decisão, que não sei se foi de S. Ex^a ou da Secretaria de Comunicação Social, de que não sejam reprisadas as sessões de plenário das sextas-feiras.

Fiquei admirado com a informação de que não reapresentam essas sessões, porque o horário é destinado à reprise ou à retransmissão das reuniões das Comissões que não foram exibidas durante a semana.

Ora, Sr. Presidente, embora não seja deliberativa, a sessão de sexta-feira é plenária. O plenário é a instância maior do Senado. Aqui, discutem-se assuntos de interesse nacional e, portanto, da própria Casa.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – V. Ex^a me permite dar uma sugestão?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Pois não, Senador.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Na tarde de sexta-feira, poderiam ser apresentadas as reuniões de Comissões que não puderam ser exibidas, deixando-se a noite para a retransmissão das sessões de plenário. Normalmente, nossa sessão é feita pela manhã. Então, eles a estão reproduzindo à tarde.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Não, nem à noite, eles a reprisam.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Nem à tarde?

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Nem à tarde, nem à noite.

O Sr. Pedro Simon (PMDB – RS) – Então, digo: deixe-se a tarde para a transmissão das reuniões das Comissões e a noite para as sessões de plenário!

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (Bloco/PTB – RR) – Exatamente.

Estou enviando uma correspondência pessoal, mas pretendo, na próxima semana, se for o caso, colher assinaturas dos demais Senadores, porque essa é uma situação indevida.

As sessões de sexta-feira e de segunda-feira não são deliberativas, mas são de importância para o Senado e para o País. Nelas, discutem-se questões como segurança e com a Amazônia, discute-se o País.

Por isso, devem ser reprisadas, principalmente durante o horário de verão. No meu Estado, por exemplo, há diferença de duas horas e, no Acre, de três horas. Assim, não é possível que, por decisão não sei de quem, não se reprise a sessão de sexta-feira.

Estou encaminhando à Mesa essa correspondência e espero que essa decisão seja analisada e reconsiderada.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a será atendido na sua solicitação, Senador Mozarildo.

Concedo a palavra ao Senador Pedro Simon, do Estado do Rio Grande do Sul. Em seguida, falará nosso querido Senador Cristovam Buarque, do Distrito Federal.

V. Ex^a dispõe de 20 minutos.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Parlamentares, antes de iniciar meu pronunciamento, eu não poderia deixar de destacar algo que considero muito importante dentre os acontecimentos que envolvem o carnaval do Brasil, uma festa tradicional que, a cada ano, aumenta mais em dias, horários e tudo o mais.

Já há tempo venho participando do grupo de brasileiros, incluindo jovens, que, durante esse período, não vão às festas de carnaval e, em organizações feitas por várias igrejas, fazem dele um momento de profunda reflexão. Eu fico impressionado.

Participei, durante quatro dias, do Rebanhão, num ginásio de Brasília, sempre superlotado. Ele é feito pelo grupo carismático da Igreja Católica e o que impressiona é ver a alegria, quase igual à do carnaval, e ouvir a cantoria dos hinos de igreja, cujas letras são muito bonitas, que as pessoas faziam com a alma, com sentimento, das oito horas da manhã às oito horas da noite.

As famílias, as mulheres, os filhos colocavam barracas e ali passavam o dia. Houve um debate que, realmente, emocionou-me, uma análise dos problemas da sociedade, alguns muito difíceis, como filhos fora do casamento e como se realizar o bem-estar da sociedade.

Emocionei-me e fiquei ali o tempo todo. Esse encontro chamou-me a atenção porque mostrou que não dá para se dizer que a nossa sociedade, que os jovens brasileiros estão destruídos, que são levados para o mal e não têm condições de encontrar caminhos.

Isso não aconteceu apenas na minha igreja. Na de V. Ex^a e em várias outras igrejas houve “rebanhões”, em que se reuniram milhares de jovens para debater essa questão. Os jovens estiveram presentes, embora em televisão alguma se visse um anúncio. Os próprios

jornais publicaram uma matéria pequenininha, mas os jovens estiveram lá. Imagine se a Rede Globo, talvez durante o carnaval – poderia ser das oito às dez e meia da manhã –, convocasse os jovens para debater, discutir e conversar sobre o Brasil.

Entrando ali, meu querido Mão Santa, parecia que estávamos em outro mundo. No Rio de Janeiro, então, imagine sair daquela loucura e, de repente, entrar na Toca de Assis.

É uma outra realidade, apesar de vivenciarmos o mesmo momento e a mesma hora. De um lado, toda uma propaganda chamativa feita pelo rádio, pelo jornal, pela televisão, pela tradição, pela história, e, de outro, apenas uma convocação boca-a-boca. Penso que esse é um exemplo do que pode ser feito.

Sou autor de uma emenda que tramita no Congresso Nacional, especificamente no Senado, que fala a respeito de as estações de televisão destinarem uma hora por dia direcionado a um programa voltado para a ética e para a moral para a sociedade brasileira. O horário é nobre. Mas cada estação de televisão escolhe o seu horário para fazer o programa. Não é o Governo que vai impor isso ou aquilo, porque seria bobagem, estupidez, ridículo. Cada emissora de televisão vai brigar para disputar o horário com um programa melhor do que o da outra. O programa social pode ser o mais variado possível. Pode ser um programa de debate, trazendo discussões sobre o aborto, a mocidade etc. Pode ser um programa médico sobre parto. Pode ser um programa social, voltado para a ética, para a moral, a questão da penalidade. Vão escolher o programa. E tenho a certeza absoluta de que a sociedade vai assistir e gostar de ter esse programa. Repito: não vamos impor o assunto, nem vai ser no mesmo horário, mas eles vão fazer. Imagine se isso acontecer no Brasil! O Brasil está entupido de novelas! Apenas em uma emissora de televisão, das 18 horas às 23 horas, temos quatro novelas para o cidadão assistir!

Imaginem se, no meio disso, ele tivesse uma hora para o social em geral, para mostrar que o Brasil não é aquilo que a novela está mostrando. A verdade é esta: o Brasil não é Carnaval apenas. Embora haja muita diversão no Carnaval, o Brasil não é apenas diversão e Carnaval. No entanto, o europeu, o americano pensam que aquele carnaval a que estão assistindo é o dia-a-dia do brasileiro; eles pensam que todo fim de semana seja um programa de sexualidade, ou seja, chegar no Nordeste, pegar uma mulher e fazer sexo.

Lamentavelmente, foi dito aqui que falamos, falamos e não acontece nada. Na verdade, estamos vivendo hoje no Brasil, Sr. Presidente, um exemplo de uma Torre de Babel, onde cada um fala e nin-

guém se entende. Cada um diz o que quer, pensa o que quer. Agora saiu o Senador representante do Amapá dizendo que tem uma fórmula espetacular para salvar o problema da mocidade e pede para o Lula chamá-lo. Eu até diria para S. Ex^a que peça ao Senador Sarney, que é amigão do Lula, que o leve para falar com Sua Excelência, se a fórmula é tão espetacular.

Mas, a verdade é que esse Rebanhão, além dos outros acontecimentos feitos nas outras Igrejas, devem ser mostrados. Não atirem à mocidade brasileira a questão de que o problema é só diminuir a idade penal dos 18 anos para 16 anos, porque é uma turma de bandalheiros que não resolve nada. Tem muita coisa, tem muita gente, tem muitos jovens brasileiros que vão bem, obrigado – perdoem-me a sinceridade –, apesar de programas de televisão.

Vejam V. Ex^{as} que, agora, tenho de fiscalizar, porque tenho a Net lá em casa. Outro dia, cheguei tarde em casa, estava com o meu filho, e ligamos a televisão e, ao mudar de canal, na Net, me deparei com um programa de sexo ao vivo.

Uma emissora – canal 43 ou 44 –, o meu filho levou um susto, e eu, outro. Era meia-noite e pouco. Chegamos em casa, liguei a televisão para assistir o jornal da Globo News – canal de número 40 –, e, ao avançar um pouco mais, nos deparamos com aquilo. Como essas coisas acontecem?

Vejo, agora, os jornalistas, os diretores de televisão e os representantes, reunidos no Conselho, aqui no Senado, dizerem que a preocupação deles é com a liberdade; que nós não podemos atingir a liberdade. Também acho que não podemos atingir a liberdade. Mas o problema de não poder atingi-la é muito limitado. Mas, acho que quando se tem de organizar, de orientar, de conscientizar a sociedade brasileira, o conceito de não atingir a liberdade, é o conjunto de toda a liberdade.

Levei meu filho, minha mulher, minha secretária, e assistimos, ali, exemplos emocionantes; exemplos de pessoas do povo que contaram suas histórias.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Permite-me V. Ex^a participar?

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Mas o que mais me emocionou – já lhe darei um aparte – foi aquela gente ali, principalmente as pessoas simples, gente humilde, que vinha de ônibus do fim mundo, debaixo daquela chuva, e lá ficava das sete horas às vinte horas. Então, essa é uma demonstração de que há condições. Se um grupo da Igreja consegue fazer isso em pleno Carnaval, época em que há grande concorrência – meu Deus, concorrer com o Carnaval, as pessoas, ali, fazendo festa, brincando,

em um momento de alegria, tudo é alegria! – portanto, em um momento como esse se conseguir fazer quatro dias de reflexão fechada, quanto mais em um outro período normal, podemos fazer isso serena e tranquilamente.

Agora eu digo uma coisa, Sr. Presidente, eu digo uma coisa – eu disse ao Presidente Lula; eu nunca vou ser Presidente da República –: se eu chegasse a Presidente da República, a primeira coisa que eu faria era enquadrar as televisões. Esta era a primeira. Não enquadrá-las no sentido de estatal. Pelo amor de Deus, eu não sou doido! Porque aí, eu liquidava com o negócio. Mas enquadrar as televisões no sentido de elas terem de contribuir para o conjunto da sociedade, para o bem-estar da sociedade. Contar a verdade, dizer a verdade, mostrar a verdade, mostrar como as coisas são, mas respeitar o conjunto da sociedade.

Vejam que fantástico! Outro dia, o **Correio Brasileiro** publicou uma matéria de página inteira, algo que é raro, a respeito de um grupo de aposentados daqui de Brasília, aposentados de porte alto, que ganham bem, que resolveram adotar uma cidade. Escolheram uma das mais pobres do Brasil, que fica no Estado de Alagoas. Anualmente, às vésperas do Natal, mais ou menos dois meses antes, o grupo se dirige para lá. Mas, durante o ano, eles preparam roupas e coisas de que eles precisam, pegam o ônibus e vão para lá. Ali, durante um mês, eles pintam as casas, arrumam fogões, compram as coisas que faltam, enfim, eles revolucionam a cidade. A cada ano fazem coisas novas.

No ano passado, ao chegarem àquela cidade, depararam-se com um recém-nascido que ficou sem mãe, sem nada. Então, uma das senhoras da comitiva – não me lembro o nome dela –, já de idade avançada, ela tinha duas filhas, uma de 23 anos e a outra de 27, resolveu adotar a criancinha e a trouxe para Brasília. Aqui chegando, a criança, que não conseguia se adaptar à mamadeira, foi levada ao médico, que a aconselhou que a levasse a um desses hospitais que tem banco de leite, onde um conjunto de crianças recém-nascidas eram amamentadas. Lá, aconselharam a mãe adotiva a colocar a criança em seu seio para que aprendesse a sugar, embora o seio dela estivesse seco, sem leite para amamentar. Deu certo. Senador Mão Santa, não mais do que de repente, essa senhora começou a ter leite. Os médicos não conseguem entender, mas essa mulher passou a ter leite e amamentou não só o filho adotivo como outras crianças que também estavam ali. Os médicos disseram que era um autêntico milagre. Essas coisas

acontecem! No entanto, não vemos uma notícia como essa na televisão.

Outro dia, mostraram um jovem carioca, rico, alinhado, que se formou em Medicina – não sei o que deu nele –, que resolveu ir para a Amazônia. Comprou um barco e foi parar em uma daquelas cidadezinhas ribeirinhas, daquelas que só se pode vir à capital de vez em quando, para clinicar.

Esse carioca, com o dinheiro dele, fez um pequenino hospital e há trinta anos está trabalhando de graça, se esforçando, fazendo verdadeiros milagres naquela cidade. Isso existe.

No Brasil há muitas dessas histórias, mas só vemos na novela vigarice, bandalheira, cachorrada. A sociedade não tem o direito de conhecer o lado bom da vida, meu Deus do céu? Na novela o vigarista é o que ganha, a mulher safada é a que fica por cima, o cara bacana cai, é liquidado. Vendo tudo isso a pessoa perde a vontade de ser séria, perde a vontade de ser digna. Isso não pode acontecer. Não se pode dilapidar a consciência do povo brasileiro, que é um povo bom, um povo sério, um povo digno, um povo trabalhador, talvez pacifista demais, mas de repente as coisas vão se modificando.

Está-se tornando corriqueira a comunicação de seqüestro relâmpago, quando telefonam para uma pessoa e dizem que estão com o filho dela e que ela tem de dar tanto em dinheiro. Essa prática hoje é usada em todo o Brasil, em todo o interior do Rio Grande do Sul, em cidades pequenas, que nunca tomaram conhecimento desse tipo de ação, estão aplicando isso. O golpe dá certo porque nunca viram nada igual. Por quê? Porque a televisão é a formadora do caráter ruim da sociedade brasileira.

Concedo o aparte ao Senador Mão Santa.

O Sr. Mão Santa (PMDB – PI) – Senador Pedro Simon, V. Ex^a supera V. Ex^a mesmo, que tem sido o melhor neste Senado. Está aí, em verdade, em verdade, eu vos digo... Assim falava Cristo, Senador Crivella. Senador Pedro Simon, eu votei em Lula da Silva em 1994. Muitos não votaram, mas eu votei. Mercadante é um bom caráter; gosto dele. Tivemos debates qualificados de um lado e de outro. Então, ele se aproximou de mim, Pedro Simon: PMDB. Aí eu disse: é simples, é bom, é puro. Basta vocês colocarem Pedro Simon. Lá na residência de Luiz Otávio, que nos recepcionava com um almoço. V. Ex^a se lembra? Eu era dos poucos que havia votado em Lula. Sei que alguns votaram. Eu tinha votado e trabalhado por Lula. Eu disse: basta Pedro Simon, porque ele nos representa. Estaremos satisfeitos. E ele saiu eufórico. Mas aí, lá no Rio Grande do Sul, a gauchada disse que Pedro Simon não podia... São

essas coisas do PT. V. Ex^a seria outro. Mas pedi um aparte quando V. Ex^a falava em exemplo. Padre Antônio Vieira disse: "Palavra sem exemplo é como um tiro sem bala". V. Ex^a tem palavras e exemplo. O Nordeste é encantado com V. Ex^a. A peregrinação que V. Ex^a fez de Fortaleza a Canindé, ainda hoje é lembrada. É como reviver Frei Damião, que lá é santificado. Quer dizer, V. Ex^a tem dado exemplo de franciscano, de pureza. Então, há ainda essa esperança. Digo a V. Ex^a, Crivella, que está na presidência, o Lula, que foi reeleito sabia que é difícil dividir o bolo. Ó, Lula, está aí um homem para ser ministro, um homem que engrandeceria o Governo. O exemplo arrasta, diz Padre Vieira. Isso de que ele está falando é o Brasil e não é ilusão, não. Temos de buscar no passado... Esse modo de dizer: essa Esquerda aí... Precisamos conhecer a história. O Presidente Geisel era um homem honrado e honesto. Nunca me esqueço da atitude dele diante de um programa de televisão dirigido por Flávio Cavalcanti, o poderoso daquela época, como Sílvio Santos é hoje. Flávio Cavalcanti estava apresentando um quadro de um marido pernambucano impotente que ia buscar outro homem para transar com a mulher dele e satisfazê-la. Geisel, com a sua coragem – ele era gaúcho, não era? –, mandou suspender o Flávio Cavalcanti e a Globo, porque aquilo era um atentado. Ó, Lula da Silva, estou aqui para ensinar: o General Álvaro Obregón, do México, disse: "Prefiro um adversário que me traga a verdade a um amigo que me traga a falsidade da bajulação". Vou-lhe dar um quadro agora: vivo em Buenos Aires, namorando Adalgisa. Gosto de ser feliz. Às quatro horas da manhã, não posso andar aqui no Brasil. Lá, em Teresina, vou-lhe dizer, Pedro Simon, estão acabando com o nosso costume, com a sentinela, que é o ato de velar um defunto durante a noite. Não existe mais isso, não; morreu, enterra logo, porque, se o velório for à noite, vêm os criminosos e fazem o arrastão. Isso é o Brasil da barbárie. Então, eu quero dizer que há tempo. Está aí o Pedro Simon. Há tempo, há tempo. Vem a luz depois do carnaval. Está aí um homem que tem... Por que não convida Pedro Simon para ser ministro, para o povo ter esperança, para ele mostrar que o bem vence o mal? Então é isso. V. Ex^a que está na Presidência, leve... Está aí um homem qualificado e tal. Não chegou à Presidência? Não chegou, mas Rui Barbosa também não chegou. O seu exemplo tem nos arrastado e nos levado a acreditar no Brasil e na democracia. Agradeço a Deus essa oportunidade de vê-lo e aprender com V. Ex^a.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Muito obrigado. Com muito carinho agradeço as manifestações de amizade de V. Ex^a.

O discurso vou deixar para outra hora, Sr. Presidente, mas, se V. Ex^a me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – V. Ex^a tem o tempo de que precisar.

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) – Pois não.

Dentro desse contexto, apenas digo o seguinte: o Presidente Lula ainda não começou o seu segundo mandato. Foi uma vitória espetacular. Depois da vitória, como o Brasil não está acostumado com reeleição – para ele era continuação –, ele tirou férias, porque ninguém é de ferro. Tirou férias anunciando que quando voltasse das férias anunciaria o novo Governo. Voltou de férias, não anunciou o novo Governo e disse que faria isso depois do carnaval. Nós já estamos na sexta-feira de cinzas, ou melhor dito, sexta-feira depois das cinzas e também não anunciou. As informações que se têm são as de que agora ele vai esperar a eleição do novo presidente do PMDB para depois fazer a escolha,

Ele não quer fazer a escolha e correr o risco de a Convenção do PMDB sair com resultado negativo.

Digo agora ao Presidente Lula uma coisa que tive ocasião de dizer-lhe pessoalmente há poucos dias. O Presidente Lula estava no velório do nosso querido amigo Tebet e, embora a comitiva de Senadores que lá estava tivesse ido por conta própria, o Presidente convidou-nos para voltarmos juntos. Pela primeira vez, o Presidente me convidou para falar com ele. Eu prontamente o atendi. O Presidente não queria imitar o que aconteceu quatro anos antes. Ele reconhecia o equívoco do Governo dele, quando fez alianças diretas com um Parlamentar aqui e outro lá, desprezando a vida partidária, desprezando os comandos partidários. Sabemos, por exemplo, que, no PMDB, era o Fulano e o Sicrano que comandavam tudo, e nem a Bancada do Senado, nem a Bancada da Câmara, nem a Executiva, nem o Partido tomavam conhecimento. E isso acontecia também nos outros partidos. Ele disse que agora não; agora, ele vai fazer uma organização partidária e que pretende organizar um Governo com aliança consolidada em torno de princípios, em torno de idéias, em torno de um programa partidário e que vai, inclusive, até as eleições do ano que vem.

Meu grande amigo, o companheiro Jarbas Vasconcelos, por quem tenho um carinho muito grande – li sua entrevista à **IstoÉ** –, foi de uma elegância muito grande, mas disse que não acredita. Ele não tem esperança. Espera que dê certo, mas não tem esperança.

Não sei se estou entre os que tentam ser otimistas, mas, com toda a sinceridade, reconheço que

o Governo Lula foi muito ruim. Foi uma fraude. Eu era daqueles, Senador Mão Santa, que, chegando aqui, vinham com euforia. Eu achava que havia chegado o momento do Brasil. Sinceramente, quando Lula ganhou, pensei: o momento do Brasil é este; é agora. Um homem do povo, um operário, um trabalhador, um homem que veio do Nordeste, trazido em um pau-de-arara, que se perdeu na floresta da violência de São Paulo, mas que se ergueu, cresceu, fez vida sindical, lutou no sindicato, criou um partido, foi quatro vezes candidato a Presidente de República e chegou lá.

Quando Lula chegou à Presidência da República, há quatro anos, não sabia que ele tinha tanto amigo. Como tem amigo o Lula! Eu não conhecia nenhum desses amigos no tempo em que ele era líder sindical ou simples candidato a Presidente. E o seu Governo não foi o que esperávamos.

Quando pedimos a abertura de uma CPI para analisar o caso Waldomiro – não havia o que discutir, pois ele aparecera na televisão, recebendo dinheiro; o crime estava ali, era apenas apurar a pena e as formas do que tinha acontecido –, não deixaram que ela fosse criada. Não deixaram. Não saiu a CPI. Eu e o querido Senador do PDT do Amazonas tivemos que entrar em juízo, no Supremo, e ganhamos. Foi o primeiro caso em que aconteceu isto: por unanimidade, o Supremo mandou criar a CPI. E criamos. Mas, quando a criamos, já não foi uma, foram quatro. As outras três, que estavam engavetadas, também foram criadas. E, com o negócio de deixar o Waldomiro e não acontecer nada, a porta estava arrombada. Se este era o País da impunidade, com o fato de não se punir, as coisas se multiplicaram, e deu no que deu. E deu no que deu!

Agora, nós vamos iniciar um novo Governo com o mesmo Presidente e com o mesmo Partido. Quanto ao Partido, vemos, lá pelas tantas, que aparece um líder, como Tarso Genro, dizendo, primeiro, que se tem de recriar. Aí o termo é considerado ofensivo. Então, passou a ser... Como é? Refazer. Mas a verdade é que até agora estamos na expectativa.

Em primeiro lugar, Presidente Lula, o senhor não é culpado se um Ministro designado por Vossa Excelência, daqui a um ano, comete um crime, uma vigarice, uma roubalheira. Isso pode acontecer. Jesus escolheu 12 apóstolos, e Judas o traiu. Agora, Vossa Excelência é responsável se hoje nomeia um Ministro que já cometeu vigarice ou praticou ato delituoso. E o que se afirma, o próprio Presidente Lula o diz, é que não se pode considerar ninguém condenado, sem julgamento definitivo. Alguém só pode ser considerado condenado, quando o é lá no Supremo, e não há mais

recurso. É verdade. Sou advogado de defesa e sei disso. O cidadão está sendo processado? Está. O Maluf está sendo processado? Está. Foi condenado? Não. Há julgamento definitivo? Não, não se pode colocá-lo na cadeia. Mas escolher para Ministro um cidadão que o Brasil inteiro sabe quem é e cuja biografia todos conhecem é diferente.

Houve uma época em que o Senado e a Câmara engavetavam os processos dos Parlamentares. Outro dia, disseram: “Não pode, é uma barbaridade; tem de terminar!” Admira-me a OAB dizer uma coisa como essa. “Tem de terminar com a Câmara e o Senado e engavetar os processos dos Parlamentares.” Engavetavam, mas não engavetam mais. Emenda minha, nesta Casa. Várias modificações, e foi aprovado. Isso há seis anos. O Procurador-Geral da República pedia para processar um Senador ou um Deputado, e o Senado e a Câmara tinham de dar licença. E o que acontecia? O Presidente da Câmara e o do Senado botavam o processo na gaveta. Não botavam para votar, porque tinham vergonha. Se aprovassem, abririam o caminho para processar outros; se rejeitassem, tinham o repúdio, o nojo da opinião pública. O que faziam? Deixavam na gaveta.

Mas, pela mudança que fizemos, o Procurador processa o Deputado ou o Senador, e a ação vai direto para o Supremo. Fica lá no Supremo, e não temos nada com isso, temos de aceitar. Agora, o que está acontecendo? O Procurador entra com o processo, processa, o Tribunal aceita, e o processo fica na gaveta de um Ministro. Aquilo que ficava na gaveta do Presidente do Senado ou do Presidente da Câmara está na gaveta de um Ministro do Supremo! Senador, Deputado Federal que já foi Presidente do Senado, Líder do Governo, várias dessas pessoas estão denunciadas pelo Procurador-Geral da República; a ação foi aceita por unanimidade no Supremo, foi designado relator, e este está com o processo na gaveta.

Não estou discutindo, essa é uma outra parte. Mas o cidadão que está nessa situação pode ser Ministro? Pode ser Ministro um cidadão que o Procurador-Geral da República denunciou e cujo nome consta de um processo que o Supremo Tribunal Federal, em vez de rejeitar ou arquivar, aceitou e para o qual escolheu um Relator? Chamá-lo de criminoso não pode, porque ele não foi condenado. Mas entre não poder chamá-lo de criminoso, porque não foi condenado, e designá-lo para Ministro há uma diferença muito grande. Há uma diferença muito grande! E isso o Presidente Lula tem de entender.

Eu dizia isso para a minha querida Governadora do Rio Grande do Sul, e ela aceitou e cumpriu. Quando fui Governador ou Ministro, eu tinha meu serviço

secreto interno, diria. Os caras me traziam os nomes, eu olhava, mandava ver, e não dava nem para acreditar. A folha corrida de alguns era tão intensa, que não dava para designar. Eu não designava.

Eu era Líder do Governo, e o Itamar Franco nomeou para Ministro da Agricultura o Presidente da Federação da Agricultura do Distrito Federal. Oito anos Presidente da Federação, ele ficou dois dias no Ministério. Quando foi designado, ninguém olhou, nem discutiu. Era um cara aqui de Brasília, que todo mundo conhecia. Não havia nada contra ele. Nunca tinha feito política. Dois dias depois de designado, aparece, lá de Goiás, que ele tinha matado duas pessoas. O processo todo tinha tramitado, e ele havia sido condenado. Fora pronunciado pelo juiz como culpado, e marcada a data do júri. Aí ele fugiu, desapareceu e, durante oito anos, ficou em lugar incerto e não sabido. Aqui em Brasília, Capital da República, o Presidente da Federação da Agricultura!

É claro que o Itamar, dois dias depois o demitiu. E veja que coisa interessante, Sr. Presidente: a imprensa abriu uma manchete, fez um escândalo, mas até hoje ele não foi a julgamento.

Então, penso que os partidos políticos têm o direito de indicar quem quiserem para Ministro e para cargo secundário, mas o Lula tem a obrigação de ter o seu serviço secreto, a sua gente para investigar quem é o cara. Na minha opinião, o partido tinha que fazer isso.

Sou Presidente do PMDB do Rio Grande do Sul; faltaram muitos candidatos a Deputado Estadual e Federal na nossa legenda – não conseguimos encontrar. Mas, em compensação, tem mais de dez ou doze que não aceitei colocar na chapa. Porque eu mandei ver. Já que sei que a Justiça não olha, não liga, eu fui olhar antes. As pessoas vinham me indagar o porquê e eu dizia: “Não pode; foi condenado por isso, foi condenado por aquilo; está sendo processado por isso, está sendo processado por aquilo. Como vou te botar na chapa?” “É, mas a justiça não me julgou e V. Ex^a está me julgando?” O problema da Justiça é julgar ou não julgar. O meu problema é escolher gente correta para ser candidato.

Isso já devia ser feito no partido político. Há uma emenda minha nesse sentido dizendo que qualquer cidadão no partido pode apresentar uma denúncia contra qualquer membro da chapa e esse membro da chapa tem de se defender no Conselho de Ética do Partido. Já era uma grande coisa.

Mas, tudo isso é uma coisa. Outra coisa é o Lula fazer a escolha dele.

Primeiro lugar: gente honrada, gente digna e gente correta. Segundo lugar: acho que ele está cer-

to quando está dialogando com os partidos. Acho positivo. Ele está dialogando com os partidos no sentido de que, lá adiante, não vai ter de negociar nem cargo, nem dinheiro, nem emenda em troca de votação. Quer dizer, pode dar cargo, pode aprovar emenda de parlamentar, pode fazer o que bem entender, mas não para troca-troca com a votação. Se conseguir fazer isso, se houver a intenção de fazer isso, é um começo.

É o que digo ao meu amigo Lula; e, claro, tudo isso junto com a reforma política.

Há quatro anos, quando eu ainda era considerado amigo, convidaram-me para ser Ministro, para ser Líder do Governo e eu respondi que eu podia ajudar muito mais o Governo da tribuna do Senado, porque eu pensava que o Lula ia fazer um governo espetacular, que ia ter muito obstáculo, muita gente contra as revoluções ideológicas que ele ia praticar. Eu não imaginava que o Lula ia fazer um governo quase – digamos assim – de centro-direita. Mas também foi bom, porque eu não ficaria lá; se eu tivesse entrado, logo teria saído. Ou eu saía ou me botavam para fora. Mas naquele momento que eu comecei, eu dizia com todas as letras: “Olha, Presidente, o senhor está errando grave, pois começar o seu governo com a reforma da Previdência?! Em primeiro lugar, o senhor está entrando num ninho tremendo; o senhor está, na sua emenda, violentando o seu programa partidário. O seu Partido, a vida inteira, lutou por isso, que V. Ex^a, agora no primeiro ato, quer desmantelar” – que era uma coisa original. A Senadora Heloísa Helena foi expulsa do Partido porque votou um projeto de acordo com o programa do PT. O programa do PT dizia que era aquilo ali e ela foi para a tribuna e disse: “Eu votar isto aqui”. Foi expulsa do Partido. E eu dizia, naquela altura: “Mas isso aqui esperou tanto tempo, não pode esperar mais um pouco? Vamos começar com a reforma política, vamos começar para colocar a casa em dia para termos condições de ir adiante”.

O Governo mudou – imaginava eu – a conceitualização, é um novo Governo, uma nova realidade. É um Governo que está aí, atirou pedras e mais pedras durante 20 anos em todos, é o padrão da dignidade, da seriedade, vai ter de fazer grandes reformas. Vamos fazer a primeira reforma: colocarmo-nos em condições de termos competência de fazer as mudanças. O Governo não deu bola, não ligou para a reforma política. Chegou-se a nomear uma comissão para a reforma tributária, mas o Governo foi tão cruel quanto o anterior. Há dois anos, às vésperas da eleição, o Lula foi a um congresso de prefeitos em Brasília, onde havia mais de quatro mil prefeitos,

e ele foi carregado no colo quando garantiu que, na semana seguinte, votaria 1% a mais para as prefeituras. Foi uma festa. Até hoje não saiu, até hoje não foi aprovado.

Quer dizer, nessas condições, volto a dizer que não venha o Lula agora nesse reinício com um projeto que não signifique o que é mais importante. Que não venha o Lula querendo grandes coisas que não sejam as iniciais: reforma política, reforma do sistema eleitoral, reforma da nossa convivência. Vamos criar um ambiente em que os partidos sejam valorizados. Não se trata de um problema do grande ou do pequeno partido, Sr. Presidente; o partido pode ser grande ou pequeno, mas tem de ser valorizado. Se o Parlamentar foi eleito naquele partido, ele tem de ficar naquele partido. Não fica porque hoje não vale nada. Temos de fazer um sistema onde todos fiquem. E aí vale! Onde a vida dele é aquela, está ali.

Na Argentina, no Uruguai, no Paraguai a vida partidária vem ao longo do tempo. Uma coisa revolucionária hoje, em Buenos Aires, é que o Menem, que foi o grande peronista, cassado, preso, torturado, duas vezes Presidente da República, de repente, abandona o partido e está criando um outro partido. Mas esse é um fato inédito que ninguém está conseguindo entender, porque lá ou se é peronista ou do partido radical. Como no Uruguai, ou é branco ou é colorado.

Nós nunca tivemos vida partidária. Vamos tentar consolidá-la, vamos tentar criá-la, vamos tentar dar consistência à vida. Com todo respeito, Sr. Presidente, a eleição dos nossos Parlamentares como é feita no Brasil é um modelo superado, não existe mais; ocorre praticamente só no Brasil. Ou fazemos lista ou voto distrital. Mas como é hoje, em que o Deputado para se eleger tem de gastar três vezes mais do que vai ganhar durante todo o mandato e a briga interna no partido começa exatamente porque o meu inimigo é o candidato do meu partido, porque vai tirar voto meu, já que só um vai ser eleito na legenda, tem de acabar. Terminar com o voto aberto como é hoje e criar uma forma clara de dinheiro.

A eleição deve ser curta como nos Estados Unidos. Fala-se em diminuir o mandato, pode ser. Nos Estados Unidos, o mandato de Deputado é de dois anos. E os nossos Deputados não entendem isso. Nos Estados Unidos, a renovação é muito menor do que no Brasil, porque, como o mandato é de dois anos, ele está sempre em campanha, visitando sua cidade, discutindo, analisando e, permanentemente, no debate. Aqui, no Brasil, não. A eleição dura seis, sete, oito meses, e cada um gasta uma fortuna.

Acho que se o Presidente Lula iniciasse por aí... São teses em que se pode escolher todos os partidos, do Governo e da Oposição – e vamos escolher o que é certo, o que é correto, o que, eticamente, deve ser feito. Começa por aí, o Presidente devia começar por aí. Devia negociar com os partidos de uma forma correta, de uma forma justa e, principalmente, falar com o PMDB da seguinte forma: “Meu filho, estou nomeando agora e demito depois de amanhã”. E, na dúvida, deve demitir. Somos advogados e sabemos que, na hora de julgar, na dúvida, absolve-se. O juiz, quando tem de julgar, se não tem prova, absolve. Mas, na vida pública, se há dúvidas de que a pessoa praticou atos de corrupção – pode até não ter praticado, pode até haver provas –, se a opinião pública acha, ele deve ser afastado. Que ele, na dúvida, seja afastado.

Não sinto que o Lula tenha esse sentimento. Por outro lado, vemos gente do PT já falando em terceiro mandato. Justiça seja feita: o Lula o rejeita. Já estão falando até em democracia direta: deve-se permitir o plebiscito convocado pelo povo; que não se deve passar para o Congresso a autorização de permitir ou não o terceiro mandato. Que deve ser feito o plebiscito, o povo é que deve decidir se vai permitir ou não. Isso é um absurdo! Acho que o Congresso existe para exercer a sua missão; ele é que deve determinar em que e como o plebiscito deve ser feito. E por isso existe a iniciativa popular: com tantos milhões de assinaturas, o povo pode enviar projeto a esta Casa para que seja discutido.

A palavra está com o Presidente. Ele está ganhando tempo. Passou um mandato, tomou posse, passou o carnaval. Agora, vamos esperar a eleição do Presidente do PMDB. Mais que ele demore, mais a responsabilidade de acertar.

Confio, Sr. Presidente, porque digo com toda a sinceridade: no ano passado, vivemos uma crise tão intensa que, quando, na Comissão, pediram o *impeachment* do Lula, e o PFL reuniu juristas para apresentar um grande texto para pedir a cassação, fui à reunião e disse: “Vocês estão equivocados; para pedir o *impeachment* não se reúnem juristas, o texto de *impeachment* qualquer cidadão pode fazer, mas tem de ter conteúdo, tem de ter prova, tem de ter alma...”

(Interrupção do som.)

O SR. PEDRO SIMON (PMDB – RS) –... tem de ter a presença do povo sabendo o que vai fazer”, e não pedimos. Àquela altura, achávamos que o Lula cairia ao natural. Infelizmente, o Congresso apodreceu, teve uma incompetência total, e o Lula saiu de raspão. Mas acho que agora, em outubro, ou o Lula navega em cima da onda – e viveremos grandes mo-

mentos na sociedade brasileira, de profundas transformações –, ou a nossa crise será de conseqüências imprevisíveis.

É isso que acho, Sr. Presidente, e é esse o apelo que faço ao Presidente Lula. Ele está numa boa, está por cima, está brincando, os partidos políticos estão todos esperando de boca aberta para ver o que vão levar. A imprensa toda está simpatizando com ele – cada vez surge uma charge mais debochada do que a outra, mas ele está por dentro. Porém, ele que não se engane: em outubro, ou nós vencemos e vamos adiante, ou a crise pode ser realmente muito séria.

Eu peço a Deus que inspire o Presidente, que inspire os seus assessores e que inspire a nós, para que estejamos juntos na mesma barca rumo ao bem deste País.

Muito obrigado a V. Ex^ª.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Sobre a mesa, requerimento que passo a ler.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO Nº 93, DE 2007


Senhor Presidente,

Em aditamento ao Requerimento nº 54, de 2007, requeremos que a Sessão Especial destinada a homenagear o educador, intelectual e político Darcy Ribeiro, no transcurso do décimo aniversário de seu

falecimento, anteriormente marcada para o dia 27 de fevereiro próximo, seja realizada no dia 21 de março de 2007.

Sala das Sessões, em 14 de fevereiro de 2007


Senador CRISTOVAM BUARQUE


Marcelo Crivella (Marcelo Crivella)

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – De acordo com o requerimento lido, a homenagem a Darcy Ribeiro será realizada em 21 de março próximo.

A Presidência convocará sessão especial a realizar-se às 11 horas do dia 21 de março.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Com a graça de Deus e não havendo mais Senadores inscritos, a Presidência vai encerrar os trabalhos.

O SR. PRESIDENTE (Marcelo Crivella. Bloco/PRB – RJ) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 23 minutos.)

(OS Nº 10571/2007)

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 53ª LEGISLATURA

Bahia

PFL – Antonio Carlos Magalhães *
PFL – César Borges*
PDT – João Durval **

Rio de Janeiro

PRB – Marcelo Crivella*
PMDB – Regis Fichtner*^S
PP – Francisco Dornelles **

Maranhão

PFL – Edison Lobão*
PMDB – Roseana Sarney *
PTB – Epiácio Cafeteira **

Pará

PSOL – José Nery*^S
PSDB – Flexa Ribeiro*^S
PSDB – Mário Couto**

Pernambuco

PFL – Marco Maciel*
PSDB – Sérgio Guerra*
PMDB – Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

BLOCO-PT – Aloizio Mercadante*
PFL – Romeu Tuma*
BLOCO-PT – Eduardo Suplicy**

Minas Gerais

PSDB – Eduardo Azeredo*
PMDB – Wellington Salgado de Oliveira*^S
PFL – Eliseu Resende**

Goiás

PFL – Demóstenes Torres *
PSDB – Lúcia Vânia*
PSDB – Marconi Perillo**

Mato Grosso

PFL – Jonas Pinheiro *
BLOCO-PT – Serys Slhessarenko*
PFL – Jayme Campos **

Rio Grande do Sul

BLOCO-PT – Paulo Paim*
PTB – Sérgio Zambiasi*
PMDB – Pedro Simon**

Ceará

BLOCO-PSB – Patrícia Saboya Gomes*
PSDB – Tasso Jereissati*
PC do B – Inácio Arruda**

Paraíba

PFL – Efraim Morais*
PMDB – José Maranhão*
PSDB – Cícero Lucena **

Espírito Santo

PMDB – Gerson Camata*
PR – Magno Malta*
PSB – Renato Casagrande**

Piauí

PFL – Heráclito Fortes*
PMDB – Mão Santa *
PTB – João Vicente Claudino**

Rio Grande do Norte

PMDB – Garibaldi Alves Filho *
PFL – José Agripino*
PFL – Rosalba Ciarlini**

Santa Catarina

BLOCO-PT – Ideli Salvatti*
PMDB – Neuto de Conto *^S
PFL – Raimundo Colombo **

Alagoas

PMDB – Renan Calheiros*
PSDB – João Tenório*^S
PRTB – Fernando Collor**

Sergipe

PMDB – Almeida Lima*
BLOCO-PSB – Antônio Carlos Valadares*
PFL – Maria do Carmo Alves **

Amazonas

PSDB – Arthur Virgílio*
PDT – Jefferson Péres*
PR – Alfredo Nascimento**

Paraná

BLOCO-PT – Flávio Arns*
PDT – Osmar Dias *
PSDB – Alvaro Dias **

Acre

PMDB – Geraldo Mesquita Júnior*
BLOCO-PT – Sibá Machado*^S
BLOCO-PT – Tião Viana**

Mato Grosso do Sul

PT – Delcídio Amaral *
PMDB – Valter Pereira*^S
PSDB – Marisa Serrano**

Distrito Federal

PDT – Cristovam Buarque *
PFL – Adelmir Santana *^S
PMDB – Joaquim Roriz**

Tocantins

PR – João Ribeiro *
PMDB – Leomar Quintanilha*
PFL – Kátia Abreu**

Amapá

PMDB – Gilvam Borges*
PSDB – Papaléo Paes*
PMDB – José Sarney **

Rondônia

BLOCO-PT – Fátima Cleide*
PMDB – Valdir Raupp*
PR – Expedito Júnior**

Roraima

BLOCO-PT – Augusto Botelho*
PMDB – Romero Jucá*
PTB – Mozarildo Cavalcanti**

Mandatos

*: Período 2003/2011 **: Período 2007/2015

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

COMPOSIÇÃO¹

Senador Romeu Tuma (PFL-SP)	Corregedor
-----------------------------	------------

(Atualizada em 1º.2.2007)

Notas:

¹ Eleito na 3ª Reunião Preparatória da 1ª Sessão Legislativa da 53ª Legislatura, realizada em 1º.2.2007, nos termos da Resolução nº 17, de 17.3.93.

SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)
Ala Senador Dinarte Mariz, sala nº 6
Telefones: 3311-4561 e 3311-5259

scop@senado.gov.br

COMISSÕES TEMPORÁRIAS

- 1) Comissão Temporária Externa, composta de três Senadores, com o intuito de avaliar as condições da pista do aeroporto de Congonhas.

(Requerimento nº 50, de 2007, aprovado em 13.2.2007)

Aloizio Mercadante – PT
Eduardo Suplicy – PT
Romeu Tuma – PFL

Leitura: 8.2.2007

Designação: 13.2.2007

COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES
1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Aloizio Mercadante – PT

Vice-Presidente: Senador Eliseu Rezende - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Flávio Arns – PT
Francisco Dornelles – PP	2. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	3. Ideli Salvatti – PT
Aloizio Mercadante – PT	4. Sibá Machado – PT
Fernando Collor – PTB	5. Marcelo Crivella – PRB
Renato Casagrande – PSB	6. Inácio Arruda – PC do B
Expedito Júnior – PR	7. Patrícia Saboya Gomes – PSB
Serys Slhessarenko – PT	8. Antonio Carlos Valadares – PSB
João Vicente Claudino – PTB	9. João Ribeiro – PR
PMDB	
Romero Jucá	1. Valter Pereira
Valdir Raupp	2. Roseana Sarney
Pedro Simon	3. Wellington Salgado de Oliveira
Mão Santa	4. Leomar Quintanilha
Gilvam Borges	5. Joaquim Roriz
Neuto De Conto	6. Paulo Duque
Garibaldi Alves Filho	7. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana - PFL	1. Jonas Pinheiro - PFL
Edison Lobão - PFL	2. Antonio Carlos Magalhães - PFL
Eliseu Resende - PFL	3. Demóstenes Torres - PFL
Jayme Campos - PFL	4. José Agripino - PFL
Kátia Abreu - PFL	5. Marco Maciel - PFL
Raimundo Colombo - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Cícero Lucena – PSDB	7. Arthur Virgílio – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Eduardo Azeredo – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Marconi Perillo – PSDB
Tasso Jereissati – PSDB	10. João Tenório – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. Jefferson Péres

Secretário: Luiz Gonzaga Silva Filho

Reuniões: Terças – Feiras às 10:00 horas – Plenário nº 19 – Ala Alexandre Costa.

Telefones: 3311-4605 e 3311-3516 Fax: 3311-4344

E – Mail: sscomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS
(21 titulares e 21 suplentes)

Presidente: Senadora Patrícia Saboya Gomes - PSB
Vice-Presidente: Senadora Rosalba Ciarlini – PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Patrícia Saboya Gomes – PSB	1. Fátima Cleide – PT
Flávio Arns – PT	2. Serys Slhessarenko – PT
Augusto Botelho – PT	3. Expedito Júnior – PR
Paulo Paim – PT	4. Fernando Collor – PTB
Marcelo Crivella – PRB	5. Antonio Carlos Valadares – PSB
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Alfredo Nascimento – PR	7. (vago)
	8. (vago)
PMDB	
Romero Jucá	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	3. Pedro Simon
Valdir Raupp	4. Neuto De Conto
Wellington Salgado de Oliveira	5. Joaquim Roriz
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Kátia Abreu – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Romeu Tuma – PFL
Eduardo Azeredo – PSDB	5. Cícero Lucena – PSDB
Lúcia Vânia – PSDB	6. Mário Couto – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. Marisa Serrano – PSDB
PDT	
João Durval	1. Cristovam Buarque
PSOL	
José Nery	

Secretária: Gisele Ribeiro de Toledo Camargo
Reuniões: Quintas – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 09 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3515 Fax: 3311-3652
E – Mail: sscomcas@senado.gov.br

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente: Senador Antonio Carlos Magalhães - PFL
Vice-Presidente: Senador Valter Pereira - PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Shessarenko – PT	1. Paulo Paim - PT
Sibá Machado – PT	2. Ideli Salvatti - PT
Eduardo Suplicy – PT	3. Renato Casagrande - PSB
Aloizio Mercadante – PT	4. Inácio Arruda – PC do B
Epitácio Cafeteira - PTB	5. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	6. Alfredo Nascimento - PR
Antonio Carlos Valadares - PSB	
PMDB	
Pedro Simon	1. Roseana Sarney
Valdir Raupp	2. Wellington Salgado de Oliveira
Romero Jucá	3. Leomar Quintanilha
Jarbas Vasconcelos	4. Paulo Duque
Valter Pereira	5. José Maranhão
Gilvam Borges	6. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Antonio Carlos Magalhães – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Demóstenes Torres – PFL	3. José Agripino – PFL
Edison Lobão – PFL	4. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	5. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio - PSDB	6. Flexa Ribeiro - PSDB
Eduardo Azeredo - PSDB	7. João Tenório - PSDB
Lúcia Vânia - PSDB	8. Marconi Perillo - PSDB
Tasso Jereissati - PSDB	9. Mário Couto - PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Osmar Dias
PSOL	
	José Nery

Secretária: Gildete Leite de Melo
Reuniões: Quartas – Feiras às 10:00 horas. – Plenário nº 3 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-3972 Fax: 3311-4315
E – Mail: sscomcej@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE
(27 titulares e 27 suplentes)

Presidente: Senador Cristovam Buarque - PDT
Vice-Presidente: Senador Gilvam Borges – PMDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns - PT	1. Patrícia Saboya Gomes - PSB
Augusto Botelho - PT	2. Alfredo Nascimento - PR
Fátima Cleide - PT	3. Aloizio Mercadante - PT
Paulo Paim - PT	4. Antonio Carlos Valadares - PSB
Ideli Salvatti - PT	5. (vago)
Inácio Arruda – PC do B	6. (vago)
Renato Casagrande - PSB	7. (vago)
Sérgio Zambiasi - PTB	8. (vago)
João Ribeiro - PR	9. (vago)
PMDB	
Wellington Salgado de Oliveira	1. Romero Jucá
Gilvam Borges	2. Leomar Quintanilha
Mão Santa	3. Pedro Simon
Garibaldi Alves Filho	4. Valter Pereira
Valdir Raupp	5. Jarbas Vasconcelos
Paulo Duque	6. Joaquim Roriz
Geraldo Mesquita Júnior	7. Neuto De Conto
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Edison Lobão - PFL	1. Adelmir Santana - PFL
Heráclito Fortes - PFL	2. Demóstenes Torres - PFL
Maria do Carmo Alves - PFL	3. Jonas Pinheiro - PFL
Marco Maciel - PFL	4. José Agripino - PFL
Raimundo Colombo - PFL	5. Kátia Abreu - PFL
Rosalba Ciarlini - PFL	6. Romeu Tuma - PFL
Marconi Perillo - PSDB	7. Cícero Lucena - PSDB
Marisa Serrano - PSDB	8. Eduardo Azeredo - PSDB
Papaléo Paes - PSDB	9. Sérgio Guerra - PSDB
Flexa Ribeiro- PSDB	10. Lúcia Vânia - PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretário: Júlio Ricardo Borges Linhares
Reuniões: Terças – Feiras às 11:00 horas – Plenário nº 15 – Ala Alexandre Costa.
Telefone: 3311-3498 Fax: 3311-3121
E – Mail: julioric@senado.gov.br.

**5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E
CONTROLE - CMA
(17 titulares e 17 suplentes)**

**Presidente: Senador Leomar Quintanilha- PMDB
Vice-Presidente: Senadora Marisa Serrano – PSDB**

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Renato Casagrande – PSB	1. Flávio Arns – PT
Sibá Machado – PT	2. Augusto Botelho –PT
Fátima Cleide – PT	3. Serys Slhessarenko – PT
João Ribeiro – PR	4. Inácio Arruda – PC do B
Fernando Collor – PTB	5. Expedito Júnior – PR
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Gilvam Borges
Valdir Raupp	3. Garibaldi Alves Filho
Valter Pereira	4. Geraldo Mesquita Júnior
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Eliseu Resende – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Heráclito Fortes – PFL	2. Demóstenes Torres – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Edison Lobão – PFL
José Agripino – PFL	4. Raimundo Colombo – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Lúcia Vânia – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Mario Couto – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)

Secretário: José Francisco B. de Carvalho
Reuniões: Terças – Feiras às 11:30 horas – Plenário nº 6 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-3935 Fax: 3311-1060
E – Mail: jcarvalho@senado.gov.br.

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente: Senador Paulo Paim- PT
Vice-Presidente: Senador Cícero Lucena – PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Flávio Arns – PT	1. Serys Slhessarenko- PT
Fátima Cleide – PT	2. Eduardo Suplicy – PT
Paulo Paim – PT	3. Sérgio Zambiasi – PTB
Patrícia Saboya Gomes – PSB	4. (vago)
(vago)	5. (vago)
	6. (vago)
PMDB	
Leomar Quintanilha	1. Mão Santa
Geraldo Mesquita Júnior	2. Romero Jucá
Paulo Duque	3. Joaquim Roriz
Wellington Salgado de Oliveira	4. Valter Pereira
Gilvam Borges	5. Jarbas Vasconcelos
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
José Agripino – PFL	3. Jayme Campos – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Mário Couto – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	6. Lúcia Vânia – PSDB
Papaléo Paes – PSDB	7. (vago)
PDT	
Cristovam Buarque	1. (vago)
PSOL	
José Nery	

Secretário: Altair Gonçalves Soares
Reuniões: Terças – Feiras às 12:00 horas – Plenário nº 2 – Ala Nilo Coelho.
Telefone: 3311-4251/2005 Fax: 3311-4646
E – Mail: altairgs@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE
(19 titulares e 19 suplentes)

Presidente – Senador Heráclito Fortes - PFL
Vice-Presidente – Senador Eduardo Azeredo - PSDB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Eduardo Suplicy – PT	1. Inácio Arruda – PC do B
Marcelo Crivella – PRB	2. Aloizio Mercadante – PT
Fernando Collor – PTB	3. Augusto Botelho – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	4. Serys Slhessarenko – PT
Mozarildo Cavalcanti – PTB	5. Fátima Cleide – PT
João Ribeiro – PR	6. Francisco Dornelles – PP
PMDB	
Pedro Simon	1. Valdir Raupp
Mão Santa	2. Leomar Quintanilha
Joaquim Roriz	3. Wellington Salgado de Oliveira
Jarbas Vasconcelos	4. Gilvam Borges
Paulo Duque	5. Garibaldi Alves Filho
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Marco Maciel – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Romeu Tuma – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Arthur Virgílio – PSDB	5. Flexa Ribeiro – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Papaléo Paes – PSDB
João Tenório – PSDB	7. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
Cristovam Buarque	1. Jefferson Péres

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
Reuniões: Quintas-feiras às 10:00 horas.
E – Mail: luciamel@senado.gov.br

**7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA
(7 titulares e 7 suplentes)**

Presidente: Senador Mozarildo Cavalcanti - PTB

Vice-Presidente: Senador Augusto Botelho - PT

Relator:

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Augusto Botelho - PT	1. João Ribeiro - PR
Mozarildo Cavalcanti - PTB	2. Fátima Cleide - PT
PMDB	
Valdir Raupp	1. Leomar Quintanilha
Pedro Simon	2. Gilvam Borges
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Romeu Tuma – PFL	1. Marco Maciel – PFL
Flexa Ribeiro - PSDB	2. Arthur Virgílio – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. Cristovam Buarque

Secretária: Maria Lúcia Ferreira de Mello
Telefone 3311-3496 Fax: 3311-3546 – Plenário nº 7 – Ala Alexandre Costa
E – Mail: sscomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI
(23 titulares e 23 suplentes)

Presidente - Senador Marconi Perillo - PSDB
Vice-Presidente – Senador Delcídio Amaral - PT

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Serys Slhessarenko – PT	1. Flávio Arns– PT
Delcídio Amaral– PT	2. Fátima Cleide– PT
Ideli Salvatti– PT	3. Aloizio Mercadante– PT
Francisco Dornelles– PP	4. João Ribeiro– PR
Inácio Arruda– PC do B	5. Augusto Botelho – PT
Fernando Collor– PTB	6. João Vicente Claudino – PTB
Expedito Júnior– PR	7. Renato Casagrande– PSB
PMDB	
Romero Jucá	1. Garibaldi Alves Filho
Valdir Raupp	2. José Maranhão
Leomar Quintanilha	3. Gilvam Borges
Joaquim Roriz	4. Neuto De Conto
Valter Pereira	5. Geraldo Mesquita Júnior
Wellington Salgado de Oliveira	6. Pedro Simon
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Adelmir Santana – PFL	1. Demóstenes Torres – PFL
Eliseu Resende – PFL	2. Marco Maciel – PFL
Jayme Campos – PFL	3. Jonas Pinheiro – PFL
Heráclito Fortes – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Raimundo Colombo – PFL	5. Romeu Tuma – PFL
João Tenório – PSDB	6. Cícero Lucena – PSDB
Marconi Perillo – PSDB	7. Eduardo Azeredo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	8. Mário Couto – PSDB
Sérgio Guerra – PSDB	9. Tasso Jereissati – PSDB
PDT	
João Durval	1. (vago)

Secretária: Dulcília Ramos Calhao
Reuniões: Terças – Feiras às 14:00 horas. – Plenário nº 13 – Ala Alexandre Costa
Telefone: 3311-4607 Fax: 3311-3286
E – Mail : sscomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente - Senadora Lúcia Vânia - PSDB
Vice-Presidente – Senador Jonas Pinheiro - PFL

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Fátima Cleide – PT	1. Sibá Machado – PT
Patrícia Saboya Gomes – PSB	2. Expedito Júnior – PR
Alfredo Nascimento – PR	3. Inácio Arruda – PC do B
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Antonio Carlos Valadares – PSB
Mozarildo Cavalcanti – PTB	
PMDB	
José Maranhão	1. Leomar Quintanilha
Geraldo Mesquita Júnior	2. Wellington Salgado de Oliveira
Garibaldi Alves Filho	3. Pedro Simon
Valter Pereira	4. Valdir Raupp
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Adelmir Santana – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	2. Jayme Campos – PFL
Marco Maciel – PFL	3. Kátia Abreu – PFL
Rosalba Ciarlini – PFL	4. Maria do Carmo Alves – PFL
Lúcia Vânia – PSDB	5. Tasso Jereissati – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	6. Flexa Ribeiro – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. João Tenório – PSDB
PDT	
Jefferson Péres	1. (vago)
PSOL	
	José Nery

Secretário: Ednaldo Magalhães Siqueira
Reuniões: Quartas – Feiras às 14 horas
Telefone: 3311-4282 Fax: 3311-1627
E – Mail: sscomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA
(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Joaquim Roriz - PMDB
Vice-Presidente - Senador Expedito Júnior - PR

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Sibá Machado – PT	1. Paulo Paim – PT
Delcídio Amaral – PT	2. Aloizio Mercadante – PT
Antonio Carlos Valadares – PSB	3. João Ribeiro – PR
Expedito Júnior – PR	4. Alfredo Nascimento – PR
Augusto Botelho – PT	5. (vago)
PMDB	
Joaquim Roriz	1. Valdir Raupp
Leomar Quintanilha	2. Romero Jucá
Pedro Simon	3. Valter Pereira
Neuto De Conto	4. Mão Santa
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Heráclito Fortes – PFL	1. Edison Lobão – PFL
Jayme Campos – PFL	2. Eliseu Resende – PFL
Jonas Pinheiro – PFL	3. Raimundo Colombo – PFL
Kátia Abreu – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
Cícero Lucena – PSDB	5. Marconi Perillo – PSDB
Flexa Ribeiro – PSDB	6. João Tenório – PSDB
Marisa Serrano – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
Osmar Dias	1. João Durval

Secretário: Marcello Varella
Reuniões: Quintas – Feiras às 12 horas –
Telefone: 3311-3506 Fax:
E – Mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA -
CCT**

(17 titulares e 17 suplentes)

Presidente – Senador Wellington Salgado de Oliveira - PMDB

Vice-Presidente – Senador Marcelo Crivella - PRB

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PTB, PR, PSB, PC do B, PRB e PP)	
Marcelo Crivella – PRB	1. Expedito Júnior – PR
Augusto Botelho – PT	2. Flávio Arns – PT
Renato Casagrande – PSB	3. João Ribeiro – PR
Sérgio Zambiasi – PTB	4. Francisco Dornelles – PP
Ideli Salvatti – PT	5. (vago)
PMDB	
Valdir Raupp	1. Romero Jucá
Wellington Salgado de Oliveira	2. Garibaldi Alves Filho
Gilvam Borges	3. Mão Santa
Valter Pereira	4. Leomar Quintanilha
Bloco da Minoria (PFL e PSDB)	
Demóstenes Torres – PFL	1. Eliseu Resende – PFL
Romeu Tuma – PFL	2. Heráclito Fortes – PFL
Maria do Carmo Alves – PFL	3. Marco Maciel – PFL
José Agripino – PFL	4. Rosalba Ciarlini – PFL
João Tenório – PSDB	5. Arthur Virgílio – PSDB
Eduardo Azeredo – PSDB	6. Marconi Perillo – PSDB
Cícero Lucena – PSDB	7. Sérgio Guerra – PSDB
PDT	
(vago)	1. (vago)

Secretária: Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões:

Telefone: 3311-1120 Fax: 3311-2025

E – Mail:



**PODER LEGISLATIVO
SENADO FEDERAL
SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**

**DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL
PREÇO DE ASSINATURA**

SEMESTRAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 58,00
Porte do Correio	R\$ 488,40
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 546,40

ANUAL

Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – s/o porte (cada)	R\$ 116,00
Porte do Correio	R\$ 976,80
Diário do Senado Federal ou Diário da Câmara dos Deputados – c/o porte (cada)	R\$ 1.092,80

NÚMEROS AVULSOS

Valor do Número Avulso	R\$ 0,50
Porte Avulso	R\$ 3,70

ORDEM BANCÁRIA

UG – 020055	GESTÃO – 00001
--------------------	-----------------------

Os pedidos deverão ser acompanhados de **Nota de empenho**, a favor do **FUNSEEP** ou fotocópia da **Guia de Recolhimento da União-GRU**, que poderá ser retirada no **SITE: <http://consulta.tesouro.fazenda.gov.br/gru/gru-simples.asp>** **Código de Recolhimento apropriado e o número de referência: 20815-9 e 00002** e o código da Unidade Favorecida – **UG/GESTÃO: 020055/00001** preenchida e quitada no valor correspondente à quantidade de assinaturas pretendidas e enviar a esta Secretaria.

OBS: NÃO SERÁ ACEITO CHEQUE VIA CARTA PARA EFETIVAR ASSINATURA DOS DCN'S.

Maiores informações pelo telefone (0XX-61) 3311-3803, FAX: 3311-1053, Serviço de Administração Econômica Financeira/Controle de Assinaturas, falar com, Mourão ou Solange.

Contato internet: 3311-4107

**SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES
PRAÇA DOS TRÊS PODERES, AV. N/2, S/Nº – BRASÍLIA-DF
CNPJ: 00.530.279/0005-49 CEP 70 165-900**



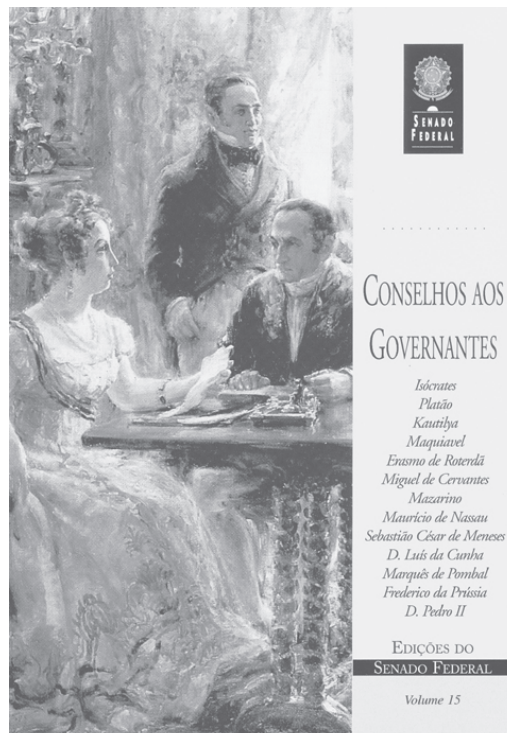
SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Conselhos aos Governantes

Coletânea de textos de Isócrates, Platão, Kautilya, Nicolau Maquiavel, Erasmo de Roterdã, Miguel de Cervantes, Cardeal Mazarino, Maurício de Nassau, Sebastião César de Meneses, D. Luís da Cunha, Marquês de Pombal, Frederico da Prússia e D. Pedro II.

Conheça nosso catálogo na Internet

www.senado.gov.br/catalogo



Para adquirir essa ou outra publicação:

- 1) Confirme a disponibilidade de estoque utilizando os nossos telefones, *e-mail* ou por via postal.
- 2) Efetue depósito na conta única do tesouro (enfatizamos a importância do código identificador).

Banco: Banco do Brasil S/A (001)

Agência: 4201-3

A crédito de: Conta Única do Tesouro Nacional / FUNSEEP

Conta-corrente: 170.500-8

Código Identificador (imprescindível): 02.00.55.00.00.12.08.15-9

Observação: não é possível a utilização de DOC ou TED na transferência de valores para a Conta Única do Tesouro. É necessário que o depósito seja feito em uma agência do Banco do Brasil. Os correntistas do Banco do Brasil que utilizam o *internet banking* podem acessar o menu "Transferências", escolher a opção "para Conta Única do Tesouro", informando seu CPF/CNPJ, o valor da compra e, no campo "UG Gestão finalidade", o código identificador acima citado.

- 3) Encaminhe-nos, por via postal, fax ou *e-mail* (digitalizado), o comprovante do depósito, a relação do que está sendo adquirido, nome e endereço completo para remessa e informe um telefone para contato.



EDIÇÃO DE HOJE: 76 PÁGINAS